



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS JURIDICAS - DCJ/SR
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ALEXANRE ARAÚJO VALENÇA

**A barragem, o canto de Acauã e violações de direitos humanos: um estudo de caso sobre
a atuação do Ministério Público Federal e do Movimento dos Atingidos por Barragens
da Paraíba**

SANTA RITA
2019

ALEXANDRE ARAÚJO VALENÇA

**A barragem, o canto de Acauã e violações de direitos humanos: um estudo de caso sobre
a atuação do Ministério Público Federal e do Movimento dos Atingidos por Barragens
da Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito do Departamento
de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da
Paraíba (DCJ-SR), como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Me. Eduardo F. de Araújo.

SANTA RITA
2019

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

V152b Valenca, Alexandre Araujo.

A barragem, o canto de Acauã e violações de direitos humanos: um estudo de caso sobre a atuação do Ministério Público Federal e do Movimento dos Atingidos por Barragens da Paraíba / Alexandre Araujo Valenca. - João Pessoa, 2019.

113 f. : il.

Orientação: Eduardo Fernandes de Araujo.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Barragens. 2. Obras Hídricas. 3. Direitos humanos.
4. Acauã. 5. Ministério Pùblico Federal na Paraíba. 6.
Movimento dos Atingidos por Barragens. I. Araujo,
Eduardo Fernandes de. II. Título.

UFPB/CCJ

ALEXANDRE ARAÚJO VALENÇA

**A barragem, o canto de Acauã e violações de direitos humanos: um estudo de caso sobre
a atuação do Ministério Público Federal e do Movimento dos Atingidos por Barragens
da Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito do Departamento
de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da
Paraíba (DCJ-SR), como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Data da Aprovação: Santa Rita/PB, _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Eduardo F. de Araújo
Orientador - UFPB

Profa. Dra. Alana Ramos Araújo
Membro - UFPB

Prof. Dr. Valfredo de A. Aguiar Filho
Membro - UFPB

Prof. Dr. Fernando Garcia de Oliveira
Membro – UFCG

Tec. Esp. Osvaldo Bernardo da Silva
Membro - MAB

Tec. Esp. José Godoy Bezerra de Souza
Membro - MPF

Sendo o TCC símbolo do fechamento do longo ciclo da graduação, dedico este curso à minha família, que sempre me incentivou e deu força pra não desistir nos momentos mais cansativos. Aos professores dedicados, fonte de estímulo à vontade de aprender. Aos professores que foram além dos códigos, e me fizeram refletir sobre o direito e não apenas conhecê-lo. E a Luiz Inácio Lula da Silva, por ter em seu governo investido na ampliação da universidade pública, através do REUNI (Decreto nº 6.096/07), possibilitando a criação deste curso que estou concluindo.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas, que ajudaram a tirar diversas dúvidas na elaboração deste trabalho. Ao professor Hugo Belarmino, pelo apoio através do acesso a materiais de pesquisa e entrevista. Ao professor Eduardo Fernandes, pela dedicação ao orientar esta pesquisa, sempre disponível para ajudar no que foi necessário.

VALENÇA, Alexandre Araújo. **A Barragem e o Canto de Acauã: Um estudo de caso sobre o Ministério Público Federal e o Movimento dos Atingidos por Barragens da Paraíba nas violações de direitos humanos.** 2019. 114 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2019.

RESUMO

A instalação de grandes obras hídricas, seja para irrigação, abastecimento ou geração de energia, tem gerado graves violações de direitos humanos sobre os povos originários e comunidades tradicionais como, por exemplo, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores e outras formas de organização social, devido à retirada de suas condições econômicas de sustento, suas estruturas coletivas de serviços básicos, e até de suas referências culturais à terra de origem. A implantação da barragem de Acauã, na Paraíba, é um exemplo de obra que causou diversas violações às comunidades da região, sendo indicada inclusive como um dos casos mais graves do país. O presente trabalho buscou, através de pesquisa documental e bibliográfica, descrever a atuação do Ministério Público Federal na Paraíba e do Movimento dos Atingidos por Barragens na defesa e mobilização para garantia dos direitos humanos das comunidades atingidas pela construção da barragem de Acauã. Observou-se que essas duas instituições tiveram papel fundamental na busca da garantia desses direitos.

Palavras-chave: Barragens. Obras Hídricas. Direitos humanos. Acauã. Ministério Público Federal na Paraíba. Movimento dos Atingidos por Barragens.

SUMÁRIO

1 – Introdução	6
2 - Metodologia	8
3 – Impactos e violações de direitos socioeconômicos, culturais e ambientais no debate sobre a construção de barragens no Brasil	9
3.1 - Os “atingidos” por barragens	16
4- O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB.....	22
4.1 - O Caso de Acauã	27
4.2 – A ação do Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba	40
5 - A Atuação do Ministério Público Brasileiro nos conflitos envolvendo grandes obras hídricas	54
5.1 - A atuação do Ministério Público Federal da Paraíba nas violações de direitos humanos geradas pela barragem de Acauã.....	57
6 – Considerações Finais	72
7 – Referências	74
8 – Anexos.....	79
8.1 – Bandeira do MAB.....	79
8.2 – Atas de reuniões.....	80
8.3 - Entrevista	89

1 – Introdução

A implantação de grandes obras hídricas, não só no Brasil mas em diversos países do mundo, comumente tem trazido uma série de conflitos em torno dos impactos provocados pelo seu planejamento, implantação e operação. Tais problemas tem sido observados, independentemente do objetivo para as quais foram construídas, seja irrigação, abastecimento, geração de energia, etc.

Além dos citados impactos, estas obras tem gerado graves violações de direitos humanos sobre os povos originários e comunidades tradicionais, como por exemplo, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores e outras formas de organização social, devido à retirada de suas condições econômicas de sustento, suas estruturas coletivas de serviços básicos, e até de suas referências culturais à terra de origem. Esses povos, ao serem removidos de seu modo de vida, atingidos pela barragem, geralmente iniciam uma longa batalha em busca de alguma reparação, que inclui até o próprio reconhecimento como “atingido”.

Como exemplo de grande obra hídrica que causou diversos impactos sobre as comunidades locais, temos a Barragem Argemiro de Figueiredo, mais conhecida como Barragem de Acauã. Situada no estado da Paraíba, com seu lago englobando parte dos municípios de Itatuba, Aroeiras e Natuba, Acauã foi construída para fornecer abastecimento humano para a cidade de Campina Grande e região metropolitana, além de desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Inaugurada no ano de 2002, a instalação da barragem causou o deslocamento forçado de aproximadamente seis comunidades rurais, com cerca de 5 mil pessoas (aproximadamente 900 famílias) que viviam nas margens do rio e proximidades. Essas pessoas foram removidas para diversas comunidades (denominadas pelo governo como agrovilas, mas cuja realidade não correspondia a essa denominação), sendo a maior Pedro Velho, que abrigou quase metade dos removidos, seguida de Cajá, Melancia e Costa. Os locais para onde foram transferidos os atingidos pela barragem eram totalmente desprovidos de qualquer estrutura, como escolas, postos de saúde, saneamento básico, transporte, etc. Até a própria água se tornou um problema nessas localidades. Foram pagas indenizações desproporcionais e concedidas terras e moradias inapropriadas às comunidades.

Desde então as populações atingidas pela barragem de Acauã vem tentando obter do poder público uma resposta à sua difícil situação, seja através dos órgãos oficiais como o Ministério Público Federal da Paraíba (MPF/PB), seja pelos movimentos sociais, como o

Movimento dos Atingidos por Barragens da Paraíba (MAB/PB), atores centrais no presente estudo de caso.

Este trabalho busca denunciar as violações de direitos e, à partir da ideia de sociologia das ausências, de Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 22), dar visibilidade à produção dos direitos que ocorre “de baixo pra cima” com as lutas do MAB, sujeitos invizibilizados por sua lógica de vida camponesa não focada no mercado (“improdutiva”). Busca também mostrar a rede de suporte e solidariedade que se formou com diversas instituições em apoio aos atingidos, composta pelo Ministério Público Federal, universidades públicas, entre outras.

2 - Metodologia

Tipos de pesquisa

Com base no livro “Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico”, de Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas (2013), as hipóteses do trabalho monográfico foram investigadas através de pesquisa do tipo:

- a) **Bibliográfica**, procurando demonstrar o problema através da análise da literatura especializada, como por exemplo: os ensinamentos de Mariana Corrêa dos Santos, em seu artigo “O conceito de ‘atingido’ por barragens” (2015); Boaventura de Sousa Santos, em seu livro “Descolonizar el saber, reinventar el poder” (2010); Leonardo Castro Maia, no artigo “Hidrelétricas e o Ministério Público brasileiro” (2013); Genyson Marques Evangelista, em sua tese de doutorado “Conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho rural provocadas pela formação de lagos artificiais” (2011); entre outros.
- b) **Documental**, através de: análise do Relatório Final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), vinculado à presidência da República (2011); análise de legislação diversa pertinente ao tema, incluindo pactos internacionais sobre direitos humanos; pesquisa de matérias jornalísticas disponíveis na internet; Degravação de entrevista com o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, José Godoy Bezerra de Souza; entre outros.

Tipologia da pesquisa

Segundo a utilização dos resultados, a pesquisa foi PURA, pois a finalidade era de incrementar o conhecimento do pesquisador sobre o tema; e foi QUALITATIVA, pois considerou que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, além de ter buscado a descrição narrativa dos dados colhidos na pesquisa, com objetivo de descrever o tema proposto para o conhecimento do leitor. Quanto aos objetivos, a pesquisa foi DESCRIPTIVA, pois buscou fazer a descrição do tema proposto e sua relação com o direito.

O material consultado pode incidir em outras pesquisas com uso de metodologias de pesquisa de campo, história oral, análise de conteúdo e de discurso, porém, em sede de trabalho de conclusão de curso, as opções e a limitação de tempo não permitiram o maior aprofundamento, deixando para que em outro momento, em programas de pós-graduação e envolvimento entre elementos teóricos, metodológicos e populares possam ser explorados.

3 – Impactos e violações de direitos socioeconômicos, culturais e ambientais no debate sobre a construção de barragens no Brasil

De acordo com o Relatório Final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), a implantação de barragens comumente traz uma série de conflitos, independentemente do objetivo para as quais foram construídas.

Nos mais diferentes países do mundo, a exemplo do Brasil, têm sido freqüentes as polêmicas e os conflitos em torno dos impactos provocados pelo planejamento, implantação e operação de barragens, sejam elas voltadas para a geração de energia hidrelétrica, para a irrigação, abastecimento de água, controle de cheias, ou para múltiplos objetivos. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

Seus defensores argumentam que elas trazem diversos benefícios, como a manutenção no abastecimento de água em regiões sujeitas a períodos de seca, a geração “limpa” de eletricidade, viabilidade de sistemas de irrigação, controle de enchentes, hidrovias, entre outros. Também se argumenta que, conforme trazido por Maia (2013), o Brasil detém um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, e estes empreendimentos desempenham papel predominante em sua matriz energética, que representa a maior parte da eletricidade no país.

Por outro lado, muitas são as críticas a esse tipo de empreendimento. São observados diversos prejuízos sociais e ambientais provenientes da implantação de barragens, como a perda de florestas e terras produtivas, o deslocamento forçado das comunidades e o alagamento de seus espaços. Outra questão apontada diz respeito à injusta repartição das perdas e benefícios desses projetos, pois em geral a região onde é implantada a barragem sofre com a maioria dos impactos, mas fica com pouco ou nenhum benefício advindo dela.

Entre os impactos aos meios físico e biológico, relatório da Comissão Mundial de Barragens destaca: a destruição de florestas e *habitats* selvagens, o desaparecimento de espécies e a degradação das áreas de captação a montante, devido à inundação da área do reservatório; a redução da biodiversidade aquática, a diminuição das áreas de desova a montante e a jusante do empreendimento, e o declínio dos serviços ambientais prestados pelas planícies aluviais a jusante, brejos, ecossistemas de rios e estuários, e ecossistemas marinhos adjacentes; e impactos cumulativos sobre a qualidade da água, inundações naturais e sobre as espécies da fauna e da flora, quando várias barragens são implantadas em um mesmo rio. Também não se pode olvidar da emissão de gases de efeito estufa, sobretudo metano, formado pela decomposição de matéria orgânica sob condições anóxicas no fundo dos reservatórios.(Maia, 2013)

Tal situação é apontada como uma constante na implantação de grandes obras hídricas, gerando graves violações de direitos humanos sobre os povos originários e comunidades tradicionais, por exemplo, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores e outras formas de organização social, devido à retirada de suas condições econômicas de sustento, suas estruturas coletivas de serviços básicos, e até de suas referências culturais à terra de origem, sendo estas dimensões parte do que se caracteriza denominar de Racismo Ambiental. Um exemplo disto ocorreu com a construção da usina de Belo Monte, em que

a vistoria verificou “a desestruturação da vida econômica e social da região da Volta Grande do Xingu, que impulsiona evidente processo de expulsão silenciosa das populações locais”, com muitas famílias tendo saído do local pela falta de condições de sobrevivência, sem receber nenhuma indenização ou compensação.” (Ministério Público Federal no Pará, 2019)

No mesmo sentido explica Evangelista (2011, p. 208):

Na região Nordeste, ainda no que tange às usinas hidrelétricas, na década de 70, no auge do ciclo de governos militares, as barragens eram construídas sem nenhuma consideração para com os problemas sociais e ambientais decorrentes da sua construção. Aí, no rio São Francisco, o que mais concentra esse tipo de barragem, só a construção de Itaparica resultou na inundação de uma área superior a 830 km² e resultou no deslocamento compulsório de mais de 40 mil pessoas.

Por outro lado, o Relatório do CDDPH indica que desde a década de 1980 vêm crescendo no Brasil a normatização que busca reduzir os impactos sociais e ambientais desses empreendimentos. Essa mudança é creditada ao crescimento do ambientalismo, e em grande parte ao fortalecimento dos movimentos sociais dos atingidos, que terminam por pressionar as instituições públicas e privadas no sentido de minimizarem os danos dos projetos.

Avaliações de impacto ambiental, audiências públicas, novas normas para a implantação de hidrelétricas são resultados deste processo. O Banco Mundial, a Corporação Financeira Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e outras agências unilaterais, assim como agências de cooperação nacionais, começaram a introduzir a questão ambiental em sua agenda e estabeleceram, também nos anos 80, requisitos ambientais mínimos para apoiar este tipo de projeto. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

Neste sentido foi criada, no ano de 1998, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), entidade ligada ao Banco Mundial. A CMB foi criada após um encontro que debateu os relatórios de impacto de 50 grandes barragens pelo mundo.

Chegando à conclusão de que as barragens trazem consigo elevados impactos negativos, a CMB publicou as seguintes recomendações para esses empreendimentos em seu Relatório Final (World Commission on Dams, 2000), conforme citado pelo CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011):

- São indispensáveis processos abrangentes e participativos de avaliação tanto das necessidades e objetivos quanto das diferentes opções existentes para atingi-los;
- Nenhuma barragem deverá ser construída sem a plena informação e aceitação das populações atingidas;
- Antes de qualquer decisão de construir novos projetos, prioridade deve ser conferida aos esforços para otimizar a gestão e o consumo de água e energia, isto é, para melhorar a performance das infra-estruturas existentes, inclusive de geração e distribuição de água e energia;
- Devem ser estudados e implantados mecanismos para reparar todos os danos sociais e ambientais provocados pela implantação de barragens já existentes.

No ano de 1987, ocorreu uma negociação que se tornou emblemática para os movimentos dos atingidos: o acordo entre o Ministério de Minas e Energia, a Eletrosul e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai (CRAB), com relação aos impactos da construção das barragens de Itá e Machadinho. Os principais itens deste acordo foram:

- Fim das negociações individuais e aceitação, por parte da Eletrosul, de que todas as negociações seriam feitas, comunidade por comunidade, com a presença de representantes da CRAB;
- Atrelamento do cronograma das obras ao cronograma de negociação e solução dos problemas sociais;
- Oferta a todos os atingidos, inclusive aos não proprietários, da possibilidade de reassentamento coletivo. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), enquanto organização nacional, foi criado em 1991 no 1º Congresso Nacional de Atingidos por Barragens.

No Brasil, dentre a produção normativa para prevenção dos impactos negativos das barragens, as seguintes se destacam: em 1981, foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938). Em 1986, foi editada a Resolução nº 01 pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), regulamentando a obrigatoriedade dos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) para concessão de licenciamento ambiental (Lei 6.938/81). Neste mesmo ano, foi criado o Conselho Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás (CCMA), e no ano seguinte foi criada a Divisão de Meio Ambiente da Eletrobrás, tendo a empresa publicado os seguintes documentos: Manual de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos, e o Plano Diretor para a Melhoria do Meio

Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico. Em 1987, foi editada a Resolução CONAMA nº 09, dispondo sobre as audiências públicas nos projetos das obras. Já em 1997, foi editada a Resolução CONAMA nº 237, regulamentando o licenciamento ambiental previsto na Política Nacional do Meio Ambiente, e também instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97). Em 2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985). Em 2007 foi instituída a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040).

Outro importante avanço normativo para proteção dos direitos dos atingidos foi o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037/09. Em seu Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos, o programa traz a seguinte reflexão:

O tema “desenvolvimento” tem sido amplamente debatido por ser um conceito complexo e multidisciplinar. Não existe modelo único e preestabelecido de desenvolvimento, porém, pressupõe-se que ele deva garantir a livre determinação dos povos, o reconhecimento de soberania sobre seus recursos e riquezas naturais, respeito pleno à sua identidade cultural e a busca de equidade na distribuição das riquezas.

(...)

No caso do Brasil, por muitos anos o crescimento econômico não levou à distribuição justa de renda e riqueza, mantendo-se elevados índices de desigualdade. As ações de Estado voltadas para a conquista da igualdade socioeconômica requerem ainda políticas permanentes, de longa duração, para que se verifique a plena proteção e promoção dos Direitos Humanos. É necessário que o modelo de desenvolvimento econômico tenha a preocupação de aperfeiçoar os mecanismos de distribuição de renda e de oportunidades para todos os brasileiros, bem como incorpore os valores de preservação ambiental. Os debates sobre as mudanças climáticas e o aquecimento global, gerados pela preocupação com a maneira com que os países vêm explorando os recursos naturais e direcionando o progresso civilizatório, está na agenda do dia. Esta discussão coloca em questão os investimentos em infraestrutura e modelos de desenvolvimento econômico na área rural, baseados, em grande parte, no agronegócio, sem a preocupação com a potencial violação dos direitos de pequenos e médios agricultores e das populações tradicionais.

O desenvolvimento pode ser garantido se as pessoas forem protagonistas do processo, pressupondo a garantia de acesso de todos os indivíduos aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e incorporando a preocupação com a preservação e a sustentabilidade como eixos estruturantes de proposta renovada de progresso. Esses direitos têm como foco a distribuição da riqueza, dos bens e serviços.

(...)

Ressaltamos que a noção de desenvolvimento está sendo amadurecida como parte de um debate em curso na sociedade e no governo, incorporando a relação entre os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, buscando garantia do acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à alimentação, à vida cultural, à moradia adequada, à previdência, à assistência social e a um meio ambiente sustentável. A inclusão do tema Desenvolvimento e Direitos Humanos na 11ª Conferência Nacional reforçou as estratégias governamentais em sua proposta de desenvolvimento.

(...)

Nos projetos e empreendimentos com grande impacto socioambiental, o PNDH-3 garante a participação efetiva das populações atingidas, assim como prevê ações mitigatórias e compensatórias. Considera fundamental fiscalizar o respeito aos

Direitos Humanos nos projetos implementados pelas empresas transnacionais, bem como seus impactos na manipulação das políticas de desenvolvimento. Nesse sentido, avalia como importante mensurar o impacto da biotecnologia aplicada aos alimentos, da nanotecnologia, dos poluentes orgânicos persistentes, metais pesados e outros poluentes inorgânicos em relação aos Direitos Humanos. (...) (BRASIL, 2010)

Além disso, o PNDH-3 estabelece a seguinte “Ação Programática”, com o respectivo órgão que será responsável por executá-la:

(...)

i) Garantir que os grandes empreendimentos e os projetos de infraestrutura resguardem os direitos dos povos indígenas e de comunidades quilombolas e tradicionais, conforme previsto na Constituição e nos tratados e convenções internacionais.

Responsáveis: Ministério da Justiça; Ministério dos Transportes; Ministério da Integração Nacional; Ministério de Minas e Energia; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Pesca e Aquicultura; Secretaria Especial de Portos da Presidência da República

j) Integrar políticas de geração de emprego e renda e políticas sociais para o combate à pobreza rural dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais.

Responsáveis: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério da Cultura; Ministério da Pesca e Aquicultura.

Parceiros: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

(...)

(BRASIL, 2010)

Também importantes normas internacionais foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988, se tornando parte do ordenamento jurídico brasileiro nos anos seguintes, e contribuindo para a proteção dos direitos sociais e ambientais. Dentre elas, se destacam as seguintes:

- Pacto de Direitos Civis e Políticos (1992);
- Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais – PIDESC (1966);
- Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (1969);
- Convenção sobre Diversidade Biológica (1992);
- Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos Sociais e Culturais - Protocolo de San Salvador (1988);
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (1989);
- Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003);
- Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

Também se destacam a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, aprovada pela UNESCO em 2001, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007, apesar de não possuírem conteúdo vinculante. A primeira traz a diversidade cultural como um patrimônio comum da humanidade, fazendo sua proteção parte do respeito à dignidade da pessoa humana. E a segunda, “Destina-se, pois, a funcionar como verdadeira ‘interpretação autêntica’ para esses e outros documentos do direito internacional dos direitos humanos voltados à proteção desses grupos” (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011).

Por fim, é importante mencionar a Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver (1976), adotada pela 1ª Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos e a Agenda HABITAT (1996), devido à interferência no direito à moradia pela implantação de barragens.

Apesar de toda essa estrutura normativa de proteção aos direitos das populações afetadas pelas barragens, o Relatório do CDDPH indica que a efetivação desses direitos ainda encontra muitas dificuldades. Entre elas estão: a falta de estrutura e qualificação técnica dos órgãos públicos envolvidos para lidar com as violações de direitos humanos, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre outros; a falta de informação correta às comunidades afetadas acerca dos impactos das obras, dificultando sua participação no processo de decisão; a falta de assistência jurídica às comunidades, gerando perdas judiciais ou lentidão na solução dos litígios; a remoção das comunidades através da desapropriação por utilidade pública, causando, de um lado,

a impossibilidade de apreciação pelo Judiciário do mérito das declarações de utilidade pública para efeitos de desapropriação tem propiciado o arbítrio por parte da autoridade concedente. De outro lado, o caráter compulsório da alienação da propriedade e/ou de benfeitorias tem implicado muitas vezes em perdas irreversíveis em termos de moradia (localização) e de reprodução das condições materiais e imateriais (redes sociais) de vida, mormente quando se trata de proprietários de um único imóvel ou pertencente a grupos sociais vulneráveis. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

A Comissão do CDDPH chegou à conclusão de que é recorrente a grave violação aos direitos humanos na implantação de barragens no Brasil, são constantes os rebaixamentos nas condições de vida das populações atingidas, e comuns as situações de miséria a que são submetidas essas pessoas. A Comissão chegou ao entendimento de que os seguintes fatores são preponderantes para gerar tais violações:

- “Falta de informação;
- definição restritiva e limitada do conceito de atingido;
- omissão das especificidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas;
- Omissão diante das necessidades particulares de grupos sociais mais vulneráveis como, por exemplo, idosos e pessoas portadores de necessidades especiais;
- Lacunas, má-aplicação da legislação ou ambos.” (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

Acerca da falta de informação, a Comissão aponta que é um dos principais empecilhos ao direito a uma participação democrática nas decisões pelas populações afetadas. São comuns a recusa ou omissão por parte das empresas em fornecer dados importantes como, por exemplo, a lista de pessoas consideradas atingidas, havendo também situações de fornecimento de dados falsos. Outro fator é o uso por essas empresas de linguagem de difícil compreensão para leigos, somado à falta de assessoria jurídica pelos atingidos. Além disso, observou-se a falta da realização de audiências públicas, ou sua realização em formato de difícil acesso às populações, o que inviabilizava o diálogo direto entre as empresas e os interessados.

Com relação à definição restritiva e limitada do conceito de atingido, observou-se que traz perdas de direitos aos que são inseridos nos grupos considerados atingidos, e causa também a não inserção nesse grupo de pessoas que tiveram prejuízos de diversos aspectos com a chegada da barragem. Tal restrição tem resultado em reparações ou compensações injustas a “ocupantes e posseiros, pequenos comerciantes, garimpeiros artesanais, pescadores e outros grupos cuja sobrevivência depende do acesso a determinados recursos naturais.” (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011). Este tema será melhor abordado no item 3.1.

Quanto à omissão das especificidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas, percebeu-se que é comum o reducionismo sobre o modo de vida das comunidades afetadas por parte das empresas, gerando a degradação de complexidades econômico-culturais locais, desarticulando de maneira grave o modo de vida dessas pessoas.

Por fim, com relação às lacunas ou má-aplicação da legislação, a Comissão percebeu que o ordenamento jurídico por si só não tem sido eficiente na proteção dos direitos dos atingidos. Tais conquistas de direitos têm sido muito mais um produto das lutas dos movimentos sociais do que pela proteção normativa. Entre os direitos mais comumente violados, os seguintes foram destacados pela Comissão:

1. Direito à informação e à participação;

2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.” (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

Neste sentido ensina Santos (2010), para quem a mobilização jurídica, quer em escala nacional, quer em escala transnacional,

apresenta, porém, algumas limitações. Depende, em grande medida, das condições políticas e sociais locais e internacionais. Há custos econômicos, sociais e emocionais para os autores, que ficam com o fardo do ônus da prova. O Estado nem sempre exerce o seu “dever de memória” (TODOROV, 2004 [1995]). Os tempos dos processos judiciais não coincidem com os tempos das lutas sociais e políticas. E a morosidade das instituições judiciais e *quasijudiciais* torna-se, de fato, um obstáculo para o estabelecimento de medidas de justiça.

3.1 - Os “atingidos” por barragens

Segundo a definição de Vainer (2008, p. 40), conforme citado por Santos (2015):

a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores”, ou seja, “estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de resarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária.

O próprio conceito da expressão atingido é algo disputado pelos atores envolvidos nos conflitos decorrentes dos grandes empreendimentos hídricos. Os responsáveis pelas obras buscam restringir a abrangência do termo, com o objetivo de minimizar a necessidade de

reparações às pessoas afetadas. Por outro lado, o MAB procura ampliar a sua concepção, na tentativa de abarcar todas as pessoas que de alguma forma tiveram perdas com o empreendimento, para que ninguém seja prejudicado sem a devida reparação.

A expressão atingido inicialmente era utilizada pela antiga estatal (que foi privatizada) Eletrosul, nos projetos de construção das barragens da Bacia do Rio Uruguai, para definir a população que vivia na área das barragens. Porém a própria Eletrosul utilizava outros termos nos documentos relativos aos conflitos e reivindicações do MAB. Termos como “relocados”, “expropriados” ou “desapropriados” eram utilizados pela empresa a fim de reduzir a amplitude das reivindicações dos atingidos.

As empresas públicas e privadas responsáveis pelos empreendimentos têm buscado limitar o conceito de atingido apenas aos proprietários que foram removidos das terras na área inundada da barragem, focando num caráter indenizatório. As empresas defendem o entendimento de que aquelas terras são passíveis de desapropriação, pois foram reconhecidas como de utilidade pública, cabendo à comunidade afetada apenas uma indenização pelas terras e bens perdidos.

Tal entendimento limita bastante o direito das pessoas afetadas pelos empreendimentos, pois não leva em consideração diversos outros aspectos da vida dessas comunidades. Explica Benicá (2011), conforme citado por Santos (2015):

A CMB ainda ressalta que os atingidos são deslocados fisicamente e em seus modos de vida. Isso indica a preocupação em explicitar que ser alagado, ser relocado, é ser impactado, mas que esses impactos ultrapassam a concepção espacial e chegam à concepção emocional e simbólica da relação com o local afetado pelo empreendimento. Há também a preocupação em focar que os ocorrem tanto à montante quanto à jusante da barragem, pois alteram recursos disponíveis, atividades produtivas e a própria paisagem.

Nesse sentido entende Mc Cully, conforme citado por Evangelista (2011, p. 168):

A maioria das estatísticas sobre deslocamento incluem apenas aqueles deslocados pelo reservatório – porém esse número é largamente ultrapassado por aqueles que são privados de sua terra e modos de vida em função de outras partes do projeto ou pelos efeitos ecológicos de longo prazo. Igualmente, famílias que perdem parte ou toda a sua terra, mas não as suas casas, não são consideradas como “deslocadas”, ainda que a perda de uma pequena parcela de terra faça uma grande diferença entre subsistência e inanição. Populações que criam seu gado nos vales dos rios sem um título legal de propriedade, como é o caso dos índios e camponeses na maior parte do mundo, raramente recebem compensação pela perda dessas terras. Aqueles que utilizam o vale para caçar, colher frutas, vegetais e madeiras têm menos chance de serem reconhecidos como atingidos. Famílias podem ainda ficar encalhadas nas novas ilhas ou penínsulas formados pelo reservatório, tendo seu caminho de passagem para a vizinhança, escolas e mercados alagados pelo reservatório.

O conceito de atingido, na ótica do MAB, foi delineado no 1º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1989, conforme explica Benicá (2011), citado por Santos (2015):

Nesta categoria, o Movimento incluía “todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das usinas hidrelétricas, independentemente de ser atingidos diretos ou indiretos”. O conceito foi retomado a posteriori pelo Movimento, que passou a considerar atingido direto não só quem é afetado com as obras das barragens, mas também toda população que é onerada com pesadas tarifas da energia.

Percebe-se que a visão dos atingidos engloba os demais aspectos da vida das comunidades, tão ou mais importantes que o valor indenizatório da terra. Os bens materiais e imateriais construídos por décadas em determinada região não podem ser simplesmente substituídos por uma quantia monetária.

Outro ator que muitas vezes colabora para a restrição da concepção de atingido são as empresas contratadas para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Tais instituições tendem a adotar a visão indenizatória dos atingidos, o qual

em grande parte dos processos de licenciamento ambiental ainda é aquele que tem sua terra desapropriada para a construção da hidrelétrica (concepção territorial-patrimonialista), e que muitos Estudos de Impacto Ambiental referem-se eufemisticamente como “afetados” ou “moradores da área de criação do reservatório. (Santos, 2015).

A limitação do conceito de atingido ao proprietário (titularidade comprovada), cujas terras foram alagadas, sendo o bastante apenas sua indenização pecuniária, é a forma utilizada pelas empresas para reduzir suas despesas, pois restringe inclusive o número de pessoas a serem indenizadas. Assim ficam excluídos e sem nenhum direito os posseiros, arrendatários, os povos originários e comunidades tradicionais como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, entre outros que são moradores destes locais mas não tem um documento comprobatório da posse. Este foi o entendimento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em relatório elaborado pela comissão especial “atingidos por barragens”:

Uma caracterização restritiva ou limitada do que sejam os atingidos, ou seja, do que sejam os prejuízos e os prejudicados pelo planejamento, implantação e operação da barragem acaba por desconhecer uma série de direitos, bem como desqualificar famílias e grupos sociais que deveriam ser considerados elegíveis para algum tipo de reparação. Alguns dos casos eleitos pela Comissão para análise ilustram que o conceito de atingido adotado tem

propiciado e justificado a violação de direitos a uma justa reparação ou compensação, entre outros, de ocupantes e posseiros, pequenos comerciantes, garimpeiros artesanais, pescadores e outros grupos cuja sobrevivência depende do acesso a determinados recursos naturais. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

Por fim, o relatório do CDDPH elencou os seguintes aspectos que devem ser considerados para definir quem são as pessoas atingidas pelos empreendimentos:

- A implantação de uma barragem implica, via de regra, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial.
- Entende-se que na identificação dos impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos devem ser consideradas as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão, etc.
- Na identificação dos tipos de impactos, devem ser considerados, entre outros: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda da terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e) ruptura de circuitos econômicos.
- Em certas circunstâncias também devem ser consideradas como atingidas as comunidades e populações anfitriãs, isto é, que receberam reassentamentos de deslocados pelo empreendimento.
- Devem ser considerados os efeitos a jusante da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório. A restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais, etc.), assim como todas as interferências a jusante deverão ser consideradas para efeito da identificação dos impactos.
- Devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas.
- As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não passíveis de quantificação e, a fortiori, de monetarização, devem ser consideradas e objeto de ampla e aberta discussão e negociação.
- Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de

emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.

- Deverá ser considerada a dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento.
- Para os Povos Indígenas e demais Comunidades Tradicionais serão consideradas suas especificidades culturais, direitos históricos, constitucionais e reconhecidos por convenções internacionais.

(Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

No ano de 2010 foi editado o Decreto Federal nº 7.342, que instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, criou o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e deu outras providências. Este decreto trouxe indiretamente uma definição de que pessoas seriam consideradas atingidas:

Art. 1º Fica instituído o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

[...]

Art. 2º O cadastro socioeconômico previsto no art. 1º deverá contemplar os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;

II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;

III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;

IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;

V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;

VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento,

incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e

VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste Decreto, o polígono do empreendimento abrange áreas sujeitas à desapropriação ou negociação direta entre proprietário ou possuidor e empreendedor, incluindo as áreas reservadas ao canteiro de obras, ao enchimento do reservatório e à respectiva área de preservação permanente, às vias de acesso e às demais obras acessórias do empreendimento. (BRASIL, 2010)

Tal relação não é exaustiva, podendo outras pessoas se encaixarem na classificação de atingidas, pois a Constituição Federal traz entre seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana (incisos II e III do Artigo 1º). Inicialmente o citado decreto só trazia a definição de atingido para barragens construídas para fins hidrelétricos. Após pressão do MAB, a definição foi ampliada para outras situações de barragens.

4- O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

O MAB tem suas origens no final da década de 1970, durante a ditadura civil-militar que governou o Brasil, através da organização das pessoas atingidas por grandes obras hídricas, em diversas regiões do país, na luta contra a violação de seus direitos.

O surgimento do MAB ocorreu a partir da organização conjunta de sindicatos de trabalhadores rurais e de setores progressistas ligados à Igreja Católica e, em alguns poucos casos, de igrejas evangélicas. Nesse último caso cabe destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), responsável em grande parte pela organização dos movimentos de resistência à construção de barragens em várias partes do Brasil. (Evangelista, 2011)

Naquele período houve um grande investimento estatal em produção energética, para abastecer as grandes indústrias que estavam se instalando no Brasil, com ênfase na construção de hidrelétricas, devido à grande disponibilidade de rios com as características adequadas em várias localidades do país. A execução desses projetos foi inicialmente feita pela empresa estatal Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

A construção das hidrelétricas não veio acompanhada de um plano para minimizar os danos às populações que viviam nas regiões a serem afetadas pelas obras. “Conseqüência disso foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terrás.” (MAB M. d., História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas, 2011)

As obras que se destacam naquela década por gerarem um maior foco de resistência das comunidades são: a usina hidrelétrica de Sobradinho, que causou a remoção de mais de 70.000 pessoas, e a usina hidrelétrica de Itaparica, que gerou a remoção de outras 40.000 pessoas, ambas na região Nordeste; As usinas hidrelétricas de Itaipu, Machadinho e Itá, na região Sul; e a usina hidrelétrica de Tucuruí, na região Norte.

Os atingidos começaram então a formar organizações diversas, de atuação mais regional, como a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI), a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), na região Sul, entre outras, cuja principal reivindicação era uma indenização justa pela perda de suas terras e bens. Porém, ao perceberem que as indenizações não traziam de volta seu modo de vida, os atingidos passaram a reivindicar outras terras para que pudessem continuar a viver como agricultores. A principal bandeira de reivindicação passou então a ser “terra por terra”.

As conquistas foram acontecendo através de muita luta e organização. Houve enfrentamentos entre atingidos e empresas construtoras das obras para que os direitos fossem cumpridos. Mesmo assim, a forma de indenização dos atingidos foi bastante diversa de acordo com as lutas que se conseguiu travar em cada local. (MAB M. d., História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas, 2011)

Com o desenvolvimento das organizações locais e regionais, foi realizado, em 1989, com a redemocratização política do país, o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Ali foi feito um levantamento mais amplo das lutas, e trocadas experiências entre as regionais. Esta articulação nacional foi se fortalecendo e conquistando mais espaços, auxiliando grupos de atingidos a se organizarem. Dois anos depois, em março de 1991, foi realizado o Primeiro Congresso dos Atingidos de todo o Brasil, ocasião em que se formalizou o MAB como

um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. O dia 14 de Março é instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado em todo o país. A luta contra as barragens se intensificou na compreensão de que o problema central está no modelo energético e nossa palavra de ordem passou a ser TERRA SIM, BARRAGEM NÃO! A luta pelo direito a ter terra, casa, vida digna continuou com a compreensão de que era possível ter dignidade sem necessitar construir as barragens. Os Congressos Nacionais do MAB passaram a ser realizados de três em três anos, sempre reunindo representantes de todas as regiões organizadas. (MAB M. d., História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas, 2011)

Porém as lutas do Movimento foram ficando cada vez mais difíceis, com a entrada em cena de um novo fator: a empresa privada. As hidrelétricas passaram a ser projetos não mais somente conduzidos pelo Estado, mas entregues às empresas transnacionais. Isso começou na década de 1990, com a forte influência neoliberal que sofreu o país. A energia passou então a ser uma mercadoria como tantas outras, gerando enormes lucros para as empresas. Foi nesse momento histórico que o Movimento adotou as palavras de ordem “água para vida, não para morte”.

Apesar das dificuldades, a organização dos atingidos continuou, sendo realizado, em março de 1997, o Primeiro Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, em Curitiba/PR. Desse encontro, que envolveu 20 países, com atingidos de vários continentes, resultou a Declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de Março, como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

Em novembro de 1999, foi realizado o Quarto Congresso Nacional do MAB, que ocorreu em Minas Gerais,

onde foi reafirmado o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal e por um Projeto Popular para o Brasil que inclua um novo modelo energético. Foi reafirmado o método de organização de base do MAB, através dos grupos de base, instância de organização, multiplicação das informações e resistência ao modelo capitalista. (MAB M. d., História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas, 2011)

No ano de 2004, o MAB realizou a Marcha Nacional Águas pela Vida, com cerca de 600 militantes, percorrendo o trecho de Goiânia até Brasília, com o objetivo de pressionar o governo federal a proteger os direitos dos atingidos. Além disso, protestavam contra a criminalização dos que combatiam o modelo energético adotado no país. Por exemplo, na bacia do rio Uruguai havia 107 atingidos que estavam sendo processados por sua atuação contra as barragens.

No ano de 2006, foi realizado o 2º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em Curitiba/PR, com a presença de 1200 participantes. No evento foi reafirmado o caráter popular, sindical e político do movimento, além da posição contraria ao modelo energético adotado no país. Para o Movimento, a água e a energia deveriam ser bens públicos, e não mercadorias à disposição do mercado, sendo então adotadas as palavras de ordem “água e energia não são mercadorias!”.

Nos últimos anos tem crescido dentro do Movimento o debate sobre gênero e violações dos direitos das mulheres atingidas. Nesse sentido foi realizado em Brasília, em abril de 2011, o 1º Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens, com cerca de 500 participantes.

Atualmente o MAB está organizado em dezesseis estados do Brasil (RS, SC, PR, SP, MT, MG, BA, PE, PB, CE, PI, GO, TO, MA, PA e RO).

Seguimos erguendo bandeiras contra as injustiças, pelos direitos dos atingidos por barragens, por um modelo energético popular que leve em conta as necessidades do povo, e por um projeto popular para o Brasil.

Água e energia não são mercadorias!

Água e energia são para soberania!

(MAB M. d., História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas, 2011)

O MAB tem atuado na maioria dos casos de violações de direitos geradas por grandes obras que impactam o meio ambiente. Por exemplo, o caso da usina hidrelétrica de Belo Monte, localizada na bacia do rio Xingu, estado do Pará. Após diversas mobilizações, em março de 2018 o Movimento teve uma importante conquista, que foi o reconhecimento pelo IBAMA de que as 968 famílias da lagoa do bairro Independente 1 foram atingidas por Belo

Monte, e por isso devem ter o direito ao reassentamento ou à indenização, que deve ser feito pela empresa Norte Energia.

As famílias moradoras da Lagoa do bairro Independente 1, em Altamira (PA), estavam lutando há três anos para serem reconhecidas como atingidas pela hidrelétrica de Belo Monte. A maior parte vive em casas de palafita (alagamento perene) e outras no entorno, em áreas aterradas por particulares ou pela prefeitura. O inchaço populacional do local se deu com a construção da hidrelétrica, sobretudo devido ao aumento no preço do aluguel na cidade.

Por ser área de alagamento, os moradores desconfiaram desde o início que se tratava de local de interferência de Belo Monte, o que a Norte Energia sempre negou, afirmando que, segundo seus estudos, está acima da cota 100.

Com a pressão dos moradores organizados no MAB sobre a empresa e o governo federal, o IBAMA passou a exigir o monitoramento do nível das águas e o estudo da interferência do reservatório no local. A Norte Energia e Agência Nacional de Águas (ANA) passaram a fazer esses estudos. Desde então, a empresa começou a afirmar que o local tratava-se de um “áquifero suspenso” sem conexão com o lençol freático, portanto, isolado do reservatório.

O escritório local do Ibama, no entanto, fez um estudo que mostra o impacto da poluição das águas da lagoa no lençol freático e, por consequência, no reservatório da hidrelétrica, pois ali se tornou um grande esgoto a céu aberto sem as famílias terem direito à água potável e saneamento. Além disso, mostrou a relação entre o aumento desordenado do preço dos aluguéis e a ocupação do local, evidenciando a relação com Belo Monte.

No final de 2016, o órgão licenciador obrigou a Norte Energia a fazer um cadastro socioeconômico do local, para “identificar a temporalidade do afluxo populacional para a região da lagoa do Independente 1”. No início, a empresa se recusou a fazer, mas houve pressão dos moradores e o próprio Ibama manteve a decisão. O cadastro acabou sendo concluído no início de 2018 e apontou a existência de 968 famílias moradoras no local.

Para Jackson Dias, da coordenação nacional do MAB, esta é “uma grande conquista” que se dá “depois de três anos de muita luta no IBAMA, na Norte Energia, e se converte numa das maiores conquistas históricas dos atingidos por barragens, ainda num momento de muita perda de direitos. Isso só foi possível com muita pressão popular e organização no movimento”.

(MAB M. d., Belo Monte: 968 famílias são reconhecidas como atingidas, 2018)

Outro conhecido caso em que o MAB tem atuado foi no rompimento de uma barragem de rejeitos na mina de ferro Córrego do Feijão, operada pela Mineradora Vale S.A. e localizada na cidade de Brumadinho/MG. Em janeiro deste ano, o Movimento se reuniu com representantes do poder público municipal, da Defensoria Pública da União, de outros

movimentos sociais e da Igreja Católica. A mineradora foi acusada pelo prefeito de estar omitindo e controlando informações sobre as barragens. “O MAB se colocou a disposição de trabalhar junto ao município estado e outras entidades da sociedade para solucionar os problemas. ‘Compartilhar o que aprendemos em Mariana e evitar que os erros cometidos pelas empresas e instituições lá, voltem a se repetir’, enfatizou Joceli Andreoli, da Coordenação Nacional do MAB”. (MAB M. d., 2019)

O Movimento fez um estudo sobre o caso de Brumadinho, publicando um dossiê de 28 páginas em fevereiro deste ano, um mês após o rompimento da barragem, com o objetivo de fazer a denúncia do que chamam de “crime da Vale sob a ótica dos trabalhadores”. O dossiê está disponível para consulta no sítio eletrônico do MAB na internet.

Nós, atingidos por barragens, que sofremos na pele a recorrente violação de direitos, também denunciamos a destruição e a apropriação de bens naturais, a exploração dos trabalhadores e o desrespeito às comunidades por parte das grandes empresas para a geração de lucros extraordinários. O MAB continuará a denunciando esses crimes e lutando pelo direito dos atingidos por barragens em todo o Brasil.

Água e Energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular!

(MAB M. d., MAB publica dossiê sobre o crime da Vale em Brumadinho, 2019)

Além do dossiê, o MAB também produziu o documentário "Brumadinho: Quando o Lucro Vale Mais", trazendo os relatos de dor e denúncia dos atingidos pelo crime, e dedicado a todas as famílias atingidas de Brumadinho, Minas Gerais e de todo Brasil. O documentário está disponível para acesso na plataforma virtual YouTube, com publicação em 25 de fevereiro de 2019. (MABcomunicação, 2019)

Uma das últimas atuações do MAB foi no dia 16 de agosto deste ano, no centro do Rio de Janeiro, onde o Movimento se juntou à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e outros movimentos sociais num ato contra a venda de refinarias e terminais da Petrobrás.

Os Movimentos entendem que esta venda é a entrega do patrimônio nacional, e que trará diversos prejuízos ao país. Conforme um dos coordenadores do MAB, Leonardo Maggi, o Movimento está lutando pela soberania nacional, e tal pauta deve ser adotada por toda a sociedade. Assim declarou Maggi:

No último dia 13, no ato da Tsunami da educação encerramos nossa manifestação aqui em frente a Petrobrás, numa clara posição de nossas organizações de que queremos que os recursos oriundos da venda da nossa maior riqueza, o petróleo, seja revertido para as melhorias nas áreas da saúde e educação.

Ter um país soberano significa ter um país onde seu povo decide sobre os rumos da nação, e por isso estamos aqui, nos preparando para o grande ato em defesa da soberania, já marcado para o dia 3 de outubro, quando retornaremos para a Petrobrás no dia de seu aniversário de fundação. (MAB M. d., MAB participa de ato contra a venda das refinarias no RJ, 2019)

4.1 - O Caso de Acauã

A Barragem Argemiro de Figueiredo, mais conhecida como Barragem de Acauã, situa-se no estado da Paraíba, com seu lago englobando parte dos municípios de Itatuba, Aroeiras e Natuba, com capacidade de mais de 250 milhões de m³. Ela foi construída para fornecer abastecimento humano para a cidade de Campina Grande e região metropolitana, além de desenvolvimento das atividades agropecuárias.

O projeto da barragem de Acauã teve seu início na década de 1980, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Porém sua conclusão só ocorreu no ano de 2002, desta vez pelo governo do estado da Paraíba, com a maior parte dos recursos proveniente do governo federal.

A instalação da barragem causou o deslocamento forçado de aproximadamente seis comunidades rurais, com aproximadamente 5 mil pessoas (cerca de 900 famílias) que viviam nas margens do rio e proximidades. Essas pessoas foram removidas para diversas comunidades (denominadas “agrovilas” pelo Estado), sendo a maior Pedro Velho, que abrigou quase metade dos removidos, seguida de Cajá, Melancia e Costa.

Os locais para onde foram transferidos os atingidos pela barragem eram totalmente desprovidos de qualquer estrutura, como escolas, postos de saúde, saneamento básico, transporte, etc. Até a própria água se tornou um problema nessas localidades. Foram pagas indenizações desproporcionais e concedidas terras e moradias inapropriadas às comunidades.

A chegada da barragem de Acauã foi muito danosa para as comunidades também pela forma com que foram removidos, sendo surpreendidos com a subida rápida das águas. Os atingidos dizem que a área inundou muito rápido, não deixando tempo suficiente pra que seus pertences fossem salvos. O lago da barragem encheu antes do previsto pelos técnicos do governo, e a população alega que não houve um plano de transferência, tendo sido tudo realizado às pressas. Assim relata Maria, moradora da vila de Pedro Velho, citada por Evangelista (2011, p. 154):

(...) Todo dia as pessoas olhavam prá represa e viam a água subindo, mas diziam: “não, ela vai descer”. A água subindo, e diziam de novo: ”não, mas

ela desce". Teve gente que tirou os troços – isso quando pôde tirar! – com a água por aqui (apontando a depoente para o pescoço) e Iran mesmo dizia que os engenheiros disseram pra ele que a barragem só ia sangrar depois de dez anos! O fato é que o pessoal teve que fugir da água à noite e no escuro, porque a enchente cortou a energia que passava por lá. Alguns, quando tinham, botavam uma canoa no meio da rua pra tirar umas coisinhas, uns trocinhos que ainda tinham dentro de casa e quando terminava voltava pra ajudar a tirar os troços dos outros. Se fosse uma coisa combinada com o governo a gente tinha aproveitado tudo, as telhas, os tijolos, as madeiras do curral... Teve até gente que perdeu os bichos de noite com a enchente!

Muitas pessoas resistiam a deixar suas terras, ou simplesmente não acreditavam que a inundação realmente iria ocorrer. “Indignados, moradores dos povoados de Pedro Velho e de Cafundó não aceitaram ir para os conjuntos habitacionais rurais e resistiram de forma destemida, em seus locais tradicionais de vida” (Medeiros, 2010, p. 167).

O problema é que, no ano de 2004, dois anos após a conclusão das obras, houve um grande volume de chuvas na região, fazendo com que o reservatório de Acauã atingisse um nível que só estava previsto para ocorrer após pelo menos 10 anos de sua construção. Ou seja, em cerca de um mês o lago encheu quase em sua totalidade, pegando os moradores que ainda resistiam de surpresa. Esse fato causou a inundação completa do antigo povoado de Pedro Velho. Assim relatou Silva, M. J., moradora da Vila Nova de Pedro Velho (Aroeiras), conforme citado por Medeiros (2010, p. 168):

A conclusão da construção da Barragem de Acauã se deu em 2002. Ela já estava sendo inaugurada e nós das comunidades que abrangem os municípios de Itatuba, Natuba e Aroeiras não tínhamos, ainda, recebido nenhum tipo de indenização. Nós ficamos com aquele sentimento de que a barragem nunca ia encher e nós nunca íamos abandonar o nosso lar, nossas histórias, as nossas raízes. Aconteceu muito rapidamente e nós fomos expulsos da comunidade. Todos fomos expulsos com as águas. Em três dias de chuva a barragem nos expulsou e quase que nós não conseguimos tirar as coisas do pessoal e das nossas casas.

No mesmo sentido relatou Adauto, morador de Pedro Velho, conforme citado por Evangelista (2011, p. 144):

Agora, não é desacreditando em Deus, porque água ele manda muito, mas é que no fundo da minha vontade eu esperava que não enchesse, mas ainda achava que ia encher tudo e mesmo assim eu só ia sair com a água na porta da cozinha. E foi assim mesmo que eu saí: era aquele mar d’água entrando na minha casa e eu tirando os caibros da coberta da casa, as telhas e tudo que eu pudesse aproveitar; e a água não parava de subir, até que ela já tava na cozinha e eu em cima de uma mesa tirando os troços que podia aproveitar. Aí era tirando e carregando prá parte seca com a água na cintura; e pra completar não tinha transporte. O prefeito passado ainda era candidato e ele não tinha sido eleito, mas mesmo tendo perdido ele deu uns cinco ou seis carros pra transportar os troços e o povo, mas como era gente demais,

tudinho com os mesmos problemas, ia socorrendo um e socorrendo outro, mas não tinha como socorrer todo mundo naquela correria. As telhas mesmo eu perdi tudinho, ficaram embaixo d'água porque era pesada e tinha que ter mais tempo; já as madeiras eu consegui livrar levando nas costas com a ajuda de um e de outro. Eu calculo que perdi pra mais de seis milheiros de telha. Quer dizer, todo mundo teve as casas cobertas pela represa e tão tudo lá no fundo da barragem, até o cemitério tá lá também! Minha casa... Podia até alguém não dar, mas eu não dava por 15 ou 20 mil contos; inclusive eu nem precisava vender! Resultado: Me deram cinco mil de indenização, e mesmo assim esperei um tempão pra receber! Quer dizer que eu não fui indenizado, fui roubado”

O projeto da barragem e todas as suas consequências não foram detalhados para as comunidades locais, que receberam apenas promessas vagas de melhoria de vida. Assim relatou o agricultor Amaury, morador da comunidade do Costa, conforme citado por Evangelista (2011, p. 112):

Bem, as pessoas (os técnicos do governo estadual) chegaram aqui dizendo que ia ser construída uma barragem que ia gerar muito emprego e muitos benefícios para o povo daqui e de toda a região, mas estavam enganando o povo porque disseram que nenhum morador ia ser prejudicado e com isso foi passando o tempo e só depois que a barragem estava sendo construída é que fomos descobrir que não era como o governo dizia; as pessoas iam aos poucos perdendo as suas terras na medida em que a barragem ia enchendo e nada de se desapropriar outra área pra reassentamento, porque uma agrovila não é assentamento. Foi aí que vieram pessoas de outras localidades do estado e de outros estados para se juntar a nós e nos incluir na luta do MAB a nível nacional.

Sobre o início da nova comunidade de Pedro Velho, assim explicou um de seus moradores, o agricultor e líder político Iran, conforme citado por Evangelista (2011, p. 114):

Pedro Velho é na verdade um conjunto habitacional (urbano) construído em plena zona rural, e possui cerca de trezentas e setenta casas construídas pelo Projeto Mariz. Logo, não foram construídas como parte do planejamento da construção da barragem, mas sim como forma de reduzir o sofrimento daqueles que foram desalojados, e mesmo assim a sua construção teve... Só começou depois que a construção da barragem foi iniciada. No começo da transferência das famílias para esta comunidade, quase todos moravam (ainda) em barracas, parecia mais um acampamento de refugiados.

Os danos causados pela construção da barragem às comunidades foram grandes e diversos. Os principais danos a curto prazo, que terminaram inviabilizando a agricultura familiar antes exercida, foram:

- A inundação de áreas antes exploradas com atividades agropecuárias;
- A destruição de toda a infra-estrutura produtiva na área inundada;
- O pagamento de indenizações em valores muito baixos, se comparados com o preço de mercado dos imóveis submersos - tendo inclusive sido excluído desse pagamento um número considerável de famílias;

- O não reassentamento das famílias em outras áreas para estas retomarem as suas atividades produtivas, conforme havia sido prometido pelo governo estadual.
(Evangelista, 2011)

Apesar da gravidade da situação dos atingidos pela barragem de Acauã, Evangelista (2011) destaca que as comunidades receberam pouco apoio da sociedade civil, como os partidos políticos. A Igreja Católica, por exemplo, é citada como uma das entidades que se mostrou ausente naquela situação, em grande parte por já estar atuando nos conflitos gerados pela construção da barragem de Araçagi, também no estado da Paraíba. Apesar desta ausência, a Igreja Católica mostrou ter uma preocupação com o fator humano em relação a essas grandes obras, como relata o Padre Gaspar, da Arquidiocese de Guarabira/PB, conforme cita Evangelista (2011, p. 117):

Toda barragem tem como objetivo trazer o progresso, e todo progresso gera conflitos. A história da humanidade mostra que, pelas maiores construções o progresso sempre trouxe conflitos (...) Primeiro, conflitos baseados no pensamento de pessoas que defendem a ideologia segundo a qual a defesa da ecologia está em primeiro lugar; outros são aqueles que defendem a vida humana, pois se desloca, se transfere grandes grupos de pessoas de sua terra para em nome do progresso, através da construção de uma barragem. Então, a Igreja, como instituição, na sua essência defende a pessoa humana. Para ela o ser humano é maior do que qualquer progresso, pois o maior progresso deve ser aquele que existe e se forma dentro do ser humano (...) Então, é preciso que haja muita sintonia entre os governantes, entre as entidades de classe e entre a própria instituição, se podemos dizer assim, Igreja, pois ela, além de ser uma instituição divina, é também humana. E por ser humana e por ser divina, ela defende o humano que é a semelhança de Deus. Então, eu, particularmente, defendo muito mais a defesa do elemento humano. Não adianta ir atrás do progresso, o progresso chegar sem que ele valorize as pessoas humanas. As pessoas humanas devem ser respeitadas pelos seus direitos, pois a pessoa humana deve ter seus direitos invioláveis.

Na ausência da Igreja Católica, as Igrejas Evangélicas começaram a atuar junto às comunidades atingidas por Acauã. Destaque-se que essas Igrejas tinham posicionamentos bastante diferentes com relação às questões envolvendo os conflitos resultantes das construções de barragens. Enquanto a Igreja Católica, nos casos em que atuou através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), trazia uma visão de politização da questão da terra e dos direitos dos atingidos, as Igrejas Evangélicas focavam no aspecto individual e espiritual.

A CPT atuou no sentido de aliar a religiosidade à luta social, à resistência ao poder dos latifundiários, e com a visão de que o Estado deveria ser responsabilizado e reparar as perdas dos atingidos. Por outro lado, as Igrejas Evangélicas traziam o foco no indivíduo, que seria o responsável por superar os problemas pelos quais estava passando, independentemente do

Estado, como se pode notar através do relato do Pastor Joás, da Assembléia de Deus, citado por Evangelista (2011, p. 119):

Eu não acompanhei de perto o drama dessas pessoas, mas sei que não houve participação das igrejas de um modo geral, inclusive da nossa, porque nós chegamos aqui bem depois dessas comunidades terem sido transferidas de suas terras por causa da barragem. Sei também que esses problemas foram causados em grande parte pelo governo que não cumpriu com o que foi acertado com as comunidades. Mas eu acho que há por parte de muita gente um alarde com relação a isso. Eu sei que o governo tem a sua parte de culpa, mas não podemos levar as pessoas a se conformarem com essa explicação e encorajá-las a buscar as suas próprias saídas. Nós às vezes com o tempo nos conformamos, mas o tempo não espera por ninguém, não é verdade? Sei que eles sempre me falam de sua luta, desde o momento em que houve aquela preparação para que eles tivessem que sair lá do outro Pedro Velho pra vir pra cá, mas uns queriam vir e outros não queriam e com isso ficaram esperando pelo tempo, mas o tempo trouxe uma surpresa e a barragem, que achavam que só encheria só com dez anos na verdade encheu rápido e pegou o povo de surpresa, despreparado. Quer dizer, o povo esperou pelo tempo, mas o tempo não espera pelo povo. Correram por causa da enchente e com isso perderam praticamente tudo, casas completas, mas é preciso passar por cima disso e buscar a salvação por outros meios e não só com a ajuda do governo. A saída, portanto, é encorajar as pessoas a buscarem as suas soluções próprias (...) E uma dessas saídas é o estabelecimento de um negócio próprio. Se você andar por aí (pelas agrovilas) vai ver que muitos dos negócios que mais prosperaram estão nas mãos dos evangélicos. E sabe por que? Porque eles são mais regrados, mais controlados e, portanto mais preparados para os seus negócios.

Um fator de destaque apontado como sendo uma das consequências das centenas de pequenas propriedades que foram alagadas pela barragem de Acauã, foi o aumento expressivo no número de trabalhadores sem-terra. Conforme Evangelista (2011, p. 127), esse aumento se deu nos três municípios atingidos, com destaque para o município de Aroeiras, onde o número de trabalhadores sem-terra representava mais de 35% do total.

Conforme relatos dos atingidos, antes das barragens havia terra suficiente para a agricultura e pasto para os animais, além da pesca no rio, o que oferecia meios de subsistência para toda a população.

Essas comunidades atingidas por grandes barragens apresentam como uma de suas principais características uma cultura marcada fundamentalmente por valores que diferem da economia individualista de mercado. Isso leva essas comunidades ao aproveitamento de espaços de recursos naturais de uso comum, cuja existência passa a sofrer o risco de desaparecimento devido à perda de extensas áreas de terras para as grandes represas. Ainda hoje, inúmeras comunidades rurais dispõem desses espaços territoriais (florestas, campos, lagos, lagunas, rios) que foram e muitos ainda são explorados coletivamente, o que constitui uma forma de resistência da agricultura camponesa. (Evangelista, 2011)

Antes da construção da barragem, nos municípios atingidos eram cultivados o tomate, banana, uva e mandioca para comércio, e também, na maior área plantada, o milho, feijão e batata-doce, principalmente para consumo familiar. As comunidades tinham sua organização social e espaços de convivência, tendo em suas feiras livres um dinâmico e importante canal de integração do produtor com o mercado. As feiras eram um dos principais espaços de sociabilidade que davam sentido ao cotidiano da comunidade. Assim descreveu o produtor rural Luís, da vila de Pedro Velho, citado por Evangelista (2011, p. 132):

Tinha uma feirinha boa danada no domingo, quando a gente ia vender nossos legumes e o pessoal de fora, até de Pernambuco ia vender troço prás nossas casas, roupa, sapato, de tudo tinha um pouco. Hoje aqui a gente não tem feira, tem que ir pra Aroeiras ou Campina; ou então comprar mais caro nas bodegas e nos mercadinhos daqui, porque os fornecedores alegam que as condições de estrada pra cá são muito ruins e por isso as mercadorias chegam mais caras. Quer dizer, era um lugar pequeno, mas era bem arrojadinho porque vinham os mangaieiros lá de Pernambuco e abastecia a nossa feirinha de um tudo, que fosse em carro ou em caçúá de animal, como caçúá de banana e todo tipo de mercadoria. Eu mesmo cansei de levar os caçúá dos mangaieiros de Pernambuco na canoa, de um canto a outro. Por isso que eu lhe disse que não faltava movimento lá.

Tal situação acabou com a autonomia do trabalhador do campo, que produzia seus próprios meios de subsistência, passando a viver de forma completamente diversa, conforme relata Luiz, morador da comunidade de Pedro Velho, citado por Evangelista (2011, p. 227):

Aqui mesmo ninguém tem mais condições de criar, nem de criar nem de plantar. Aqui (na agrovila de Pedro Velho) esses pobres coitados criam uns bodinhos, mas os bichinhos são espancados mais do que tudo porque se entram nas terras de um grande desses que tem terra, eles bota pra fora na pancada... E as terras do DNOCS, que tiveram uma parte que a barragem não cobriu, tão sendo explorada por gente graúda, gente inclusive que nem é da comunidade daqui, são tudo de Aroeiras que não deixa os pequenos daqui plantar um roçadinho (...). Lá embaixo, quando nós morava lá, criava todo mundo embaixo e rio acima, e mesmo quem tinha seus bichinhos e não tinha terra, ou tinha pouca, acertava com um pessoal que tinha terra e trocava esse favor por trabalho e assim podia criar o que queria que ninguém mexia no que era dos outros, e a barragem acabou tudo isso.

Um importante espaço de identificação cultural para as comunidades antes da barragem eram as igrejas, onde as pessoas exerciam sua fé e se socializavam através das missas. Esses espaços também foram perdidos pela inundação, e não foram construídos outros nos locais para onde as pessoas foram removidas, quebrando a promessa que o governo estadual havia feito. Além disso, os moradores foram pegos de surpresa com a chegada das

água, e tiveram pouco tempo para retirar os objetos das igrejas. Assim relatou Luiz, um morador da comunidade de Pedro Velho, citado por Evangelista (2011, p. 131):

Todas elas foram cobertas, só deu tempo mesmo tirar umas coisas de dentro e logo a água cobriu. As de São Pedro e São Sebastião do jeito que tavam a água cobriu; só deu tempo mesmo de tirar os santos e os bancos também, né? Material de tela, madeira, parede, tudo ficou inteirinho de baixo d'água. Tem igreja que ficou a mais de 18 ou 20 metros no fundo da barragem.

Com o mesmo descaso foram tratados os cemitérios, que foram alagados sem que tivesse havido a transferência dos restos mortais para as novas terras, trazendo enormes danos aos vínculos emocionais da comunidade.

Com relação à proporcionalidade das indenizações pagas pelo Estado às pessoas atingidas, assim relatou o agricultor Luiz, conforme citado por Evangelista (2011, p. 143):

Pagou nada! O meu pai só de pés de frutas tinha mais de 40 pés de coco, tudo carregado, e outras fruteiras. E a gente vivia disso; quando um adoecia papai ia lá e vendia pra comprar os remédios, se bem que meu pai quase não vendia fruta pro povo daqui, só quando tinha precisão, e era todo tipo de fruta que meu pai tinha. Pois bem, o governo pagou por tudo, terra com casa e benfeitorias, uns 6 mil reais, uma casa boa, toda de alvenaria que meu pai não dava por dinheiro nenhum nesse mundo porque aquilo era a nossa vida, o nosso sustento. E quando viu que o governo ia pagar só 6 mil ele adoeceu e mais nunca ficou bom, de tanto desgosto que ele teve de ver aquelas terra sumindo tudo embaixo d'água.

No mesmo sentido comentou Abel, um dos líderes do MAB e morador da vila de Pedro Velho, conforme citado por Evangelista (2011, p.149):

Quando eles vieram aqui (os técnicos do governo do estado) pra fazer o levantamento, que me parece que foi da passagem de 99 pra 2000, um levantamento assim, tipo levantamento da população e a gente avaliava cerca de 800 famílias, era mais ou menos essa base. Fizeram esse levantamento e diziam o seguinte, que ia ser casa proporcional às que as famílias tinham ou dinheiro para os que optassem pelo dinheiro, mas eles nunca diziam nem pra onde a gente ia nem quanto a gente ia receber. E quando foi em 2002 a barragem já estava pronta, as casas que construíram foram todas dessa aproveitando uns recursos que tinha do Projeto Mariz, casinhas de placa, muito pequenas, que não cabe uma família de agricultor; construíram 500 casinhas dessas, espalhadas nessas quatro agrovilas nesses três municípios. Aí os de nós que tínhamos optado por dinheiro em espécie a gente não sabia nem quanto nem quando ia receber. Em 2002 a barragem já estava construída, no dia 24 de fevereiro foi inaugurada com festa pelo governo, enquanto isso a gente numa preocupação maior do mundo, todo mundo desesperado, e foi aí que parte da população começou a sair pra ocupar essas casinhas e outra parte continuou lá na antiga Pedro Velho (...). Aí no dia 26 de fevereiro, dois dias depois da inauguração, nós recebemos o primeiro pagamento das indenizações e quando o povo viu os valores recebidos ficou mais indignado ainda porque esses valores nem de longe chegaram perto do valor real dos imóveis (terras e benfeitorias), a gente fez uma média de cinco mil reais por família fora as benfeitorias, mas eles só pagaram pelas casas, de

R\$ 3.000,00 a R\$ 3.500,00 e não pagaram as benfeitorias, coisa que levamos uma vida inteira pra construir. Eram currais, cocheiras, poços artesianos, eletrificação, cisternas, barreiros e etc. Eu me lembro muito bem que na época que eles passaram avaliando um saco de cimento valia de R\$ 4,50 a R\$ 5,00 dependendo do lugar, e quando eles vieram a nos pagar, muito tempo depois, esse mesmo saco de cimento já valia de R\$ 15,00 a R\$ 17,00.

Também houve casos de atingidos que nem sequer foram indenizados, conforme relata Pedro, morador da vila de Pedro Velho, citado por Evangelista (2011, p. 149):

Firmino Caetano, rapaz, tinha um partido de palma que era a coisa mais linda do mundo, todo numa baixada perto do rio, e uma ruma de algaroba que era umas bichonas boas de produção de lenha, carvão e madeira de construção! Era onde ele criava seus bichinhos, e não recebeu sem tudo que valia não! Aí veio a barragem, a água cobriu as terras e ele perdeu foi tudo e foi tudo pro fundo (da barragem), uma tristeza! Ele não recebeu nada! Dida também não recebeu (não foram indenizados), e muitos também perderam a agricultura e não receberam. Meu cunhado também tinha um roçadinho bom e também não recebeu, só recebeu uma dessas casinhas de placa... Nada mais!

Conforme relato dos atingidos, ao invés de providenciar outras terras em substituição às que eles possuíam, o Estado propôs que as comunidades adquirissem as novas terras através de crédito fundiário, que é uma forma de financiamento em que os próprios interessados, através de sua associação, tomam o empréstimo e negociam a compra diretamente com um grande proprietário. Ou seja, o Estado fugiu da responsabilidade de devolver os atingidos a uma situação semelhante à que eles viviam antes da barragem. Assim comentou Abel, um dos líderes do MAB e morador da vila de Pedro Velho, conforme citado por Evangelista (2011, p.148):

(...) a gente (do MAB) avaliava a proposta assim: se a gente perdeu tudo o que a gente tinha pro governo do estado, como é que vamos pegar dinheiro com o próprio estado pra comprar aquilo que a gente perdeu pra ele mesmo? Como eu vou tirar dinheiro emprestado pra comprar algo que esse mesmo alguém me tomou? Perder as nossas terras pra o estado e depois pagar por elas de novo? Então nós deixamos bem claro que o justo é o próprio estado devolver a terra (outra terra) aos atingidos. Essa era a idéia, que o estado se responsabilizasse pelo que fez e só depois a gente entraria em linhas de crédito pra produzir. A compra de outra terra o estado assuma como uma forma dele devolver parte daquilo que ele tomou de nós re reparar essas injustiças.

Acerca da posse das casas nas vilas em que foram alojadas as comunidades atingidas, assim relatou Maria, moradora da vila do Costa, citada por Evangelista (2011, p. 171):

Tem nada! Já tá com oito anos que estamos aqui e o governo nunca que veio aqui entregar os títulos das casas. Na prática nem dono dessas casas nós somos. Então, se um dia alguém sair daqui pra trabalhar em outro canto,

outra cidade, outro estado e alguém chegar e ocupar já perdeu, quem entrar entrou! (...) Tem só uma escola de ensino inicial, o ensino básico o pessoal vai prá cidade; depois disso os alunos têm que ir pra Pirauá, do outro lado da fronteira, porque aqui já faz limite com Pernambuco e lá é que tem o ensino médio. E aqui tem outro problema nessa parte da educação: é a falta de transporte seguro, não tem ônibus porque a prefeitura alega que esse povoado é muito isolado e ruim de chegar um ônibus; por isso os alunos são transportados em cima de um caminhão. Às vezes o caminhão é coberto, às vezes não, e aí tem o problema do calor, do sol.”

Acerca da situação em que ficaram os atingidos, assim relatou Amaury, morador da comunidade do Costa, citado por Evangelista (2011, p. 160):

Falando no meu caso, pra mim não trouxe nada, nada; pelo contrário, piorou de tudo, de todas as formas. Primeiro porque desorganizou completamente a vida das famílias, já que todo mundo estava acostumado a viver nas margens do rio, desde criança eu era acostumado a viver tirando o sustento da nossa terra e do rio, mesmo tendo pouca água; e de repente você ter que sair quer queira ou quer não queira tem que sair do seu lugar, perder sua terra pra não ter como viver em outra, a não ser como empregado, como cativo, e quando tem como! Uma coisa é eu dizer: vou visitar alguém em João Pessoa e depois eu vou voltar prá minha terra. E hoje? Eu posso visitar João Pessoa, mas não posso mais voltar prá minha terra, prá terra da minha família.

Outro problema enfrentado pelos removidos foi a cobrança pela Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) de tarifas de fornecimento de água e esgoto na comunidade da Nova Pedro Velho, sendo que a água encanada só chegava nas residências por somente 2 horas ao dia, sem tratamento, e em dias alternados. Além disso, apesar da cobrança não havia sistema de esgoto, e ainda por cima as tarifas cobradas eram no mesmo valor das que eram cobradas na cidade de Campina Grande. (Medeiros, 2010).

Outra dificuldade eram as vias de acesso, que eram muito precárias nos locais para onde foram realocadas as comunidades. Acerca desta questão assim relatou Luiz, morador de Pedro Velho, conforme citado por Evangelista (2011, p. 169):

Além desses problemas que foram causados, além desses problemas de convivência nossa aqui, o problema maior nosso agora tá na falta de acesso, porque antes (antes da construção da barragem) nós tinha três vias de acesso: beirando o rio, de Umbuzeiro a João Pessoa; saia três ônibus de Umbuzeiro pra João Pessoa e esses ônibus andavam lotado de tanta gente que se servia deles. Essa estrada que dá pro Costa que ainda tem, tá destinhorada (deteriorada), mas tem, ia pro Pernambuco, de modo que da vila antiga de Pedro Velho tinha como chegar a Umbuzeiro, João Pessoa e pro estado de Pernambuco, mas se acabou esses acessos. Hoje só tem estrada pra Aroeiras e de lá pra Campina Grande. Se a gente quer ir pra Itabaiana tem que ir por Campina Grande, num arrodeio danado, ou então pra quem tem disposição vai pelo Costa, mas tem que atravessar a barragem, chegar no Costa, do Costa vai pra Pirauá (em Pernambuco) pra sair depois no balde da barragem

e de lá ir pra João Pessoa. Então, já que a gente tá aqui nesse lugar jogado feito bicho, se a gente tivesse pelo menos como se locomover aí ficava mais fácil. Aqui, fonte de renda também não tem por conta disso, porque ninguém vem ninguém vai, e quando a gente morava lá embaixo (na antiga vila de Pedro Velho) vinha gente de todo canto passando pelo nosso lugar e fazendo muito movimento (comércio), porque o progresso está nas estradas e se não tem estradas não tem progresso, não é isso? Não tem desenvolvimento pro povo. Então, o problema mais sério hoje é esse porque já tamos com mais de sete anos que nós tamos aqui e ninguém, nenhum governante, esse povo que governa o município, estado, essas coisas, não tem um que providencie isso porque nós precisa de acesso pra sobreviver”.

Outro fator de destaque provocado pelas condições a que foram submetidas as pessoas removidas foi o aumento do fluxo migratório. Como foram retirados os meios de produção das comunidades (suas terras), e consequentemente retirada sua autonomia, muitos se viram forçados a buscar trabalho em localidades distantes, e se adaptar às novas exigências do mercado de trabalho. Sobre a saída de moradores para trabalhar em outros locais, assim relatou Rosemary, moradora de Pedro Velho, citada por Evangelista (2011, p. 174):

Pra tudo que é lugar, principalmente pra Pernambuco e até Minas Gerais pra trabalhar no corte da cana, de modo que toda semana sai um carro com gente daqui pra procurar emprego em outros cantos. E as pessoas me falam assim: “Rosemary, quando essas oportunidades de trabalho (da pesca e da piscicultura) surgir você me avisa, que eu quero vir embora pra cá, porque eu não quero ficar longe daqui”. Muitas pessoas que estão fora daqui também me ligam pra saber se os projetos apoiados pelo governo já saíram e eu digo sempre que esperem um pouco. Mas hoje nós temos certeza que agora nós temos como colocar esses projetos pra funcionar, porque a saída, já que falta terra, é explorar a água da barragem.”

Desde então as populações atingidas pela barragem de Acauã vem tentando obter do poder público uma resposta à sua difícil situação, seja através dos órgãos oficiais como o Ministério Público Federal da Paraíba (MPF/PB), seja pelos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Atingidos por Barragens da Paraíba (MAB/PB), atores centrais no presente estudo de caso.

O MAB apresentou uma denúncia junto ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), em março de 2006, em que destacou os seguintes problemas sofridos pelos atingidos:

- Déficit habitacional de 240 moradias em relação à quantidade de famílias deslocadas;
- Escolas inexistentes ou com funcionamento precário;
- Merenda escolar precária;
- Posto médico inexistente ou com funcionamento precário;
- Assistência médica ruim;
- Inexistência de área para desenvolvimento da agricultura e pecuária;

- 121 famílias sem rede de energia elétrica;
- Três comunidades sem rede de telefonia (252 famílias);
- Segurança pública inexistente;
- 471 famílias excluídas de qualquer programa social;
- Vias de acesso precárias;
- Transporte público precário e sem atendimento regular;
- Água: captação inexistente (para 61 famílias), existente mas sem funcionamento (para 450 famílias) e existente e sem tratamento (para 150 famílias).

(Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

O Conselho então, após análises de critérios de admissibilidade, que exigiam inclusive a busca de mais informações além das trazidas pelos denunciantes, decidiu acolher para acompanhamento as denúncias de sete barragens por todo o país, inclusive a de Acauã. Além dela, foram escolhidas as barragens de: Tucuruí (Pará), Cana Brava (Goiás), Aimorés (Minas Gerais/Espírito Santo), Emboque (Minas Gerais), Fumaça (Minas Gerais) e Foz do Chapecó (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

O CDDPH instituiu, para executar a apuração das denúncias, a Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, que realizou, no ano de 2007, uma visita à Paraíba para averiguar a situação daquelas comunidades. Por três dias, a Comissão percorreu as comunidades de Cajá (Município de Itatuba), Melancia (Município de Itatuba), Costa (Município de Natuba) e Pedro Velho (Município de Aroeiras), realizando audiências públicas, visitando as moradias e instalações públicas. A Comissão também realizou diversas reuniões com representantes dos órgãos governamentais envolvidos na questão, como a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (ITERPA), a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as Prefeituras daqueles municípios, entre outros.

A Comissão relatou que na maioria dos assentamentos não havia pavimentação nas ruas e as casas eram do tipo pré-moldadas com apenas 50 metros quadrados (chamadas de “casas de placa”). Não havia postos de saúde ou infra-estrutura de serviços básicos. A comunicação se dava apenas por um telefone público por comunidade. Além disso, o acesso às comunidades era precário, sendo ainda piorado na época chuvosa. O saneamento era por meio de fossas a céu aberto, chamados pelos moradores de “fossão”. O abastecimento de água se dava por “carros-pipa”, apesar da proximidade entre as comunidades e as águas da barragem. Apenas algumas poucas residências possuíam cisterna particular, que foram instaladas através de programas do Governo Federal. E também não havia terras para plantação nem arborização em geral, inviabilizando o trabalho na agricultura pelos moradores.

Na comunidade de Melancia se verificou “um incipiente sistema de captação de águas da barragem, atualmente sem utilização pelo receio de que as águas da represa ali situada estejam contaminadas, uma vez que apresentam forte mau cheiro” (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011). Apenas na comunidade de Pedro Velho foi encontrada uma escola pública, porém lá também não havia um posto de saúde em funcionamento regular. Além disso, verificou-se que em muitos casos os moradores não possuíam a documentação de propriedade ou posse das residências.

A Comissão chegou então à conclusão de que houve grave piora na situação de vida dos atingidos, sendo muitos levados a situações degradantes. Destacou a quebra dos laços culturais, econômicos e sociais dessas comunidades, sua relação com a terra e o trabalho.

A situação decorrente da implantação da Barragem de Acauã constitui atentado à dignidade da pessoa humana, porque se inviabilizou a subsistência das populações atingidas, que passaram à condição de extrema miséria, sofrendo as mais diversas privações, quando antes mantinham condições próprias de subsistência. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

A situação dos atingidos pela barragem de Acauã viola vários dispositivos do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro através do Decreto nº 591/92, como por exemplo, o previsto em seu Artigo 11, inciso 1:

Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequando para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria continua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

(Organização das Nações Unidas, 1966)

Em seu parecer, a Comissão deu destaque a algumas violações aos direitos humanos sofridas pelas comunidades atingidas. Uma das violações foi o direito à informação, pois as pessoas residentes na região não tiveram conhecimento acerca dos detalhes das obras e seus impactos, tanto antes quanto durante a construção da barragem. Tampouco se realizaram audiências públicas com os atingidos.

Outro destaque do parecer foi a violação ao direito à propriedade e à justa indenização, pois as indenizações pagas em alguns casos foi insuficiente com relação aos bens que foram perdidos, e em outros casos não houve qualquer indenização. Além disso, citou-se a violação

ao direito à moradia, pois as famílias foram alojadas em construções inadequadas, de má qualidade e claramente piores do que as que tinham antes. A violação ao direito ao trabalho foi também explicitada, pois nos locais onde as comunidades foram alojadas não era possível a continuidade dos trabalhos na agricultura antes realizados. Também não foram criadas formas alternativas de trabalho, causando desocupação generalizada.

Outro destaque foi a violação ao direito à saúde e educação, pois na maior parte dos casos não havia escolas ou postos de saúde nos vilarejos, além da falta de saneamento básico. Por conseguinte o direito à segurança também não foi garantido, devido ao aumento nos diversos tipos de conflito após a precarização das condições gerais de vida das comunidades. Destaque também para a violação ao direito a um meio ambiente seguro e sadio, e aos direitos culturais ligados à manifestação do sentimento religioso. As comunidades foram inseridas em locais insalubres e insustentáveis, sem sequer abastecimento de água potável suficiente. E a comunidade de Pedro Velho não teve a remoção dos restos mortais de seu cemitério original, que foi alagado.

Anos mais tarde, em dezembro de 2013, o CDDPH aprovou o relatório de monitoramento de Acauã, elaborado pelo Grupo de Trabalho designado para acompanhar as recomendações do relatório sobre violações de Direitos Humanos em Barragens no Brasil. A conclusão do GT foi que as condições de vida das comunidades atingidas pela barragem de Acauã não havia melhorado, e as violações de direitos humanos encontradas na primeira visita do CDDPH em 2007 ainda se mantinham. Foi constatado que a situação na maioria das comunidades visitadas é muito semelhante à relatada seis anos atrás pela comissão especial, tendo inclusive havido piora em alguns casos.

“Não existem dúvidas para o Grupo de Trabalho que a situação dos atingidos por barragens de Acauã é uma grave situação de violação de direitos humanos decorrente da implantação de uma barragem no Brasil” e que “as recomendações do CDDPH não foram analisadas, debatidas, estudadas, criticadas e muito menos implementadas neste período, demonstrando que o Estado, em seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal) e nos seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) não têm tomado medidas eficientes para sustar e sanar as violações de direitos humanos dos atingidos por Acauã” – afirma o relatório de monitoramento.

(MAB, Estado reconhece que violações persistem em Acauã, 2013)

Conforme o relatório, a responsabilidade pela solução do problema deve ser compartilhada entre o Governo Federal e Estadual, e o ponto mais importante é a questão do trabalho e renda. Seria preciso conceder terras e água para as famílias voltarem a exercer a

agricultura e recuperarem sua autonomia. O CDDPH ainda recomendou a criação de um grupo de trabalho (GT) formado pelo Governo Federal e Estadual.

4.2 – A ação do Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba

Além da falta de apoio inicial das igrejas e da sociedade civil, que só ocorreu alguns anos depois da remoção das comunidades, outra dificuldade enfrentada pelos atingidos foi a demora na sua mobilização e organização. Tal movimentação só ocorreu quando a obra já estava em estágio avançado, tendo o MAB chegado às comunidades quando o lago da barragem já estava em fase de enchimento, e as pessoas já estavam em situação de muita dificuldade. Apesar de tardivamente, o movimento teve papel de destaque nas ações de resistência. (Evangelista, 2011).

Assim relatou Silva, M.C., moradora da vila do Costa (Natuba), conforme citado por Medeiros (2010):

Antes eu morava numa comunidade chamada Ilha Grande. Daí, em 1999, começou a construção da barragem e em 2002 fomos conhecer o MAB. Nós fomos saber sobre o que era ser atingido. Nós ficamos resistindo ainda na beira do rio, até que a água chegasse. Então se concretizou, verdadeiramente, a situação de atingido pela barragem. Fomos deslocados pra comunidade do Costa. Daí fomos conhecendo mais atingidos e envolvendo mais pessoas até se concretizar os atingidos da Barragem de Acauã.

Com a barragem sendo concluída, e muitas pessoas sem haver recebido a indenização, os moradores das comunidades atingidas passaram a se organizar e se mobilizar. Buscaram apoio em diversas organizações, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Borborema, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Igreja Católica, parlamentares, e especialmente a “Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), através de um grupo de estudantes e professores, a exemplo do Professor Edgard Malagodi e do Professor Fernando Garcia de Oliveira“ (Medeiros, 2010).

Um dos atingidos, que era aluno do curso de História da UFCG, entrou em contato com professores da universidade para expor o problema da comunidade e procurar soluções. Foram então feitas visitas aos locais afetados, e reuniões com os atingidos, gerando uma mobilização popular para pressionar o governo a liberar o dinheiro das indenizações.

Na antiga comunidade de Pedro Velho, no início do ano de 2002, os citados professores da UFCG (com o apoio da universidade) passaram a organizar reuniões semanais,

aos domingos, para debater com os atingidos formas de buscar soluções para sua situação. Com a organização da comunidade, foi então formalmente criada a Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã (AABA), sendo eleito presidente Abel Francisco Andrade, e vice Osvaldo Bernardo da Silva, sendo ambos também os futuros fundadores do MAB-Paraíba. A AABA definiu assim as suas reivindicações, conforme citado por Medeiros (2010):

- a) indenização integral de tudo que pertencia às famílias, incluindo o imediato pagamento das indenizações para as pessoas que ainda não as tinham recebido, a atualização do valor das indenizações pagas, o pagamento das indenizações de todos os bens das pessoas prejudicadas, não incluídos no que estava sendo pago, considerando, também, os prejuízos de natureza subjetiva que estavam sofrendo;
- b) implementação de um projeto produtivo de emprego e renda para todos, garantindo a sobrevivência das famílias a curto médio e longo prazos, sendo que as atividades produtivas devem ser projetadas com a participação das diversas comunidades, podendo incluir a agricultura a criação de animais e outros tipos de atividades;
- c) construção de novos núcleos para reinstalação das famílias em localidades melhores ou pelo menos iguais às anteriores;
- d) garantia de remuneração mensal para todas as famílias, até o momento em que as condições de sobrevivência estejam asseguradas, nas novas condições;
- e) acesso à toda a documentação relativa à barragem a à população atingida, como o estudos de impacto ambiental da barragem e os seus respectivos relatórios, projetos técnicos de execução da obra e seus respectivos anexos (mapas, levantamentos aerofotográficos, regimes de enchimento e esvaziamento do lago, delimitações das cotas de segurança, etc.), o cadastro de todas as famílias atingidas, e os laudos de apropriação de bens, bem como os critérios técnicos e as respectivas tabelas de valores que serviram de base para compor as planilhas que estabeleceram os valores de indenização de cada família.

Com uma articulação através da UFCG, os movimentos locais conseguiram o apoio do MAB nacional. As comunidades receberam então a visita de alguns dirigentes do Movimento vindos do Rio Grande do Sul, que ajudaram a organizar a luta pelas reparações dos diversos danos causados pela implantação da barragem.

Com o aumento do número de barragens para fins não hidrelétricos, especialmente na região Nordeste, o MAB aos poucos passou a apoiar a organização de movimentos de resistência das comunidades locais por elas atingidas. No entanto, embora este movimento tenha nas suas origens a colaboração dos sindicatos de trabalhadores rurais e de setores progressistas ligados à Igreja Católica, muitas vezes, na sua atuação em defesa das comunidades atingidas não se verifica a presença ou apoio nem de sindicatos

nem de setores ligados às igrejas, como a CPT, por exemplo. É o que ocorreu no caso de Acauã. (Evangelista, 2011)

Essa articulação com o MAB nacional teve grande importância no fortalecimento do movimento local, que passou a realizar encontros e seminários para a organização política da comunidade. Outro fator de grande importância para o MAB-PB foi o apoio de uma assessoria externa, vinculada à UFCG, sob a coordenação do professor aposentado de economia rural da UFPB, Fernando Garcia de Oliveira.

A atuação dessa assessoria foi fundamental para as atividades de mobilização do MAB, em Acauã. Pelo visto, foram várias as iniciativas que se concretizaram no apoio técnico e político aos atingidos. Como exemplo, foi mencionado, pela própria assessoria, a redação de vários documentos como ofícios, cartas, pautas reivindicatórias, relatórios, questionários, notas para a imprensa, além da redação de artigos científicos e publicação em eventos. Sempre que o MAB local necessitava se comunicar com representantes e entidades contava com o apoio da referida assessoria. Assim, correspondências foram enviadas ao presidente da República, ao governador do Estado, ao Ministério Público, aos deputados estaduais, dentre outros. A assessoria, também, colaborou na preparação e aplicação de questionários para a identificação e quantificação dos bens indenizáveis pertencentes às famílias, propostos pelo MAB-Nacional e pelo programa Fome Zero, sendo que este último tinha em vista a distribuição de cestas básicas. (Medeiros, 2010)

Devido a essa organização do movimento local, foi realizado em dezembro de 2002 um importante evento para sistematizar as demandas dos atingidos e definir as formas de ação: o 1º Encontro dos Atingidos pela Barragem de Acauã, na comunidade de Pedro Velho. No evento estiveram presentes cerca de 100 moradores das comunidades afetadas, 2 representantes do MAB-Nacional, UFCG, assessoria de parlamentares, representantes de atingidos de Sergipe, do MST, entre outros. No evento foram realizadas análises da situação local e nacional dos atingidos, suas experiências de resistência, formas de organização de base, formação política, entre outros. Conforme explica Oliveira, citado por Medeiros (2010),

Foram apresentadas várias propostas das diferentes comunidades, constituindo-se em demandas a serem reivindicadas durante o processo de organização e mobilização, dentre elas: terra para os agricultores trabalharem e para a criação de animais, água tratada, escolas públicas, assistência médica, segurança, vias de acesso, reavaliação das indenizações, casas de alvenaria, urbanização de Vila Nova de Pedro Velho. Os assessores presentes enfatizaram a importância da organização e o encorajamento à união de todos. Prevaleceu, ao final, a expressão da determinação dos participantes “para não permitir uma maior deteriorização de suas condições de vida”.

Além da UFCG, cuja Comissão de Direitos Humanos assinou uma Moção de Apoio aos Atingidos pela Barragem de Acauã em 2004, o movimento recebeu auxílio da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), através da Professora Adinari Moreira de Sousa, do Departamento de Serviço Social, e de estudantes do Curso de Serviço Social, que fizeram parte do comitê de apoio aos atingidos por Acauã e, inclusive, promoveram um seminário, em fevereiro de 2004, para discutir o processo vivenciado pelas comunidades atingidas, com a presença de suas lideranças (SOUSA *apud* Medeiros, 2010).

Também a Igreja Católica se manifestou a favor dos atingidos, emitindo em 2004 uma Moção de Apoio na 13^a Assembléia das Pastorais Sociais do Regional NE II, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que inclui os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

A nível local, o MAB-PB realizou diversas ações para expor a situação dos atingidos e conseguir soluções para os problemas. Como exemplo é possível citar visitas à Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Minerais da Paraíba (SEMARH); visitas a líderes da Igreja Católica na Paraíba; participação, em maio de 2002, na Câmara de Vereadores de Campina Grande, de uma sessão especial em que os vereadores se posicionaram por unanimidade em favor das demandas das comunidades; entre outras ações. (Oliveira *apud* Medeiros, 2010).

Ainda no ano de 2002, foi organizado pelo MAB o primeiro ato público em protesto contra a situação de abandono em que se encontravam as comunidades atingidas: uma passeata até a cidade de Campina Grande. Naquele mesmo ano, cerca de 1000 pessoas fizeram outra marcha pelo centro da capital João Pessoa, em direção ao Palácio do Governo, a fim de serem recebidos pelo governador. O movimento conseguiu realizar a audiência com o então governador Roberto Paulino (vice em exercício devido à renúncia de José Maranhão, do PMDB), porém o mesmo alegou não ter condições de atender aos pedidos devido estar no fim de seu mandato.

Também foram realizadas diversas denúncias à imprensa, que tiveram boa repercussão. O Jornal da Paraíba, em matéria de setembro de 2002, conforme cita Evangelista (2011, p. 116), expôs a situação de miséria em que estavam vivendo os moradores do distrito de Pedro Velho. A notícia apontou que cerca de três mil pessoas tiveram suas casas desapropriadas, e dois anos depois ainda viviam em péssimas condições de subsistência. Evangelista cita ainda outra reportagem, do ano de 2004, publicada pelo Diário da Borborema, em que os moradores denunciavam a falta de condições de trabalho no local para onde foram removidos. Relataram que não podiam mais exercer a profissão de agricultores,

além de não terem recebido as indenizações prometidas. Também denunciavam as precárias condições da vila para onde foram removidos, que não tinha calçamento, rede de esgoto e nem sequer água potável.

Entre as mobilizações merece destaque a realização, em março de 2004, de um ato público no Dia Internacional da Água promovido pelo movimento Articulação do Semiárido – Paraíba (ASA-PB), realizado no município de Aroeiras e focado nas violações de direitos pela barragem de Acauã, com a participação de cerca de 500 pessoas. No mês seguinte, foi realizado pelo MAB-Nacional um seminário em Campina Grande para as comunidades atingidas.

Outra ação realizada foi a marcha de Aroeiras até a sede da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) em Campina Grande, para que fossem interrompidas as cobranças de água e esgoto nos vilarejos de Acauã, já que o fornecimento de água era completamente falho, e não existia sistema de esgotamento sanitário. Assim relatou Silva, M. T., moradora da Vila Nova de Pedro Velho (Aroeiras), citada por Medeiros (2010):

Depois que começou o movimento lá no Pedro Velho melhorou, porque vinha o papel da água para pagar, mas a gente não pagava água, porque não podia. Depois, a gente fez um movimento lá em frente à CAGEPA, em Campina Grande, e através desse movimento, até hoje, nós não estamos pagando a água.

O MAB-PB também utilizou de táticas em formato semelhante ao usado pelo MAB-Nacional e pelo MST, em algumas situações em que a tentativa de diálogo não obteve sucesso, correndo o risco da repressão pelos órgãos estatais. Assim relata Silva E., morador da Vila Nova de Pedro Velho (Aroeiras), conforme citado por Medeiros (2010):

Eu vi o pessoal tudo gritando, implorando pra falar com o governador e nada do governador chegar, e veio o secretário dele falar com a gente, mas nesse dia não foi resolvido nada. Então, o pessoal falou que não íamos desistir, que viríamos outras vezes, que iríamos acampar, trancar a BR, fazer o que for possível pra gente conseguir o que a gente veio atrás. Já trancamos a BR já invadimos uma usina e passamos três dias dentro de um canavial atrás dos nossos direitos, porque esse povo quer destruir a gente. Só porque a gente é pobre pensa que a gente não tem direitos mais a gente vai lutar pelos nossos direitos. Então eu continuo no MAB e espero que não paremos por aqui. Vamos continuar a ter mais lutas porque meu sonho é ser militante ou um coordenador do MAB. Então eu peço ao pessoal todo, os coordenadores de todos os movimentos que não parem de lutar enquanto a gente não for reconhecido e ter direito ao que é nosso.

Frente às reivindicações do MAB local, o Governo da Paraíba, já na gestão de Cássio Cunha Lima (PSDB), elaborou em 2004 um relatório que se apresentava como um levantamento da situação dos atingidos por Acauã. Porém este relatório continha diversas inconsistências, estando longe da realidade enfrentada pelas comunidades. O documento deu ênfase à crescente demanda de abastecimento de água na região do Médio Paraíba e na região polarizada por Campina Grande, mas minimizou os danos às populações atingidas. Não foram definidas as medidas para resolver os problemas dessas pessoas, nem tampouco houve o compromisso do governo com essa solução.

Pelo teor do documento, é possível inferir que o Governo não apresentou clara intenção de resolver os problemas das comunidades, mas de realizar algumas ações pendentes para amenizar o que chama de transtornos trazidos pela barragem. Não faz referência aos compromissos assumidos e sistematizados no EIA, cujas medidas mitigadoras não foram colocadas em prática, em sua maioria. Não há alusão à grande demanda da recomposição das atividades produtivas nos assentamentos e não apresenta cronograma de execução de medidas para curto, médio ou longo prazos. (Medeiros, 2010)

Além da mobilização local, as lideranças do MAB-PB buscaram articular apoio fora da Paraíba, como por exemplo a participação em 2003 do Encontro Nacional do MAB em Brasília; a participação na audiência em janeiro de 2005 com a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; a participação em 2006 do 2º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em Curitiba.

Em 30 de março de 2006, na sessão ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o MAB levou suas denúncias, através do relatório de Hina Jilani (ONU) e do relatório sobre a criminalização de defensores, produzido pelo Movimento, resultando na criação da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH, que fez um estudo dos casos com maior violação aos direitos humanos na construção de grandes obras hídricas no Brasil, tendo sido o caso de Acauã um dos escolhidos. A comissão visitou a Paraíba no ano de 2007 (MAB, Estado reconhece que violações persistem em Acauã, 2013).

Na denúncia se destacam os seguintes problemas sofridos pelos atingidos:

- Déficit habitacional de 240 moradias em relação à quantidade de famílias deslocadas;
- Escolas inexistentes ou com funcionamento precário;
- Merenda escolar precária;
- Posto médico inexistente ou com funcionamento precário;
- Assistência médica ruim;
- Inexistência de área para desenvolvimento da agricultura e pecuária;
- 121 famílias sem rede de energia elétrica;
- Três comunidades sem rede de telefonia (252 famílias);

- Segurança pública inexistente;
- 471 famílias excluídas de qualquer programa social;
- Vias de acesso precárias;
- Transporte público precário e sem atendimento regular;
- Água: captação inexistente (para 61 famílias), existente mas sem funcionamento (para 450 famílias) e existente e sem tratamento (para 150 famílias).

(Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

Um dos pontos mais importantes da atuação do MAB foi levar suas demandas ao Ministério Público, acompanhando e colaborando com a atuação daquele órgão na defesa dos direitos dos atingidos. Tal ponto será abordado com mais detalhes no item próprio mais adiante.

A importância do Movimento é reconhecida por boa parte dos atingidos, pois eles sofreram diversas vezes os descasos dos órgãos governamentais, e sabem que precisam buscar seus direitos através da própria organização e mobilização. A atuação no movimento foi para muitos um alívio na sua situação de sofrimento com as graves violações de direitos humanos pelas quais tem passado. Além disso, através da militância os atingidos puderam trocar experiências com pessoas que passaram por situações semelhantes em outras partes do Brasil, ampliando seus horizontes de compreensão das questões socioambientais envolvidas na política energética brasileira. Adiante seguem depoimentos de atingidos sobre o MAB, conforme citados por Medeiros (2010):

Eu acho que o pessoal lá do Costa deveria participar mais das reuniões, dos encontros que são muito importantes. É através do MAB que a gente vai conseguir alguma coisa lá na comunidade. De outra forma a gente não vai conseguir não, porque da parte do prefeito não aparece nada para o povo do Costa, que é muito carente. (**Silva, C. F., moradora da Vila do Costa, município de Natuba**)

EU conheci o MAB em 2002. Eu estava indo a João Pessoa para o encontro com o governador Cássio Cunha Lima. Chegando lá, eu vi aquele pessoal todinho, só que eu não tinha experiência de nada e só fiquei prestando atenção e vi aquele pessoal todo lutando pelos nossos direitos. Desse dia em diante eu fiquei pensando que o meu lugar é junto com o MAB. Então hâ mais de quatro anos que eu estou no MAB. Estive no primeiro encontro nacional em Brasília e gostei muito, aprendi muito e agradeço muito [...]. Temos que lutar pelos nossos direitos. Quando eu entrei no MAB passei a conhecer mais sobre nossos direitos. (**Silva E., morador da Vila Nova de Pedro Velho, município de Aroeiras**)

Eu entrei no MAB em reuniões lá no Riachão e foi aí que eu fui me interessando e vendo que eu tinha que lutar pelo que foi perdido. Como eu já falei foi perdido muita coisa, como as vias de acesso a outras cidades. Geralmente eu ia sempre pra casa da minha avó que ficava em Natuba e tudo isso ficou mais difícil. Foi através disso que eu decidi que eu iria lutar, lutar por essas coisas nossas que foram perdidas. A minha primeira luta no MAB

foi em 2005, na mobilização que teve em Cabrobó, Pernambuco, já devido a essa transposição do Rio São Francisco. Foi a partir daí que eu fui me interessando e fui começando a entender, a saber. Eu não posso dizer que eu já sei muito, mas eu já comprehendo muito a luta do MAB
(Nunes, J., moradora da Vila do Riachão, município de Aroeiras).

O MAB surgiu na minha vida logo no começo. Só que eu não tinha muito acesso ao Movimento, não sabia como. Eu achava que depois da barragem não tinha mais jeito. Daí, eu entrei mesmo no MAB em 2005, como educadora. Depois que os líderes conversaram com a gente, eu fui vendo que o MAB era outra coisa e que através dele a gente poderia conseguir as coisas. Vai fazer dois anos que eu estou no Movimento e pra mim o MAB é fundamental, porque não adianta a gente ir atrás de outras pessoas. O MAB é quem está dando o suor **(Valente, M. P., moradora da Vila de Melancia, município de Itatuba).**

Através da barragem, foi acontecendo o MAB. Pra tudo sempre tinha reunião. No começo eu nem dava valor. Eu pensava que era uma besteira. Só que depois eu fui vendo que era coisa séria mesmo que era real. Daí eu fui me interessando, fui continuando, indo pra reunião uma vez e outra, viajando de vez em quando. Chegou o ponto que eu vi que realmente era coisa séria e ia ser vantajoso pra gente, poder participar, querer escutar as decisões do MAB. Acho que é muito bom participar desse Movimento, porque se você não se importar com o que os políticos fizeram com a gente eles vão fazer pior, e vai piorar. Acho que é muito bom. Eu fui me interessando e agora participo cada vez mais. Eu quero aprender do MAB, porque como eu estava dizendo, às vezes você vai à primeira vez pra reunião e nem se interessa muito. Só que, depois, você mesmo vai sentindo curiosidade de saber como surgiu aquele Movimento, as conquistas que eles já tiveram e sabe responder às pessoas que me perguntarem sobre o que realmente eu estou fazendo e ter consciência do que eu estou querendo **(Silva R., moradora da Vila Nova de Pedro Velho, município de Aroeiras).**

Eu comecei a participar o MAB faz uns cinco anos e pra mim o MAB tem muita importância, porque através do MAB eu conheci muitas coisas boas. Através do MAB nós temos cesta básica, temos escolas pra jovens e adultos, cosa que nunca tivemos lá na nossa comunidade. O MAB tem ajudado muito as pessoas carentes de lá **(Vasconcelos, M. J., moradora da Vila do Costa, município de Natuba).**

Eu gostei, eu adorei esse encontro, apesar de eu ser uma pessoa que não tenho leitura. No tempo que os pais criavam a gente só trabalhando era um tempo muito atrasado, mas eu escuto as coisas e eu acho que foi muito bom essas viagem que a gente faz. Através do movimento, a gente tem muitas coisas, tem a cesta básica. O movimento passa força pra gente lá na Vila, porque se for depender do prefeito ninguém tem nada lá. Pelo contrário, eles não querem que o povo se movimente pra arranjar essas coisas pra lá. E a gente tem que fazer esse movimento pra ver se consegue alguma coisa porque se for esperar pelos políticos ninguém vai arrumar nada não **(Silva, M. T., moradora da Vila Nova de Pedro Velho, município de Aroeiras).**

Apesar do engajamento de muitos atingidos, a atuação do MAB não vinha sendo aprovada por todos nas comunidades, e tinha a rejeição também de representantes da sociedade civil, como por exemplo, do Pároco da Igreja Católica de Aroeiras, que no ano de 2007 retirou a autorização para o Movimento realizar atividades naquela Igreja. Sobre essa rejeição, assim relatou Silva E., morador da Vila Nova de Pedro Velho, citado por Medeiros (2010):

Aonde a gente mora, o pessoal fala, critica muito o MAB. Na nossa comunidade, o povo não liga de estar junto com o MAB, fica criticando, fica desejando mal. Só que eu não boto isso na cabeça. Eu tenho que continuar com o MAB e a gente já tem algumas conquistas através do MAB, como essas cestas básicas. A gente não tinha onde morar, minha mãe é fraquinha, muito pobre, não tinha nada. Hoje graças a Deus ela tem a aposentadoria, tem a casa que a gente conseguiu e essa cesta básica conseguida através da nossa luta. Peço que o MAB não pare. A gente tem que ter algumas conquistas pela frente e pretendo não parar, continuar até onde o movimento for eu vou. Peço a todos os companheiros e companheiras que não parem, não desistam, não deixem o MAB porque o MAB sem o povo não é nada. Temos que continuar unidos como estamos até hoje e vamos conseguir muitas e muitas vitórias.

Outro problema enfrentado pelo Movimento é que, com o passar do tempo, os atingidos tendem a se desmotivar em continuar na luta por seus direitos. A disputa do MAB contra o poder público e as empresas construtoras é bastante desigual, se tornando difícil e muitas vezes demorado o resultado prático para os atingidos. O que se observa é que, aos poucos, “a dispersão dos atores sociais envolvidos nessa luta revela o que os líderes comunitários chamam de sinais de cansaço. O fato é que com o tempo pode haver (e é o que ocorre na maioria das vezes) uma dissipação das energias de resistência das comunidades atingidas” (Evangelista, 2011).

O tempo é um grande inimigo (dos movimentos populares), e é assim que a gente avalia esse processo, porque quanto mais passa o tempo, mais essas famílias tendem a se acostumar, a se conformar com essa situação de abandono em que elas estão. E aí aquela luta, aqueles anseios, aquela vontade de mudar, tudo isso vai se dissolvendo no tempo, não sabe? E os governos, isso é o que eles querem mesmo, e o que poderia ser a redenção pra nós (a construção da barragem) se torna um pesadelo. Ou seja, a barragem de Acauã, que poderia ser a redenção de uma região inteira, porque a gente tem muita água armazenada, muita terra aqui e muitos municípios ao seu redor, mas essas terras estão na sua maior parte nas mãos de grandes proprietários. E o povo que saiu lá de baixo (da área inundada pela barragem), que teve a maior perda, sem ter o que fazer diante da situação, o fato é que poucos têm um trabalho público, são funcionários públicos, a maioria das casas têm os velhos aposentados que têm que sustentar dois ou três filhos e suas famílias, a renda da economia local é gerada na maior parte disso. Grande parte da população das agrovilas migra

pra Minas Gerais pra trabalhar na cana ou pra São Paulo pra trabalhar na construção e a gente que fica, a gente fica se perguntando até quando a gente vai conseguir ver as pessoas irem embora, voltam, vão embora de novo, voltam... A gente tem uma parte da população que é formada de jovens que querem vencer, enquanto os aposentados, já velhos, estão enraizados aqui e nem podem ir embora. A gente passou também aqui por uma onda de muita violência e a gente atribui isso daí à falta do que fazer, a ausência de oportunidades de ocupação pra esse povo que perderam suas terras para as águas de Acauã. Digo isso porque lá embaixo (na área agora inundada pela barragem) as pessoas tinham uma vida diferente e depois da barragem foram aglutinados aqui junto com outras pessoas, porque não veio pra cá só gente de Pedro Velho, veio de diversas comunidades ribeirinhas, inclusive de cidades de fora, daqui e de Pernambuco.

(Abel, morador de Pedro Velho, *apud* Evangelista, 2011).

No ano de 2009, um fato trágico ocorreu contra o Movimento. O militante do MAB, Odilon Bernardo da Silva Filho, foi assassinado com tiros pelas costas quando voltava para sua casa na comunidade de Pedro Velho, município de Aroeiras. Integrantes do MAB já vinham denunciando que estavam sofrendo ameaças, até que esta se concretizou. Odilon era irmão de Osvaldo Bernardo, que é um dos líderes do Movimento na Paraíba. (MAB, Odilon, Orlando e Osvaldo: três irmãos atingidos pela Barragem de Acauã, 2018)

Tal morte teve grande repercussão entre os movimentos do campo, sendo objeto de diversas denúncias junto à organizações de Direitos Humanos da Sociedade Civil, à Comissão de Direitos Humanos da OAB e à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, tendo sido, inclusive, incluído na pauta de uma das Audiências do Programa de Defensores de Direitos Humanos realizada na OAB-PB em 06/08. (Assessoria Técnica Popular - Dignitatis, 2009)

Em consequência desse crime e das constantes ameaças que vinha sofrendo, Osvaldo entrou naquele mesmo ano de 2009 no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.

Em novembro de 2012, foi realizada uma reunião entre o MAB, membros das comunidades atingidas, e representantes do governo estadual (Secretaria de Recursos Hídricos, Desenvolvimento Humano e Educação, subsecretaria do Orçamento Democrático Estadual, Secretaria da Agricultura Familiar e dos Projetos Cooperar e Empreender). A reunião ocorreu na comunidade de Pedro Velho, em Aroeiras, com o objetivo de se debater soluções para os problemas que há anos afligem a população atingida, como a falta d'água, péssimas vias de acesso, falta de assistência médica e, principalmente, falta de terras para produção agrícola. "Sentimos que o governo é sensível ao problema que o estado nos causou, mas sabemos que só sensibilidade não resolve, temos um grande desafio de manter a

população organizada para que nossos direitos sejam garantidos", afirmou o dirigente do MAB, Osvaldo Bernardo da Silva (MAB, Atingidos por Acauã apresentam pauta a governo da Paraíba, 2012). Nesta reunião se chegou aos seguintes pontos de reivindicação para que o Estado:

- Priorize água de qualidade para as famílias onde já existe adutora, no caso da comunidade de Cajá em Itatuba e Pedro Velho no município de Aroeiras;
- Faça recuperação das estradas de terras melhorando o acesso dessas comunidades para os respectivos municípios atingidos e providencie segurança nas comunidades;
- Melhore as condições de uma única escola que existe nas comunidades atingidas que está localizada em Pedro velho;
- Libere o recurso do convênio que o estado tem com a Articulação do Semiárido (ASA-PB) para que seja feito as cisternas de placas nas comunidades atingidas.

(MAB, Atingidos por Acauã apresentam pauta a governo da Paraíba, 2012)

Em março de 2013, foi realizada uma solenidade no município de Itatuba, às margens da barragem de Acauã, para inaugurar a execução da segunda etapa das obras do canal Acauã - Araçagi. Naquela ocasião, líderes do MAB entregaram à então presidente Dilma Rousseff um documento reivindicando a dívida do Estado brasileiro com as mais de 2 mil famílias que há 10 anos foram expulsas de suas terras para dar lugar àquela barragem. Estima-se que havia no ato mais de 3500 pessoas, estando presentes também lideranças do MST e da Articulação do Semi Árido. (MAB, MAB entrega pauta de reivindicação para a presidente Dilma na Paraíba, 2013)

Com o conhecimento da situação dos atingidos através do documento entregue pelo MAB, a presidente Dilma determinou a criação de um Grupo de Trabalho ao CDDPH para apurar as denúncias feitas. Em maio daquele ano, em visita às comunidades atingidas, o GT constatou que a situação dos atingidos era quase a mesma da observada na primeira visita do CDDPH em 2007, com grave carência de infraestrutura básica, trabalho e renda pelas comunidades deslocadas. Para o então coordenador do MAB na Paraíba, Osvaldo Bernardo, “nada avançou passados seis anos da vinda da comissão especial. Segundo Osvaldo, antes da barragem, os atingidos possuíam acesso à água, a terra e a subsistência, direitos perdidos após as remoções. Os atingidos têm se mobilizado ao longo do tempo, mas suas reivindicações – com exceção a de cestas básicas – não foram atendidas” (MAB, Estado reconhece que violações persistem em Acauã, 2013).

Em reunião em outubro de 2013, presidida pela Ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, o CDDPH recomendou a criação imediata de um Grupo

de Trabalho (GT), composto pela Secretaria Geral da Presidência da República e pelo Governo Estadual. Nesta reunião, o MAB entregou aos deputados federais Pedro Uczai e Alessandro Molon a cartilha da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas (PNAB), que é uma proposta para a criação de uma política nacional de garantia legal aos direitos dos atingidos. (MAB, Estado reconhece que violações persistem em Acauã, 2013)

No ano seguinte, após negociação com o MAB, o Governo da Paraíba aprovou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) envolvendo diversos órgãos para buscar solucionar as violações de direitos humanos vividas pelos atingidos por Acauã. O GT englobaria a Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Estradas e Rodagens (DER), Instituto de Terra e Planejamento Agrícola, CEHAT, a CAGEPA, e a Secretaria de Saúde, além do INCRA e da UFCG como convidados (MAB, Governo Estadual criará Grupo de Trabalho para minimizar os problemas dos atingidos pela barragem de Acauã, 2014).

No início do ano de 2014, cerca de 100 famílias organizadas no MAB ocuparam a Estação de Tratamento de Água da CAGEPA em Aroeiras, para reivindicar o abastecimento de água na comunidade de Pedro Velho, que há mais de 10 anos vinha sofrendo com a falta deste recurso. Naquele ano o abastecimento da comunidade ainda se dava através de caminhões pipa, em quantidades muito inferiores às necessidades básicas da comunidade (MAB, Na Paraíba, atingidos reivindicam abastecimento de água, 2014).

O MAB conseguiu uma reunião com o governador Ricardo Coutinho (PSB), que ocorreu em primeiro de novembro de 2016, para discutir as possíveis soluções para as comunidades atingidas. O governador se mostrou aberto a ouvir as demandas trazidas pelo Movimento, que reconheceu os avanços que tem sido feitos através de seu dirigente, Osvaldo Bernardo. Participaram da reunião o Procurador José Godoy, representando o Ministério Público, a secretaria de Desenvolvimento Humano, Cida Ramos, o então secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, e hoje governador, João Azevedo, o presidente da Cagepa, Marcus Vinícius, o delegado geral da Polícia Civil, João Alves, entre outros. (ParaíbaOnLine, 2016)

Por volta do ano de 2015, o cemitério da antiga vila de Pedro Velho, que foi inundado com o enchimento da barragem, reapareceu com a baixa das águas, devido à forte seca que assolava a região. Ganhou forças então a antiga vontade da comunidade em poder trazer os restos mortais de seus familiares para um local apropriado, próximo de onde passaram a viver.

Foi então que, através de mobilizações do MAB e de instituições parceiras, no mês de março de 2017 foi inaugurado o novo cemitério na comunidade de Pedro Velho, com o apoio da prefeitura de Aroeiras. A cerimônia foi conduzida pelo Padre da Paróquia de Aroeiras, Guizepe Marcondes. A construção do novo cemitério, com a possibilidade de transferência dos restos mortais de seus antepassados, e assim um apropriado culto aos mortos, é considerada uma importante conquista pela comunidade. (MAB M. d., Barragem de Acauã: inaugurado cemitério para comunidade de Pedro Velho (PB), 2017)

Em dezembro de 2018, outra tragédia atingiu a militância do Movimento: José Bernardo da Silva, conhecido como Orlando Bernardo, que era militante do MST e atingido por Acauã, foi assassinado no acampamento Dom José Maria Pires, no município de Alhandra. Orlando era o outro irmão do dirigente do MAB Osvaldo Bernardo, que entrou para o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. (MAB, Odilon, Orlando e Osvaldo: três irmãos atingidos pela Barragem de Acauã, 2018)

Em 10 de dezembro de 2018, o MAB publicou o documentário “o canto de Acauã”, que faz uma denúncia acerca das violações cometidas contra as comunidades atingidas pela barragem. O vídeo é uma produção histórica do Coletivo de Comunicação do MAB, disponível na plataforma virtual YouTube, e faz parte de uma campanha nacional do Movimento que visa denunciar a violação dos direitos humanos gerada pela construção de barragens em todo o país. (MABcomunicação, O Canto de Acauã [doc], 2018)

Nos últimos meses, o MAB participou de diversas reuniões com representantes do governo do estado, o que produziu uma importante conquista para as comunidades, que foi o projeto de reassentamento dos atingidos por Acauã residentes na comunidade do Costa, apresentado no dia 30 de julho de 2019, durante uma reunião com o governador. O projeto tem área de 328 hectares, e prevê a compra de terras, sistemas de irrigação, iluminação pública, abastecimento de água, construção de casas já conjugadas com o sistema de tratamento de resíduos, pavimentação de vias, escola e posto de saúde. Osvaldo Bernardo, coordenador do MAB, enfatizou a participação da comunidade no processo de negociação do projeto: “São pessoas humildes, do povo, que nunca conversaram com autoridades e agora estão sentando diretamente com o governador para discutir um processo que afeta a vida deles”. Assim relatou o Procurador da República, José Godoy, presente na reunião:

“É perceptível a boa vontade e visíveis os esforços da administração estadual na concepção do projeto de agrovila. Há avanços a cada reunião que

realizamos com o Executivo, com órgãos públicos e com a participação das famílias atingidas, organizadas por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba. Essa já é a quarta reunião e a presença do MAB em todas demonstra que pessoas estão assumindo o protagonismo da própria história e aprendendo como exercer o controle social numa democracia participativa”. (Moraes, 2019)

5 - A Atuação do Ministério Público Brasileiro nos conflitos envolvendo grandes obras hídricas

Conforme ensina Maia (2013), “é tarefa do Ministério Público zelar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de proteção ao meio ambiente”, e tal responsabilidade encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 127, que traz o núcleo da atuação do MP na defesa dos interesses sociais, incluídos aí os ambientais. Assim prevê a Carta Magna: “Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.” (BRASIL, 1988).

Além do citado dispositivo, a Constituição Federal ainda prevê a atuação do órgão ministerial em questões socioambientais no Art. 129, III, e Art. 225:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

[...]

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

[...]

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impõe-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

(BRASIL, 1988)

Com estas previsões constitucionais, percebe-se que o MP tem atuação fundamental nos conflitos que envolvem as barragens, visto que são muitos os impactos ao ambiente e às comunidades.

“Com efeito, os interesses envolvidos na instalação e operação de empreendimentos hidrelétricos são, na sua maior parte, de natureza coletiva (...) Assim, a simples menção à pretensão de instalação de tais empreendimentos tem hoje o condão de ensejar o surgimento de conflitos de interesses socioambientais que naturalmente desaguam na formulação de representações dirigidas ao Ministério Público, postulando a atuação de seus órgãos”. (Maia, 2013)

A atuação do MP nos procedimentos de licenciamento ambiental não é obrigatória, porém a Resolução nº 9/1987 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) atribui ao MP a legitimidade para convocar a realização de audiências públicas: “Art. 2º - Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou

por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública.” (BRASIL, 1987). Além disso, existem outras previsões legais como a que prevê a obrigatoriedade de informação prévia ao MP acerca de consulta pública para discussão de Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA), trazida pela Resolução CONAMA Nº 302/2002:

Art. 4º, § 2º - A aprovação do plano ambiental de conservação e uso do entorno dos reservatórios artificiais deverá ser precedida da realização de consulta pública, sob pena de nulidade do ato administrativo, na forma da Resolução CONAMA nº 9, de 3 de dezembro de 1987, naquilo que for aplicável, informando-se ao Ministério Público com antecedência de trinta dias da respectiva data. (BRASIL, 2002)

Além dessas situações, a atuação do Ministério Público é de grande importância especialmente para a propositura de ação civil pública ambiental, com o objetivo de corrigir as irregularidades que porventura existam no licenciamento da obra.

Apesar de todas essas previsões legais, é comum as empresas criticarem a atuação do MP. Um estudo do Banco Mundial, citado por (Maia, 2013), traz o seguinte questionamento:

Há um consenso no entendimento de que a atuação do MP tem gerado atrasos no licenciamento. A maioria dos entrevistados entende que o MP em muitos casos extrapola sua competência de “fiscal da lei” e passa a atuar como revisor de questões técnicas que são atribuições do órgão licenciador. Sugere-se mudança de postura do MP, limitação legislativa de sua competência, definição mais clara das hipóteses de intervenção, melhor capacitação dos órgãos ambientais e, finalmente, uma eventual intervenção oficial obrigatória do MP desde o início do processo de licenciamento (a intervenção do MP não necessariamente deve se converter em ação judicial).

O citado estudo também traz a ideia de que os técnicos dos órgãos ambientais estariam produzindo laudos e conclusões influenciados pelo temor de punição pelo MP, através da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998) e da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal 8.429/1992), o que faria com que essas análises terminassem sendo muito conservadoras, principalmente quanto aos resultados de viabilidade dos projetos. Porém o próprio estudo atesta que não constatou número elevado de ações judiciais dessa natureza. Além disso, o estudo revela que a atuação do MP é importante para controlar os abusos dos órgãos licenciadores. Maia (2013) conclui que:

(a) a atuação da Instituição é relevante, mas ainda não é bem compreendida pelos envolvidos na instalação e operação de empreendimentos hidrelétricos, o que indica a necessidade de sua intensificação, bem como do diálogo com os diversos atores responsáveis pela implementação das usinas hidrelétricas;

(b) a atuação do Ministério Público na tutela do meio ambiente, observados os princípios da prevenção e precaução (desde a fase do licenciamento

ambiental, portanto), é um imperativo categórico no sistema jurídico brasileiro, constituindo missão institucional (constitucional) do órgão ministerial.

Um importante momento de atuação do MP é na fase dos estudos de impacto ambiental. Essa fase é consequência ao direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e tem previsão no Art. 225, §1º, inciso IV da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

(BRASIL, 1988)

De caráter obrigatória, essa fase de estudos é composta, em geral, pelo Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), com previsão legal dada pela Resolução 1/1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA):

Artigo 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e/ou caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

[...]

VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques; (BRASIL, 1986)

Observa-se que o MP vem lidando com diversos problemas nesta fase dos projetos, sendo comum estudos que omitem informações importantes, ou trazem uma baixa qualidade na análise feita. São citados problemas como a “ausência ou insuficiência de informações sobre a metodologia utilizada; apresentação de informações inexatas, imprecisas e/ou contraditórias; caracterização incompleta de águas, sedimentos, solos, resíduos, ar, etc” (Maia, 2013). Percebe-se também uma ênfase nos aspectos positivos das obras, e uma tentativa de minimizar os impactos negativos.

Com relação aos impactos socioeconômicos dessas obras, o que se tem visto é sua análise separadamente ao procedimento de licenciamento ambiental, como se fossem questões independentes e de menor importância. Os órgãos ambientais aparentemente não estão

preparados para lidar com as questões sociais envolvidas nesse tipo de projeto. Esta se mostra portanto uma área importante de atuação do MP, como forma de proteção à possível negligência com relação aos direitos das comunidades afetadas. Como exemplo, é possível citar os direitos relacionados ao patrimônio histórico e cultural destas comunidades. Este aspecto foi previsto na Resolução nº 1/1986 do CONAMA:

Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

[...]

c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. (BRASIL, 1986)

5.1 - A atuação do Ministério Públíco Federal da Paraíba nas violações de direitos humanos geradas pela barragem de Acauã

A atuação do MPF/PB na defesa das comunidades atingidas por Acauã foi bastante ampla. Um panorama dessa trajetória pode ser observado nos trechos da entrevista transcrita abaixo, cuja transcrição integral encontra-se em anexo, realizada com o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, José Godoy Bezerra de Souza. Ele foi entrevistado no dia 27 de julho de 2018, pela professora Ana Maria Motta Ribeiro, da Universidade Federal Fluminense, e pelo professor Hugo Belarmino de Moraes, desta Universidade Federal da Paraíba, no âmbito de sua pesquisa de doutorado, o qual cedeu a íntegra da entrevista para utilização no presente trabalho.

Tal entrevista é bastante ilustrativa, pois traz a visão das violações de direitos geradas por Acauã da perspectiva de um órgão estatal independente, o MPF, e mostra como tal visão vai ao encontro do entendimento dos próprios atingidos, do MAB, e inclusive do CDDPH, que é ligado à Presidência da República.

José Godoy: professora muito prazer, meu nome é José Godoy, eu tenho a honra, o privilégio e o prazer de estar aqui na PRDC aqui da Paraíba, há 4 anos, e lidar e conviver diariamente com... olha eu fico pensando se tem algum movimento social hoje ativo no estado que a gente não lide no dia a dia... e chego à conclusão que não.

Ana Maria: na Paraíba inteira, governo, estado inteiro?

JG: sim no estado todo. Desde os ciganos lá em Souza, os agricultores de Campina Grande pra cá, pescadores da região, atingidos, quilombolas de todo o estado, indígenas de todo o estado, movimento LGBT, estudantes, sem terra, MST, Comissão Pastoral da Terra, todo o movimento carcerário, todo o movimento de internação, Conselho Tutelar vem por aqui, quer dizer, é um privilégio, a gente tem uma visão muito privilegiada aqui de todas as lutas no estado. Eu penso até a luta de Rio Tinto pra regularizar as casas, aportam aqui. É um aprendizado do dia-a-dia, é um privilégio poder participar das discussões que nós participamos aqui, como Ministério Público, e como, da visão que eu tenho como órgão, o Ministério Público Brasileiro ele ganha uma conformação diferente de qualquer lugar do mundo, em que você tem o MP penal, que faz a ação penal, e junto com ela também muito parecida a ação de improbidade, e na tutela coletiva. E dentro dessa tutela coletiva cria-se, na lei complementar 75 a PFDC, que hoje é Débora Duprah, e os PRDC's nos estados. Eu equiparo a PRDC muito com o Homburdman na Europa, ou Defensores Del Pueblo da Espanha ou Colômbia, ouvidoria portuguesa... isso acontece muitas vezes da gente ser ouvidor mesmo. Você não sabe quantas vezes as pessoas vem aqui somente pra conversar, a gente faz muito isso.

(...)

Do ponto de vista jurídico é o que eu chamo o processo. Muitas vezes a gente associa o processo só a um processo na Justiça, mas eu acho que o processo é o caminhar para as soluções. Em uma conversa que eu tive há pouco com tempo com o pessoal do MAB é isso: olha nós vamos entrar com uma ação e quem sabe ela dando certo seria a solução final para o MAB. E aí a gente só vai ficar pensando nisso? E toda essa caminhada que a gente fez junto, quantas reuniões, cada conquista, cada discussão aqui com vocês... então fazer com que os movimentos, com que a parte ofendida faça parte do processo de reparação, talvez seja tão importante quanto a solução final. Então esses são os pensamentos que eu trabalho no dia-a-dia como PRDC, me apresentando seria isso.

(...)

A.M: Agora a história do Ministério Público Federal aqui com Acauã.

JG: Eu acho muito bacana aquele trabalho. Deixa eu fazer um parêntese pro olhar do Godoy: eu era pequeno agricultor na zona rural em 97, quando decido sair de lá pra fazer o curso de direito. E era quando começava a obra de Acauã. Passados 21 anos, eu costumo dizer que a vida é muito curta pra gente passar 20 anos em uma peleja, em uma luta por um direito, por um reconhecimento. Essa é a sensação que eu tenho deles. Eu digo nesses 20 anos eu saí do Sítio Tabocas, de onde eu sou, eu sou o décimo de uma família de 12 filhos de pequenos agricultores, faço o curso de direito, passo

em alguns concursos, entre eles fui delegado na Paraíba, advogado da União, bancário do Banco do Nordeste e Banco do Brasil, entro no MPF, trabalho em Alagoas, venho pra Paraíba, e eles ainda estão nessa luta. E aí Luciano Maia, que é o Vice-Procurador Geral da República, tem uma fala maravilhosa que ele disse uma vez: a gente começou uma audiência pública sobre Acauã, que atrasou uma hora, e ele disse: tá difícil né, uma hora de atraso, um calor danado, o ar condicionado não ta funcionando bem e vocês esperando aqui há uma hora, imagina eles que estão esperando há 15, 20 anos... sobe o sol, desce o sol, esperando uma solução. Eu acho que Luciano Maia conseguiu na sua sensibilidade resumir o que é aquilo. Aí é a visão do Godoy.

A.M: como você foi parar lá?

JG: esse caso já estava instaurado aqui com a atuação do colega Duciran Van Marsen Farena, desde 2007 se eu não me engano. Dr. Duciran ajuizou algumas ações. Ele optou de imediato por ajuizar ações civis públicas pra garantir direitos. Infelizmente o judiciário federal entendeu que não era competência da Justiça Federal, declinou pra Justiça Estadual, e lá foram extintas as ações. E aí eles ficaram um tempo no limbo, mas eles tiveram 2 coisas que foram fundamentais nisso: teve 2 visitas do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que hoje mudou pra outro nome, e o Conselho emitiu relatório em 2007, e outro em 2013, e os dois demonstram as graves violações de direitos humanos, talvez uma das mais graves violações de direitos humanos no estado. É o que se chama de aplicação plena da teoria do impacto desproporcional, ou seja, uma política pública que não era pra gerar aquela violação de direitos humanos, que é a construção de uma barragem, geração de água, ela pra aquele grupo traz impacto desproporcional.

(...)

JG: Eu não conheço uma política pública tão violadora de direitos humanos no estado da Paraíba quanto a construção da barragem de Acauã.

Neste ponto, o entrevistado corrobora a visão da Comissão do CDDPH acerca da gravidade dos impactos provocados por Acauã, tendo a Comissão chegado à seguinte conclusão após a primeira visita às comunidades atingidas, em abril de 2007: “A situação decorrente da implantação da Barragem de Acauã constitui atentado à dignidade da pessoa humana, porque se inviabilizou a subsistência das populações atingidas, que passaram à condição de extrema miséria, sofrendo as mais diversas privações, quando antes mantinham condições próprias de subsistência”. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011).

JG: E quando a gente vai ler o processo, a gente vê o quanto ele foi tocado de uma forma muito cruel. Em primeiro lugar, a licença ambiental é dada posteriormente. Uma licença que deveria ser prévia, foi feita após. E na

licença ambiental foi dito que iriam tirar as famílias, assentá-las, e retirar os cemitérios. Eles nunca retiraram os cemitérios. Nós retiramos há pouco tempo quando a água baixou.

(...)

A.M: o estado deu uma rasteira no projeto combinado com o governo federal ou havia um acordo ali?

JG: Não se levou em consideração o elemento humano. O federal, no projeto do governo do estado, tinha a previsão de pagar indenização. Mas não tinha que pagar indenização, tinha que reassentar essas famílias.

A.M: mas se eles não participaram das negociações para calcular, as indenizações era puro desejo, não foi planejado...

JG: Há um erro muito grave ali que é o seguinte: já no início do projeto você tinha que fazer uma regularização fundiária. O que o estado disse: vocês não são proprietários. Mas eles eram donos de posses, porque o pequeno não tem acesso ao cartório, é precário, então ele não registra no nome dele. Mas ele tem posse de usucapião aí. Eles tinham direito à terra, mas não iam ao cartório porque cartório é caro. Então eles tinham a posse, uma posse que já era merecedora de uma ação de usucapião, uma posse comparada à propriedade, só que o estado não considera: olha vocês não donos de nada ali, eu só vou pagar pra quem tiver o registro ou então só vou pagar as suas benfeitorias. Veja o primeiro grande golpe. Então o sexto erro no cálculo é não ter feito a regularização fundiária, e pagar a eles pela propriedade, porque a posse era *ad usucaptionem*, ou seja, equivalia ao direito de propriedade. Então eles teriam que ter recebido a propriedade e teriam que ter recebido pelas benfeitorias, e ele não pagou pela propriedade e em relação às benfeitorias teve todos esses erros.

Nesta fala o Procurador ressalta um dos grandes problemas enfrentados pelos atingidos há décadas: o seu adequado reconhecimento como atingido, e a forma de reparação proporcional. A limitação do conceito de atingido ao proprietário (titularidade comprovada), cujas terras foram alagadas, sendo o bastante apenas sua indenização pecuniária, é a forma utilizada pelas empresas para reduzir suas despesas, pois restringe inclusive o número de pessoas a serem indenizadas. Assim ficam excluídos e sem nenhum direito os posseiros, arrendatários, os povos originários e comunidades tradicionais como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, entre outros que são moradores destes locais mas não tem um documento comprobatório da posse. Sobre essa questão se manifestou o CDDPH:

Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do

adequado reconhecimento como atingido. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

(...)

A.M: 14 anos tem longevidade, esse ícone né, e isso tudo qual é a finalidade dessa barragem, você disse que era para o bem humano, que era abastecimento de água potável. Qual é a eficácia e a eficiência segundo uma visão do MP em relação a esse objetivo da barragem de Acauã? Pelo menos ela fez isso tudo mas ela abastece?

JG: eu acho que ela não conseguiu dar o que se esperava. Talvez por anos de seca ela tenha se mantido com baixo volume de água. Algumas cidades pequenas tem recebido água dela, por exemplo Aroeiras é uma delas, Natuba, Itatuba, por ali. Mas se esperava que ela desse um suporte a Campina Grande e ela nunca foi construída a adutora pra levar água pra Campina Grande, então ela não dá o suporte, e Campina Grande recebe apenas da (barragem) de Boqueirão. Inclusive passou por um período muito difícil agora.

Você vai poder ter essa informação direta com o Oswaldo e com o Edivaldo mas assim, a informação que eu tenho é que é abaixo do esperado. O custo-benefício que nós temos notícia, não é algo que nós estamos apurando nos autos, mas não valeu a pena, isso aí é certeza.

(...)

JG: os moradores organizados. Acho que o MAB vem depois a associação deles vem depois. Gera um relatório, o primeiro relatório, e começa esse trabalho. Dr. Duciran ajuiza as ações, a Justiça Federal manda pra Estadual e a Estadual extingue as ações. Então há um novo relatório em 2013, e aí gera um outro procedimento que chega meses antes de eu chegar na PRDC, e esse novo relatório é a base do meu procedimento, o procedimento que eu instauro.

A.M: então esse relatório é chave do início da ação.

JG: do trabalho meu. O primeiro de 2007 do trabalho de Duciran, e o segundo marco, que instaura o segundo procedimento é o de 2013, e aí esse de 2013 o Conselho vem com um membro do MPF fazendo parte, que é o Dr. João Akira, que vem acompanhando em todo o Brasil essa questão de construção de barragens, de deslocamento forçado de populações. E ele é um especialista nisso, ele fala com conhecimento até fora do Brasil de casos semelhantes, e ele vem aqui e o relatório é produzido. No começo ele até acompanha o início do nosso trabalho, comparece aqui a uma audiência pública... hoje ele já não está com tanto tempo, ele é o diretor da Escola Superior do Ministério Público da União, então ele assume essa questão lá, mas ele comparece, ele vem junto com a comissão. E entra em contato comigo: "tá começando um trabalho aí", eu tomo conhecimento do relatório e a gente começa a manter contato. A primeira coisa que eu faço é ligar pra o Oswaldo, consigo o telefone dele, vou lá...

O Procurador citado pelo entrevistado, Dr. João Akira, é colaborador no livro utilizado como uma das referências para este trabalho, “Hidrelétricas e atuação do Ministério Público na América Latina”, de Leonardo Castro Maia e outros.

A.M: o Sr. conheceu o Seu Oswaldo que veio via associação deles até você?

JG: tinha o procedimento aqui e ele ficou ligando pra saber o que a gente ia fazer. Aí eu pego o telefone dele, ligo e digo que quero ir lá conhecer. Aí ele me leva no Costa.

A.M: o Sr. vai quando lá a primeira vez?

JG: eu vou lá em 2014. Segundo semestre de 2014 eu vou lá, vou no Costa e assim, é impressionante tudo isso... e de lá pra cá eu já fui lá umas 3 vezes, mas é muito comum eles virem aqui, a gente se encontra em Campina Grande, e tem alguns marcos muito bacanas. Você vai ter esse marco da primeira ida, tem o marco da audiência pública que tava o Luciano Maia e o João Akira...

A.M: qual delas? Porque o sr. fez mais de uma audiência pública.

JG: foi essa que Luciano Maia faz essa fala do atraso da reunião, da audiência, e do tempo que eles estão esperando. Foi uma audiência muito legal, trouxe muitos efeitos positivos.

A.M: existe uma ata?

JG: existe, tá nos autos.

A.M: é a audiência do vídeo, da apresentação do documentário né?

JG: Isso. Veja só, prévia a essa audiência nós fizemos o documentário e a audiência é aberta com a apresentação do documentário. Só que previamente eu mando pra todos os órgãos que tem alguma responsabilidade com o assunto um ofício dizendo pra ele vir, e ligo pro chefe do órgão, pra quem virá, e digo: “olha eu quero que você fale sobre isso, portanto se prepare”. A audiência ela começa com apresentação do documentário.

A.M: quer dizer que houve uma mobilização, uma preparação da audiência. Audiência não se faz assim a seco, ela se prepara, é metodologia que a gente usa no observatório também.

JG: eu não gosto da audiência em que o membro do MP gosta de emparedar o gestor: “você é um violador de direitos humanos!”. Eu quero soluções. Então eu mando um ofício e ligo pra ele: “do teu caso, durante a reunião você vai ver, o pleito é esse, então se prepara, vem preparado, traz soluções”. Então eu abro a audiência, nesse caso teve algo especial que foi a apresentação do documentário, mas eu abro a audiência pública ouvindo o interessado. Eu não quero ficar naquela mesa em que todas as autoridades

tem que falar e elogiar o procurador porque fez a audiência. Eu quero que eles ouçam, porque eu acho muito importante o processo, e ser ouvido pelas autoridades que podem te dar a solução pro seu caso é fundamental. Então a gente faz questão de que a primeira parte da audiência é o grupo interessado, seja os ciganos, seja o MAB, seja quilombola, eles falarem, eles terem o direito de falar e serem ouvidos pelas autoridades, terem voz.

Esta postura do Procurador Godoy dialoga com a ideia de sociologia das ausências, de Boaventura de Sousa Santos (2010), no sentido de que essas pessoas são invizibilizadas, e que precisam ser ouvidas, ou seja, precisam ser trazidas para o centro das decisões sobre as questões que envolvem suas próprias vidas, precisam fazer parte da construção das idéias e das soluções.

JG: Após isso eu vou ouvindo autoridade por autoridade, e vou dizendo: “olha no seu caso é tal coisa, eu queria que o Sr. falasse e eu queria que o Sr. dissesse o que é que vai fazer”. E muitas vezes o cara transversa, elogia o procurador... E eu questiono: “sim dr., o que é que vai ser feito?” Essa parte é o que a gente chama, na ata de audiência, de compromissos voluntários assumidos. Essa aí não vai estar com esse nome mas hoje a gente já bota assim. Então vai ter o quadinho: órgão, problema, solução, responsável e prazo. Essa ata vai pro Movimento, vai pro grupo, vai pra gente, e vai pra autoridades, então todo mundo vai poder cobrar. Então ficou lá constando o que aquela autoridade ia fazer e em que prazo.

A.M: surgiram documentos de acordo, de negociação né?

JG: isso. Esse modelo inclusive foi construção do professor Fernando, da UFCG, que é um marco de empoderamento, é um marco de conhecimento, e é extraordinário o trabalho dele com aquele pessoal. Ninguém faz um trabalho só. Ele é muito responsável. É lógico que o próprio Oswaldo é uma liderança muito propositiva, de uma legitimidade muito grande, mas o Fernando é muito importante naquele empoderamento. Professor Hugo também tem um trabalho muito forte com eles... então essa audiência pública é um marco muito importante.

E tem um outro marco que eu acho, foi no final de 2016, em que as coisas tinham parado um pouco. A gente falava com os órgãos e a coisa não tava acontecendo, e eu liguei pra Nivaldo: to entrando em contato com os órgãos e não tá rolando. Nivaldo é o presidente das 3 empresas rurais do estado, de gestão unificada: EMEPA, EMATER E INTERPA. Ele preside as 3 numa gestão que o governador adotou. E aí Nivaldo dá a idéia: “olha pra o pessoal se movimentar, os secretários de estado, todo mundo se movimentar você vai ter que ter o governador aí mandando fazer”. E nós tivemos uma articulação de uns 2 meses, e o governador tirou um dia e recebeu o MAB, com todo o seu secretariado. Essa reunião foi muito importante, foi um marco também porque tudo o que o governador falava entrava na nossa ata de reunião.

(...)

Em complementação ao panorama geral da atuação do MPF no caso de Acauã, trazido pela citada entrevista, é possível se fazer uma breve retrospectiva cronológica acerca de alguns fatos mais importantes que marcaram tal atuação:

No início do ano de 2004, após provocação do MAB-PB expondo a situação dos atingidos por Acauã, o Ministério Público Federal (MPF) na Paraíba, através da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, elaborou a minuta de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) a ser celebrado com o Governo do Estado.

O TAC é um acordo que o Ministério Público celebra com o violador de determinado direito coletivo. Ele tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial. No caso de descumprimento do acordo, o MP pode ajuizar uma ação civil pública para a efetivação das obrigações assumidas no acordo. (Conselho Nacional do Ministério Público, s.d.). O TAC está previsto no § 6º do art. 5º da Lei 7347/85, e no art. 14 da Resolução nº 23/2007 do CNMP:

§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

Art. 14. O Ministério Pùblico poderá firmar compromisso de ajustamento de conduta, nos casos previstos em lei, com o responsável pela ameaça ou lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução, visando à reparação do dano, à adequação da conduta às exigências legais ou normativas e, ainda, à compensação e/ou à indenização pelos danos que não possam ser recuperados.

O MPF entendeu que as comunidades atingidas pela barragem sofreram “desestruturação das economias familiares, com a suspensão das atividades produtivas e com o deslocamento das famílias dos atingidos para conjuntos habitacionais privados de serviços e de atividades essenciais para a vida” (MPF *apud* Medeiros, 2010). O órgão definiu que o governo tinha a responsabilidade de oferecer ao menos condições de vida semelhantes às que os atingidos tinham antes da barragem, através das políticas públicas apropriadas. Destacou também a urgência dessas medidas, devido à carência de meios básicos de vida pelas comunidades desde sua remoção para as novas localidades. Por fim, enfatizou os princípios constitucionais da cidadania e dignidade da pessoa humana, além dos objetivos fundamentais da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária, e erradicar a pobreza e a marginalização (BRASIL, 1988).

O TAC previa que o MAB teria a responsabilidade de fiscalizar o efetivo cumprimento do termo, elaborando relatórios, realizando diligências e colaborando com as

ações do governo. Foram definidos os seguintes compromissos a serem assumidos pelo Governo da Paraíba, com seus respectivos prazos:

- a) implantar, no período de 30 dias, pagamento de remuneração mensal no valor de um salário mínimo às famílias dos atingidos, até que seja realizado o cadastro para recebimento do benefício previsto no Cartão Alimentação (ou Bolsa Família) do Programa Fome Zero do Governo Federal. Cadastro este que deverá ser efetivado no prazo de três meses;
- b) fiscalizar as Prefeituras municipais de Aroeiras, Natuba e Itatuba, onde estão assentadas as comunidades, a fim de assegurar a meta prevista de inclusão das famílias no Programa Fome Zero, adotando todas as providências legais necessárias, e, inclusive descredenciando o município, no caso de responsabilidade pela omissão ou ação que inviabilizem a inclusão das famílias de atingidos no referido Programa;
- c) elaborar, no prazo máximo de 60 dias, um Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), incluindo um cronograma de execução, contemplando as necessidades das famílias atingidas, dando ênfase à recriação de atividades produtivas que venham gerar emprego e renda. O Ministério Público Federal atuará como fiscalizador de fiel execução do cronograma de desenvolvimento do PDS;
- d) assegurar a participação de representante legitimamente escolhido pela população atingida em todas as etapas da elaboração e execução do PDS. A participação efetivar-se-á mediante um processo sistemático de informação e consulta à população interessada sobre os seus direitos e sobre as opções possíveis para a implementação do PDS;
- e) criar uma comissão, com representação paritária da comunidade de atingidos, para discutir e acompanhar a implementação das medidas a serem tomada para a melhoria das condições de vida dos atingidos, recuperação das atividades produtivas e implantação de serviços públicos nos locais de assentamento. A participação efetiva dos atingidos deverá ocorrer mediante reuniões periódicas e ser assegurada despesas de transporte e alimentação para os representantes da comunidade;
- f) engajar a população desempregada nas atividades que surgirão com a implementação do reservatório, devendo ser implantados, nos locais de assentamento das famílias atingidas, centros de treinamento para a capacitação dos trabalhadores;
- g) incentivar a atividade de piscicultura na região, mediante a instrumentalização e capacitação das famílias atingidas;
- h) apresentar plano de pagamento das indenizações ainda pendentes, assegurando aos desapropriados o direito a reavaliação das indenizações.
(MPF *apud* Medeiros, 2010)

Apesar da iniciativa do MPF, ao final daquele ano o governo estadual ainda não havia assinado o TAC. O MPF então propôs a discussão do acordo em uma audiência pública, que ocorreu em novembro de 2004, na Vila Nova de Pedro Velho, realizada pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Duciran Farena, em conjunto com o MAB (MPF *apud* Medeiros, 2010), estando presentes representantes do governo estadual e do município de Aroeiras. Dessa audiência também participaram representantes de outras instituições, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia da Paraíba (CREA-PB), entre outros. Todos expuseram seus motivos, tendo o Procurador Duciran Farena afirmado que insistiria na assinatura do TAC com as esferas governamentais competentes.

O TAC não chegou a ser assinado pelo governo do estado, por impossibilidade de conciliação, o que levou o MPF a ajuizar ação para tentar assegurar os direitos dos atingidos. (Ministério Público Federal na Paraíba - MPF/PB, 2013)

Em abril de 2007, na nova comunidade de Pedro Velho (município de Aroeiras), foi realizada outra audiência pública pelo MPF, em conjunto com membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que estavam em visita ao estado para averiguar a denúncia feita pelo MAB acerca das violações de direitos humanos pela construção de Acauã. Também participaram da audiência membros do MAB e moradores das comunidades de Pedro Velho, Costa, Melancia, Cajá, Água Paba, entre outras. Foi constatado que a situação dos atingidos não havia sido resolvida, se mantendo a situação de vida precária e carente de estruturas básicas observada desde a remoção das comunidades. O representante do MPF, procurador Duciran Farena, concluiu que o assentamento do Costa apresentava condições tão precárias de vida que deveria ser desocupado, com a realocação da comunidade para outro local com melhor estrutura. (MPF *apud* Medeiros, 2010)

Em 29 de maio de 2013, o MPF-PB se reuniu com o Grupo de Trabalho (GT) do CDDPH, que estava em visita à Paraíba para verificar a situação dos atingidos por Acauã, com relação ao relatório produzido por este órgão em 2007. Também participaram da reunião representantes do MAB, da Defensoria Pública da União (DPU) em Campina Grande, e da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Foi constatado que as recomendações do citado relatório anterior não foram atendidas. O Procurador Duciran Farena solicitou ao GT que encaminhasse ao MPF os relatórios conclusivos das recentes visitas às comunidades de Cajá, Melancia e Pedro Velho. (Ministério Público Federal na Paraíba - MPF/PB, 2013)

Em 29 de setembro de 2015, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, José Godoy Bezerra de Souza, realizou na sede do MPF/PB uma audiência pública para discutir os impactos sociais, econômicos, históricos, culturais e jurídicos decorrentes da construção da barragem de Acauã. Participaram da reunião representantes das comunidades atingidas, do MAB e da UFCG. (Ministério Público Federal na Paraíba - MPF/PB, 2015). Nesta ocasião foi exibido e publicado o documentário “Águas para a vida ou para a morte?”, acerca dos impactos sociais, econômicos, históricos, culturais e jurídicos decorrentes da construção da barragem de Acauã. O documentário, de 36 minutos, é uma produção da Assessoria de Comunicação do MPF/PB, idealizado pelo Procurador José Godoy, e está disponível no canal do MPF/PB na plataforma virtual YouTube. (Ascom - MPF/PB, 2015)

Em 28 de março de 2019, foi realizada uma reunião articulada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), entre membros do MAB-PB, secretários estaduais e o governador João Azevedo (PSB), havendo também a participação da DPU e da Defensoria Pública Estadual (DPE). (Procuradoria da República na Paraíba, 2019)

Em 23 de maio de 2019, foram validados os diagnósticos rurais participativos (DRP's) das comunidades de Cajá, com 122 famílias, e Melancia, com 150 famílias, em solenidades conduzidas pela PRDC nestas comunidades, com a presença de representantes de diversos órgãos públicos. Estes diagnósticos consistem em levantamentos sobre as necessidades das famílias afetadas, a partir das relações sociais e econômicas das comunidades. É um conjunto de técnicas e ferramentas com as quais as comunidades rurais realizam seu próprio diagnóstico. Foram realizados pela Empresa Paraibana de Pesquisa e Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), com financiamento do governo do estado.

Entre os encaminhamentos definidos durante a reunião de validação dos diagnósticos estão providências para solucionar pendências e liberar a emissão dos títulos de casas; elaboração de projeto de rede de captação de água da adutora; implantação de cisternas; disponibilização de transportes para estudantes; apoio à implementação de cooperativas de trabalho, com realização de cursos para geração de renda; inclusão das comunidades em projetos de financiamento de microcrédito; suporte para a criação de cooperativas; entrega de filtros às comunidades; levantamento de demanda para perfuração de poços artesianos; elaboração de solução para os sistemas de coleta e tratamento de esgotos; atualização de projeto de vias de acesso às propriedades; implantação de dessalinizador, entre outras medidas. (Procuradoria da República na Paraíba, 2019)

Na ocasião, o professor aposentado de economia rural da UFPB, Fernando Garcia, elencou os seguintes fatores como essenciais para a validação dos DRP's das duas comunidades:

Além da manutenção da população organizada durante os últimos 17 anos, desde a construção da barragem de Acauã, os atuais dirigentes do Estado são mais sensíveis a essas questões do que nos primeiros anos logo após a construção da barragem. E o Ministério Pùblico Federal, sob a coordenação do procurador regional dos Direitos do Cidadão, José Godoy, adotou em 2015 uma nova estratégia de negociação com os órgãos pùblicos, de modo que o momento de validação dos diagnósticos é o coroamento de todo um processo de negociação. (Procuradoria da Repùblica na Paraíba, 2019)

Em 8 de junho de 2019, foi realizada na sede do MPF em João Pessoa uma reunião entre o MAB-PB e alguns órgãos do governo estadual, para tentar solucionar o problema do acesso à água pelas comunidades atingidas. A reunião foi promovida pela PRDC.

Com relação ao acesso à água, o secretário do Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Ciéncia e Tecnologia, Deusdete Queiroga, e os representantes da Cagepa, Marinaldo Gonçalves de Melo, Simão Almeida e Joaquim Almeida Neto, se comprometeram a entregar no prazo de 120 dias a atualização dos projetos de construção das adutoras Água Paba, Costa, Cajá e Melancia. Também ficou encaminhado que, em 60 dias, será possível reativar a adutora da comunidade de Pedro Velho e da cidade de Aroeiras, bem como a recuperação da estação de tratamento de água desse município. A Cagepa ainda se comprometeu a entregar, em 120 dias, os projetos de construção de chafarizes nas localidades de Pinhões, Mangabinha, Trapiá, Cacimba Cercada e Uruçu e o projeto de expansão da rede para abastecer Pedro Velho e Riachão. Conforme informaram os representantes da Cagepa não há falta de hidrômetros, assim, no prazo de 60 dias, uma vez estabelecida a extensão de rede será possível colocar os hidrômetros.

(Procuradoria da Repùblica na Paraíba, 2019)

Naquela ocasião, os representantes do MAB-PB entregaram uma bandeira do Movimento ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão na Paraíba, José Godoy, em agradecimento pelo trabalho em defesa dos direitos das comunidades atingidas por Acauã.

Recentemente, em 25 de junho de 2019, aconteceu uma importante reunião em que participaram, além do MPF e do MAB, o governador do estado, João Azevedo, junto com representantes de oito secretarias de seu governo. O governador se comprometeu em solucionar os problemas dos atingidos, em especial da comunidade do Costa, a mais carente. O governador determinou à EMPAER e a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), que apresentem até o fim de julho deste ano um projeto de reassentamento rural para os atingidos. Esta que sempre foi a principal demanda das comunidades removidas de suas terras. Determinou também que o projeto seja previamente apresentado à comunidade do Costa, para que os interessados possam ser ouvidos. Também foi agendada uma visita à comunidade de Araçagi no mês de julho, e determinado um levantamento social das famílias a

serem reassentadas, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH). O governador declarou que

“numa reunião como essa, nós tivemos a participação de oito secretarias de Estado, o que já demonstra, claramente, a importância que estamos dando à questão. Vamos resolver em definitivo aquela situação que foi criada por um erro de concepção há muito tempo, que não cabe aqui colocar”, garantiu. “A comunidade [do Costa] pode ter a certeza de que vamos encontrar a solução em parceria e, acima de tudo, respeitando a decisão da própria comunidade. É o que vamos fazer e tenho certeza que vamos alcançar êxito naquilo que estamos propondo aqui, junto com o Ministério Público Federal e o governo do Estado”. (MPF/PB, 2019)

O coordenador do MAB na Paraíba, Osvaldo Bernardo, lembrou da dificuldade que sempre houve para se chamar a atenção do poder público com relação à causa das famílias atingidas, sendo necessário muita pressão popular para que o Movimento fosse ouvido.

“Em 2002, quando iniciamos a luta, a gente teve que fechar BR, fazer caminhadas em Campina Grande, e, mesmo assim, a gente não conseguia sentar com o governador”, relata. “A gente tinha que fazer muita pressão popular e colocar, no mínimo, 500 pessoas na rua, atingidos e atingidas pela barragem. Tinham crianças, idosos, mulheres, muita gente mobilizada para chamar a atenção da sociedade e [fazer] o Estado reconhecer publicamente que havia um problema com os atingidos. Naquela época, a gente só conseguia chegar ao governo do estado quando fechava uma BR”. (MPF/PB, 2019)

Osvaldo declarou acreditar que a causa dos atingidos por Acauã está numa nova fase de negociação com o poder público:

“Hoje, a gente está aqui sentado com João [o governador] e a imprensa nem está sabendo porque a gente não precisou fazer pressão popular, nem ter aquele trabalho todo de mobilização [nas ruas]”, celebra Osvaldo Bernardo. O coordenador do movimento dos atingidos credita essa abertura de negociação “à legitimidade que o MAB construiu ao longo da história, à parceria que existe com o Ministério Público Federal e ao governo que tem essa sensibilidade e reconhecimento. Se não fossem esses três elementos, a gente não conseguiria avançar, até mesmo por causa da conjuntura nacional que está muito complicada”. (MPF/PB, 2019)

O professor Fernando Garcia, que acompanha a luta dos atingidos pela barragem de Acauã desde o início, também chegou à mesma conclusão de Osvaldo:

Antes, todas as ações do movimento, seja fechar BRs, sejam manifestações públicas, eram para [o movimento] chegar mais forte no enfrentamento com o governo. Nessa nova fase, estão todos reunidos, inclusive o governo, para enfrentar os problemas. Essa segunda audiência que tivemos com o governador é a confirmação da mudança de fase, porque antes nunca tinha acontecido isso. Havia uma audiência e [o assunto] encerrava-se ali. Jamais houve uma segunda audiência dando seguimento ao que tinha sido discutido na primeira. Hoje, houve uma segunda audiência, há passos concretos bem

definidos e o governador fixou uma meta até o fim de julho, para que esse processo dê um passo mais significativo que será a concepção do projeto [de realocação da comunidade do Costa]. (MPF/PB, 2019)

Em cumprimento ao que foi acordado na reunião de junho, foi apresentado, no dia 30 de julho de 2019, a primeira versão do projeto de reassentamento para os atingidos. A apresentação ocorreu em nova reunião com o MPF, o MAB, a DPU, e o governador João Azevedo, com a presença de secretários de estado.

Foi prevista uma área para reassentamento de 328 hectares, com sistema de irrigação, iluminação pública, abastecimento de água, construção de casas já conjugadas com o sistema de tratamento de resíduos, pavimentação de vias, escola e posto de saúde.

O governador João Azevedo fez várias ponderações sobre a proposta apresentada. Segundo o chefe do executivo estadual, se faz necessário discutir a infraestrutura que realmente será executada para não se criar uma falsa expectativa nas comunidades beneficiárias do projeto. O governador também pontuou a necessidade de se levar em consideração o custo de implantação do sistema de irrigação. João Azevedo ainda ponderou sobre as implicações municipais para o funcionamento da escola e da unidade de saúde na agrovila e adiantou que a proposta da casa de beneficiamento do mel pode ser realizada no âmbito do Projeto Cooperar. Por fim, destacou que o projeto de agrovila é viável e possível de ser executado. (Ministério Púbico Federal na Paraíba - MPF/PB, 2019)

Osvaldo Bernardo, coordenador do MAB-PB, avaliou como prudente a posição do governo estadual de só tomar uma decisão após a discussão e definição de todos os fatores.

Apesar de tanto tempo esperando uma solução, nós queremos que o estado não cometa o mesmo erro que cometeu quando do deslocamento das famílias para a construção da barragem de Acauã. A gente percebeu que João tem uma característica muito técnica, científica e é muito preocupado com a questão de dados nesse momento. Por não ser uma decisão aleatória, aumenta a possibilidade do projeto da agrovila dar certo. (Ministério Púbico Federal na Paraíba - MPF/PB, 2019)

O representante do MPF na reunião, procurador José Godoy, declarou que

é perceptível a boa vontade e visíveis os esforços da administração estadual na concepção do projeto de agrovila. Há avanços a cada reunião que realizamos com o Executivo, com órgãos públicos e com a participação das famílias atingidas, organizadas por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba. Essa já é a quarta reunião e a presença do MAB em todas demonstra que pessoas estão assumindo o protagonismo da própria história e aprendendo como exercer o controle social numa democracia participativa. (Ministério Púbico Federal na Paraíba - MPF/PB, 2019)

Por fim, ficou agendada nova reunião, em 15 dias, para apresentação dos relatórios de estimativas de custo dos equipamentos, serviços e infraestrutura sugeridos nesta primeira versão do projeto da agrovila.

Atualmente existe um Inquérito Civil, de nº 1.24.000.000523.2014-72, aberto junto ao MPF/PB para apuração das violações que ainda permanecem sobre os atingidos pela barragem de Acauã. No âmbito deste inquérito, foram promovidas duas reuniões em maio deste ano pelo MPF, nas comunidades de Melancia e Cajá, entre os atingidos e autoridades estaduais e municipais, cujas atas seguem em anexo.

6 – Considerações Finais

As diversas fontes indicam que a implantação de grandes obras hídricas costuma gerar uma série de violações de direitos humanos, em maior ou menor grau, independentemente da região onde são instaladas.

Nos mais diferentes países do mundo, a exemplo do Brasil, têm sido freqüentes as polêmicas e os conflitos em torno dos impactos provocados pelo planejamento, implantação e operação de barragens, sejam elas voltadas para a geração de energia hidrelétrica, para a irrigação, abastecimento de água, controle de cheias, ou para múltiplos objetivos. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, 2011)

O caso da barragem de Acauã é um grande exemplo das mais diversas e graves violações de direitos, que persistem por muitos anos após sua implantação. Um resumo da visão dos atingidos após a chegada das águas pode ser dado pelo depoimento de Amaury, morador da comunidade do Costa, citado por Evangelista (2011, p. 160):

Falando no meu caso, pra mim não trouxe nada, nada; pelo contrário, piorou de tudo, de todas as formas. Primeiro porque desorganizou completamente a vida das famílias, já que todo mundo estava acostumado a viver nas margens do rio, desde criança eu era acostumado a viver tirando o sustento da nossa terra e do rio, mesmo tendo pouca água; e de repente você ter que sair, quer queira ou quer não queira, tem que sair do seu lugar, perder sua terra pra não ter como viver em outra, a não ser como empregado, como cativo, e quando tem como! (...)

O próprio Governo Federal, através de relatório oficial emitido pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, admitiu que a situação dos atingidos por Acauã é bastante grave. Em uma segunda visita à região na barragem, no ano de 2013, o Conselho chegou à seguinte conclusão, baseando-se nas constatações de sua primeira visita, feita em 2007:

“Não existem dúvidas para o Grupo de Trabalho que a situação dos atingidos por barragens de Acauã é uma grave situação de violação de direitos humanos decorrente da implantação de uma barragem no Brasil” e que “as recomendações do CDDPH não foram analisadas, debatidas, estudadas, criticadas e muito menos implementadas neste período, demonstrando que o Estado, em seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal) e nos seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) não têm tomado medidas eficientes para sustar e sanar as violações de direitos humanos dos atingidos por Acauã” – afirma o relatório de monitoramento.

(MAB, Estado reconhece que violações persistem em Acauã, 2013)

Para evitar ou reparar tais violações, o caso de Acauã mostrou que a via judicial por si só não tem se mostrado suficiente, principalmente pela demora na solução da demanda. “Os

tempos dos processos judiciais não coincidem com os tempos das lutas sociais e políticas. E a morosidade das instituições judiciais e quasijudiciais torna-se, de fato, um obstáculo para o estabelecimento de medidas de justiça” (Santos, 2010). Outros fatores então se mostraram decisivos para a defesa dos interesses das comunidades atingidas, sendo os mais importantes a ação das próprias comunidades, especialmente através do Movimento dos Atingidos por Barragens da Paraíba, a ação do Ministério Público Federal da Paraíba, e a rede de apoio construída com universidades e outras instituições e Movimentos.

A atuação do MAB em parceria com o MPF se mostrou extremamente positiva, aliando a ação social com um poder institucional, trazendo resultados que talvez nunca tivesse sido alcançados com uma atuação isolada. A visão da Procuradoria foi de valorização e empoderamento dessas pessoas, reconhecendo a importância do ativismo social.

Há avanços a cada reunião que realizamos com o Executivo, com órgãos públicos e com a participação das famílias atingidas, organizadas por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba. Essa já é a quarta reunião e a presença do MAB em todas demonstra que pessoas estão assumindo o protagonismo da própria história e aprendendo como exercer o controle social numa democracia participativa. (Ministério Púbico Federal na Paraíba - MPF/PB, 2019)

Ficou claro que a inércia do Estado em tentar buscar algum tipo de reparação aos atingidos só seria quebrada através da mobilização social, se mostrando da maior importância a luta do MAB para tentar diminuir o sofrimento daquelas famílias. Assim relata Silva E., morador da Vila Nova de Pedro Velho, conforme citado por Medeiros (2010):

Eu vi o pessoal tudo gritando, implorando pra falar com o governador e nada do governador chegar, e veio o secretário dele falar com a gente, mas nesse dia não foi resolvido nada. Então, o pessoal falou que não íamos desistir, que viríamos outras vezes, que iríamos acampar, trancar a BR, fazer o que for possível pra gente conseguir o que a gente veio atrás. Já trancamos a BR já invadimos uma usina e passamos três dias dentro de um canavial atrás dos nossos direitos, porque esse povo quer destruir a gente. Só porque a gente é pobre pensa que a gente não tem direitos mais a gente vai lutar pelos nossos direitos. Então eu continuo no MAB e espero que não paremos por aqui. Vamos continuar a ter mais lutas porque meu sonho é ser militante ou um coordenador do MAB. Então eu peço ao pessoal todo, os coordenadores de todos os movimentos que não parem de lutar enquanto a gente não for reconhecido e ter direito ao que é nosso.

7 – Referências

ASCOM - MPF/PB. **Águas para a vida ou para a morte.** 2015. (36m41s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fevOOCMxIHY>. Acesso em: 7 de jun. 2019.

DIGNITATIS e outros. **Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Paraíba.** João Pessoa, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/579494/publicacao/16434817>>. Acesso em: 22 de jun. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.342 de 26 de Outubro de 2010.** Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7342.htm>. Acesso em: 15 de Julho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.** Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm>. Acesso em 20 de Agosto de 2019.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 302 de 2002.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2002. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=298>>. Acesso em 28 de jul. de 2019,

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 09, de 3 de dezembro de 1987.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1987. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=60D>>. Acesso em: 25 de Jul. de 2019.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1986. disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 24 de jun. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009** - Programa Nacional de Direitos Humanos 3. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

CDDPH – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Comissão Especial "Atingidos por Barragens" - Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07 - Relatório da Violação dos Direitos Humanos na Construção de Barragens.** Brasília/DF, 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13506917-COMISSAO-ESPECIAL-ATINGIDOS-POR-BARRAGENS-RESOLUCAO-26-06-31-06-01-07-02-07-05-07-RELATORIO-DA-VIOLACAO-DOS-DIREITOS-HUMANOS-NA-CONSTRUCAO-DE-BARRAGENS.pdf>>

Comissao-especial-atingidos-por-barragens-resolucoes-nos-26-06-31-06-01-07-02-07-05-07.html>. Acesso em: 22 de jun. 2019.

CNMP. Portal de Direitos Coletivos. Brasília, s.d. Disponível em: <<http://www.cnmp.gov.br/direitoscoletivos/index.php/4-o-que-e-o-termo-de-ajustamento-de-conduta>>. Acesso em: 15 de ago. 2019.

CNMP. Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/501/>>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

EVANGELISTA, G. M. Conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho rural provocadas pela formação de lagos artificiais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

MAB. Atingidos por Acauã apresentam pauta a governo da Paraíba. Movimento dos Atingidos por Barragens, 11 de nov. 2012. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-por-acau-apresentam-pauta-governo-da-para-ba>>. Acesso em 21 de ago. 2019.

MAB. Barragem de Acauã: inaugurado cemitério para comunidade de Pedro Velho (PB). Movimento dos Atingidos por Barragens, 17 de mar. 2017. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/barragem-acau-inaugurado-cemit-rio-para-comunidade-pedro-velho-pb-0>>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

MAB. Belo Monte: 968 famílias são reconhecidas como atingidas. Movimento dos Atingidos por Barragens, 15 de mar. 2018. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/belo-monte-968-fam-lias-s-reconhecidas-como-atingidas>>. Acesso em: 27 de ago. 2019.

MAB. Estado reconhece que violações persistem em Acauã. Movimento dos Atingidos por Barragens, 02 de out. 2013. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/estado-reconhece-que-viola-es-persistem-em-acau>>. Acesso em: 10 de ago. 2019.

MAB. Governo Estadual criará Grupo de Trabalho para minimizar os problemas dos atingidos pela barragem de Acauã. Movimento dos Atingidos por Barragens, 23 de jan. 2014. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/para-ba-governo-estadual-criar-grupo-trabalho-para-minimizar-os-problemas-dos-atingidos-pela>>. Acesso em 21 de ago. 2019.

MAB. História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas. Movimento dos Atingidos por Barragens, 11 de jan. 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/historia>>. Acesso em: 03 de ago. 2019.

MAB. MAB entrega pauta de reivindicação para a presidente Dilma na Paraíba. Movimento dos Atingidos por Barragens, 05 de mar. 2013. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-entrega-pauta-reivindica-para-presidenta-dilma-na-para-ba>>. Acesso em: 15 de ago. 2019.

MAB. MAB participa de ato contra a venda das refinarias no RJ. Movimento dos Atingidos por Barragens, 16 de ago. 2019. Disponível em:

<<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-participa-ato-contra-venda-das-refinarias-no-rj>>. Acesso em 27 de ago. 2019,

MAB. MAB publica dossiê sobre o crime da Vale em Brumadinho. Movimento dos Atingidos por Barragens, 25 de fev. 2019. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-publica-dossi-sobre-crime-da-vale-em-brumadinho>>. Acesso em: 27 de ago. 2019.

MAB. MAB reúne com representantes institucionais, em Brumadinho. Movimento dos Atingidos por Barragens, 27 de jan. 2019. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-re-ne-com-representantes-institucionais-em-brumadinho>>. Acesso em 26 de ago. 2019.

MAB. Na Paraíba, atingidos reivindicam abastecimento de água. Movimento dos Atingidos por Barragens, 01 de fev. 2014. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/na-para-ba-atingidos-reivindicam-abastecimento-gua>>. Acesso em: 12 de ago. 2019.

MAB. Odilon, Orlando e Osvaldo: três irmãos atingidos pela Barragem de Acauã. Movimento dos Atingidos por Barragens, 10 de dez. 2018. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/odilon-orlando-e-osvaldo-tr-s-irm-os-atingidos-pela-barragem-acau>>. Acesso em: 26 de Agosto de 2019.

MABcomunicação. **Brumadinho: Quando o Lucro Vale Mais [doc].** 2019. (34m52s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ack1QctLvf8>>. Acesso em: 26 de ago. 2019.

MABcomunicação. **O Canto de Acauã [doc].** 2018. (14m16s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0hUVsxgZcXI>>. Acesso em 22 de Agosto de 2019.

MAIA, L. C. **Hidrelétricas e o Ministério Público brasileiro.** In: Hidrelétricas e atuação do Ministério Público na América Latina. Letra&Vida: Red Latinoamericana de Ministério Público Ambiental. Porto Alegre, 2013.

MEDEIROS, E. C. **Registro da Atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens nos Reassentamentos de Acauã: A Alfabetização de Jovens e Adultos.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

MPF/PB. Projeto de agrovila para reassentar famílias atingidas pela barragem de Acauã é apresentado. Ministério Público Federal, 31 de jul. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/projeto-de-agrovila-para-reassentar-familias-atingidas-pela-barragem-de-acaua-e-apresentado/view>>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

MPF/PB. MPF/PB considera reabrir caso sobre atingidos pela Barragem de Acauã. Jusbrasil, 2013. Disponível em <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/100544411/mpf-pb-considera-reabrir-caso-sobre-atingidos-pela-barragem-de-acaua>. Acesso em: 05 de ago. 2019.

MPF/PB. MPF/PB realiza audiência pública sobre impactos da Barragem de Acauã. Jusbrasil, 29 de set. 2015. Disponível em: <<https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/237302569/mpf-pb-realiza-audiencia-publica-sobre-impactos-da-barragem-de-acaua>>. Acesso em: 15 de ago. 2019.

MPF/PA. Relatório aponta graves violações de direitos e riscos aos ecossistemas e moradores atingidos por Belo Monte. Ministério Público Federal, 14 de jun. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/relatorio-aponta-graves-violacoes-de-direitos-e-riscos-aos-ecossistemas-e-moradores-atingidos-por-belo-monte>>. Acesso em 28 de jun. 2019.

Moraes, T. Apresentado projeto de agrovila para reassentar famílias atingidas pela barragem de Acauã. ParaíbaRadioBlog, 01 de Ago. 2019. Disponível em: <[https://www.paraibaradioblog.com/2019/08/01/apresentado-projeto-de-agrovila-para-reassentar-familias-tingidas-pela-barragem-de-acaua/](https://www.paraibaradioblog.com/2019/08/01/apresentado-projeto-de-agrovila-para-reassentar-familias-atingidas-pela-barragem-de-acaua/)>. Acesso em: 20 de Ago. 2019.

MPF/PB. MPF, governo do estado da PB e atingidos pela barragem de Acauã discutem proposta de reassentamento. Ministério Público Federal, 25 de Jun. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/mpf-governo-do-estado-da-pb-e-atingidos-pela-barragem-de-acaua-discutem-proposta-de-reassentamento>>. Acesso em: 20 de Ago. 2019.

ONU. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Organização das Nações Unidas, 19 de dez. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 10 de ago. 2019.

RICARDO se reúne com representantes do MAB atingidos pela barragem de Acauã. ParaíbaOnLine, 01 de Nov. 2016. Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/2016/11/ricardo-se-reune-com-representantes-do-mab-atingidos-pela-barragem-de-acaua/>>. Acesso em: 9 de Ago. 2019.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA. Atingidos pela barragem Acauã e órgãos estaduais firmam acordo para acesso à água. Ministério Público Federal, 12 de Jun. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/atingidos-pela-barragem-acaua-e-orgaos-estaduais-firmam-acordo-para-acesso-a-agua>>. Acesso em: 10 de Ago. 2019.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA. Diagnósticos rurais participativos de comunidades atingidas pela barragem de Acauã, na PB, são legitimados. Ministério Público Federal, 30 de Maio de 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/diagnosticos-rurais-participativos-de-comunidades-atingidas-pela-barragem-de-acaua-na-pb-sao-legitimados/view>>. Acesso em: 23 de Ago. 2019.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA. MPF discute com governo da PB situação das comunidades atingidas pela barragem de Acauã. Ministério Público Federal, 05 de Abril de 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/mpf-discute-com-governo-da-pb-situacao-das-comunidades-atingidas-pela-barragem-de-acaua>>. Acesso em: 28 de Jul. 2019.

SANTOS, B. S. **Descolonizar el saber, reinventar el poder.** Montevideo: Ediciones Trilce-Extensión universitaria, 2010.

SANTOS, C. M. **Questões de Justiça de Transição: a mobilização dos direitos humanos e a memória da ditadura no Brasil.** In: Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

SANTOS, M. C. O conceito de "atingido" por barragens - direitos humanos e cidadania. **Direito & Práxis.** Rio de Janeiro, v. 06, n. 11, p. 113-140, 2015.

8 – Anexos

8.1 – Bandeira do MAB



8.2 – Atas de reuniões

Atas de duas reuniões promovidas pelo MPF/PB em maio deste ano, no âmbito do Inquérito Civil nº 1.24.000.000523.2014-72, entre os atingidos e autoridades estaduais e municipais, nas comunidades de Melancia e Cajá.



Ata da reunião

Referência:	1.24.000.000523.2014-72
Local:	Itatuba – Distrito de Melancia
Data:	23.5.2019
Hora:	10h15min
Pauta:	Reunião com a comunidade atingida pela Barragem de Acauã e autoridades municipais e estaduais.

Pontos discutidos
A reunião iniciou com a apresentação do DRP recém elaborado pela comunidade de Melancia, o que contou com a participação massiva dos moradores e, inclusive, crianças. O principal ponto diagnosticado foi a questão da água tratada, ainda ausente. Em segundo lugar está o tratamento sanitário, não havendo redes de esgotos. Apontada ainda a necessidade de perfuração de poços artesianos com dessalinizadores. Destacou-se a necessidade de terra para a caprinocultura e afins. Também foi dado destaque à falta de titulação das casas, bem como a necessidade de reforma. Há ainda deficit habitacional. Outro ponto relevante é a ausência de programas de geração de rendas. No tocante à saúde, há necessidade de implantação do Programa Saúde da Família. Também foi relatado a ausência de infraestrutura, principalmente no acesso às comunidades. Recuperação e construção das estradas, precisamente para ligar o Distrito de Melancia ao Município de Natuba. Reconstrução de pontes e recuperação de vias. Construção de praças com centros de comercialização (quiosques). Pleiteada ainda a construção da sede da associação. Destacado, ainda, no tocante à educação, a necessidade de construção de escolas. Necessidade absoluta de construção de cisternas nas escolas. Pedido de construção de quadra poliesportiva. Necessidade de realização de cursos profissionalizante para os jovens. Há também necessidade de viabilizar o transporte escolar de crianças. Apontado ainda ausência de segurança pública. Segundo, Dr. Godoy assumiu a presidência da reunião, esclarecendo que seu objetivo é dialogar com as autoridades sobre o DRP elaborado. Nessa reunião estão registrados os compromissos assumidos pelas autoridades presentes. A palavra então foi passada à Secretaria de Estado da SEDH, que ressaltou que as comunidades atingidas pela Barragem de Acauã é prioridade do governo do Estado da Paraíba. O representante da CAGEPA informou que no orçamento próprio da instituição não há contemplação para a comunidade de Melancia, mas que poderá haver investimentos por meio da SEIRHMA ou do Projeto Cooperar. A comunidade relatou que houve dificuldade de acesso à água, principalmente com atuação ostensiva

da AESA e da Polícia Militar em face dos moradores que tinham hortas e levavam animais para beber água na barragem. Dr. José Arnaldo manifestou-se acerca das demandas que envolvem o DER. Foi consignado que a manutenção de estradas vicinais competem às prefeituras. Dr. Godoy solicitou à Secretaria de Agricultura Familiar uma posição sobre financiamentos de projetos de criação de pequeno porte, a exemplo de galinhas e caprinos. Foi dito que a Secretaria de Estado ainda está se estruturando. Todavia, apresentará os projetos da agricultura familiar, conforme deliberações a seguir. Em seguida, houve apresentação do representante do Projeto Cooperar, que destacou a implantação do Programa PB Rural Sustentável e as linhas de financiamento, para abastecimento de água por completo, para implantação de 7.500 cisternas e 100 dessalinizadores, em todo o Estado da Paraíba. Em seguida, Dra. Emilia se manifestou acerca das reivindicações de moradia da comunidade de Melancia. Esclareceu as dificuldades perante o cartório de Ingá para que haja a liberação dos títulos de moradia. Destacou a falta de apoio financeiro do Governo Federal no tocante à expansão de construção de moradias popular. Destacou ainda o histórico que levou a construção das casas de placas, pois na época não havia recursos para construção de casas, notadamente para aquisição de cimento, que estava com alto custo na época, por isso foi procurado tecnologia alternativa. O representante da EMPAER informou que está sendo realizado levantamento de áreas que podem ser adquiridas pelo Estado da Paraíba para fins de implantação de projetos agrícolas. Foi dito pelo representante do Projeto Cooperar que em parceria com a CAGEPA poderia haver o financiamento para a implantação da estação de tratamento de esgotos.

Deliberações	Responsável
Compromisso de elaboração de plano de geração de renda para a juventude e para as mulheres. Incluindo a elaboração de cursos, segundo a demanda informada pela comunidade de Melancia.	SEDH e MAB

Encaminhar os cursos que a comunidade de Melancia tem necessidade para a SEDH.	MAB e Prefeitura de Itatuba
É preciso quantificar quais as escolas que não possuem cisternas, para que possa ser realizada a implantação.	MAB e Prefeitura de Itatuba
Atendimento imediato da implantação de cisternas nas escolas, desde que haja a solicitação pela Prefeitura de Itatuba.	Prefeitura de Itatuba e SEDH
Disponibilização de transportes para os estudantes e jovens de Melancia para elaboração dos planos de negócios geradores de rendas. A partir da solicitação da Prefeitura de Itatuba à SEDH.	Prefeitura de Itatuba, MAB e SEDH
Suporte para criação/regularização de organização e/ou cooperativa de jovens e mulheres.	EMPAER, SEDH e MAB
Fornecimento de cestas básicas, no prazo de 30 dias, conforme relatório da equipe técnica da SEDH.	SEDH
Construção da sede da associação dos moradores de Melancia. Apresentação de informação em 60 dias.	SEDH

Em relação à falta de água tratada, rede de esgotos e ao "fossão" a CAGEPA se compromete em apresentar um projeto em 3 meses para viabilizar soluções.	CAGEPA
Realização de cadastro de pequenos produtores do Distrito de Melancia para evitar conflitos com a AESA, inclusive destacando a ausência de outorga.	EMPAER
Envio de nota técnica por parte da AESA, no prazo de 15 dias, ao MPF acerca da vazão de água da barragem e atendimento à comunidade de Melancia. Inclusão na programação do Estado da perfuração de dois poços artesianos em Melancia. Proposta de solução para inundação da ponte do canal, no prazo de 30 dias.	SEIRHMA e AESA
Fazer revisão e atualização do projeto para solucionar a falta de acesso às propriedades do lado de Natuba. No prazo de 15 dias, enviar relatório juntamente à nota técnica da SEIRHMA ao MPF.	DER e SEIRHMA
Elaboração de proposta para criação de animais de pequenos portes junto à Comunidade de Melancia e Cajá. Prazo de 30 dias.	MAB e Secretaria de Agricultura Familiar
Oficiar ao cartório, 1º Ofício de Ingá, para que informe se há pendências e como podem ser solucionadas para que haja a emissão dos títulos das casas pela CEHAP. Caso não haja demandas, quando serão emitidos os títulos, e se estão incluídas as casas do Distrito de Melancia.	PRDC

No tocante à reforma e a construção de novas casas será feita a elaboração de estudo indicando as demandas e necessidades, no prazo de 3 meses. Devendo ser informada a evolução do estudo à PRDC.	CEHAP
Compromisso de implantação de um dessalinizador na comunidade de Melancia no prazo de 6 meses.	Prefeitura de Itatuba
Conclusão da pavimentação da rua principal da comunidade de Melancia. Realização da licitação em 60 dias.	Prefeitura de Itatuba

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

Autoridades e representantes participantes da reunião:

1. RONALDO AMÂNCIO MENESES – CAGEPA – GERÊNCIA REGIONAL DA BORBOREMA
2. VIRGIANE DA SILVA MELO – SEIRHMA
3. FRANCISCO DE ASSIS COSTA – PROJETO COOPERAR
4. GILVANEIDE NUNES – SEDH
5. ARON RENE MARTINS DE ANDRADE – PREFEITO DE ITATUBA
6. OSVALDO BERNARDO DA SILVA – MAB
7. EMÍLIA CORREIA LIMA – CEHAP
8. PAULO EMÍLIO C. DE SOUZA – EMPAER

9. ANTONIO ALVES DA SILVA – SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR
10. JOSÉ ARNALDO SOUZA LIMA – DER/PB
11. MYLTON DOMINGUES DE AGUIAR MARQUES – PREFEITO DE AROEIRAS
12. LAUDÍZIO DA SILVA DINIZ – CAGEPA
13. FERNANDO GARCIA DE OLIVEIRA - UFCG

Ata da reunião

Referência:	1.24.000.000523.2014-72
Local:	Itatuba – Distrito de Cajá
Data:	23.5.2019
Hora:	10h15min
Pauta:	Reunião com a comunidade atingida pela Barragem de Acauã e autoridades municipais e estaduais.

Pontos discutidos

A reunião iniciou com a apresentação do DRP recém elaborado. Osvaldo, Coordenador do MAB, ressaltou a dívida social do Estado da Paraíba com o povo atingido pela construção da Barragem de Acauã. Disse que o DRP elaborado foi fruto da atuação do MPF junto aos membros das comunidades atingidas. Destacou a necessidade de elaboração de políticas públicas apontadas no DRP, bem como do acesso à terra. A palavra foi passada ao Dr. Godoy, que agradeceu a presença de todos os participantes, em especial aos membros da comunidade do Cajá, diretamente afetada pela construção da barragem. Em seguida, destacou que os compromissos da presente reunião seriam registrados na presente ata. Foi destacado a presença de autoridades representando os seguintes órgãos/entidades: EMPAER, CEHAP, SEDH, Cooperar, CAGEPA e Secretaria de Recursos Hídricos, Secretaria da Agricultura Familiar e DER. No tocante à CEHAP, foi destacado os pontos da pauta (em anexo), para que houvesse a manifestação da Dra. Emilia Correia Lima. A representante da CEHAP se manifestou nos termos a seguir: em relação à planta da poligonal, afirmou ser a situação mais fácil de ser resolvida, que seria encaminhada imediatamente a solução para a Prefeitura de Itatuba, tendo solicitado prazo de 15 dias. No tocante à titulação das casas, afirmou que o assunto vem sendo tratado há algum tempo, pois teve complicação em relação à propriedade do terreno, que era do Estado da Paraíba, tendo necessitado de autorização, o que demorou bastante. Mas a autorização já foi publicada. O cartório elencou, por sua vez, várias pendências, o que tem dificultado o trâmite do processo. A CEHAP está atuando neste momento por meio de sua advogada junto ao cartório para que o processo continue em andamento. Resolvendo o problema com o cartório, as escrituras serão imediatamente emitidas. Pediu 30 dias para emissão dos títulos após a resolução do problema junto ao cartório de Ingá. Em relação aos pedidos de novas casas, a representante da CEHAP afirmou que o pleito não chegou ao seu conhecimento. Mas em nível federal, e de Brasil, nada tem sido feito como proposta para a habitação. A CEHAP tem atuado nos projetos já assinados e nas obras que já estão

em andamento. O Ministério da Economia contingenciou a verba da habitação, então não se sabe o que acontecerá sobre a questão. Depois disso, serão debatidas alternativas com o governo do Estado da Paraíba para viabilizar a continuidade de construção de habitação popular. Foi feito um histórico da dificuldade de se construir as casas de placas, pois, à época, não havia recurso algum. Dr. Godoy questionou como anda o PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural. Dra. Emilia disse que o “zero” é para tudo, ou seja, não tem sido executado. O representante da EMPAER, Paulo Emilio, afirmou o compromisso do governo do Estado no acesso à terra para a comunidade do Cajá. Foi feito um levantamento acerca de possíveis áreas para assentamento de pessoas, tendo sido marcada uma reunião no começo de junho para a apresentação da proposta e uma vila agropecuária ao governador do Estado. Trata-se de um projeto piloto, que futuramente poderá ser expandido para outras comunidades. No tocante ao acesso ao microcrédito, afirmou que tem sido realizadas reuniões junto às famílias para renegociação e liberação de novos financiamentos. Dr. Godoy destacou a importância de se informar acerca do crédito fundiário. Pode não ser a solução ideal, mas vale a pena se informar da proposta do governo, pois as condições podem vir a ser interessantes para algumas pessoas. Dr. Godoy iniciou a discussão acerca da construção de adutoras em Aroeiras, Pedro velho e Água Paba. Dr. Laudizio Diniz, Assessor de Diretoria de Expansão da CAGEPA, afirmou que parte dos problemas elencados na pauta foram resolvidos. O projeto do Cajá inicialmente previa a construção de um reservatório. Todavia, a construção da adutora até dispensaria a construção do reservatório. Comentou que a crise de chuva fez com que os reservatórios baixassem de nível. Pedro Velho, Riachão e as comunidades no caminho de Aroeiras dependem da expansão da rede, que pode ser realizada a partir da adutora de Aroeiras. Contudo, depende da recomposição das águas da barragem para elevar o nível de água e colocar em operação pela CAGEPA, com o desenvolvimento de projetos para realocação de captações mais perto da barragem. A CAGEPA tem se disposto a fornecer a tubulação e hidrômetros, em parceria com as prefeituras (que entram com mão de obra e maquinário) para expansão de rede. A CAGEPA está disposta também a elaborar projetos e buscar recursos.

Prefeito de Aroeiras relatou que a necessidade maior é trazer a captação de água da adutora para a cidade de Aroeiras, que teve seu último abastecimento regular em 2008. De 2009 para os dias de hoje não houve abastecimento. Ele assumiu o compromisso de formar a parceria com a Prefeitura de Aroeiras para execução da captação e destacou a necessidade da EMPAER emitir DAP dentro do município, se possível com a disponibilização de um técnico. Lembrou a ausência de títulos de posse/propriedade das casas da CEHAP aos moradores de Aroeiras. Dra. Gilvaneide, Secretária da SEDH, rememorou a atuação na região atingida pela construção da Barragem de Acauã. Por exemplo, a implantação do programa Pró-Alimento, com cartão alimentação. Sugeriu a convocação de empresários da região para que haja estímulo à contratação de jovens no mercado de trabalho. A SEDH informou que estão sendo licitados mais 42 mil filtros para atender aos municípios, tendo sido entregues mais de 100 mil filtros. No tocante às padarias comunitárias, serão mantidos diálogos com o governo do Estado da Paraíba para que haja novas implantações. Dr. Francisco do Cooperar, relatou a implantação de projetos, por exemplo, o financiamento da construção de 7.500 cisternas e implantação de projetos sustentáveis, com financiamento de tecnologias diretamente ao produtor. O benefício do projeto Cooperar necessariamente precisa de projetos comunitários a serem formalizados por associações de moradores. Os Conselhos Municipais também intervêm no processo para que haja a contemplação dos projetos. Foi discutido o isolamento das comunidades, por ausência de estradas. Nesse sentido, o representante do DER se pronunciou informando que tem três rodovias estaduais na região e uma unidade administrativa do DER em Itabaiana, que atende a localidade. O representante da Secretaria Estadual da Agricultura Familiar reforçou o compromisso elencado pelo representante do projeto Cooperar. Firmou o compromisso de fornecer as sementes para o plantio, assim que haja o assentamento de membros das comunidades. Destacou a possibilidade de adesão ao programa do Garantia-Safra, para quem está fora do Seguro-Defeso, desde que haja solicitação dos prefeitos para atender às demandas. Dra. Virgiane, da SEIRHMA, esclareceu que as ações da presente Secretaria são vinculadas às outras entidades e órgãos. No

tocante à demanda de poços artesianos, ressaltou a dificuldade de obter vazão suficiente. A inclusão de poços na programação depende da conclusão do procedimento licitatório. Nesse sentido, serão incluídas as comunidades de Melancia e Cajá, todavia, não há como firmar prazo nesse momento. Solicitou que fosse informado o quantitativo de poços a serem perfurados para que possa entrar na programação de perfuração da região, conforme o cronograma a ser estabelecido. No tocante aos carros pipas, foi dito que depende de convênios com o Governo Federal. No momento, não há convênio firmado, por isso não há atendimentos de carros-pipa, por parte do Estado, na Paraíba. Estão sendo feitas diligências junto ao governo federal para que haja a formalização do convênio. Dr. Godoy pediu que fosse dado prioridade à perfuração de poços artesianos nas comunidades que estão com falta de água.

Deliberações	Responsável
Oficiar ao cartório, 1º Ofício de Ingá, para que informe se há pendências e como podem ser solucionadas para que haja a emissão dos títulos das casas pela CEHAP. Caso não haja demandas, quando serão emitidos os títulos, e se estão incluídas as casas do Distrito de Cajá.	PRDC
No tocante à planta da poligonal, a representante da CEHAP se comprometeu em encaminhar a solução imediatamente para a Prefeitura de Itatuba, sendo concedido prazo de 15 dias.	CEHAP
No tocante à titulação das casas, se comprometeu em, uma vez resolvida a questão com o cartório, executar a emissão dos títulos em 30 dias.	CEHAP

No tocante à reforma e a construção de novas casas, será feita a elaboração de estudo indicando as demandas e necessidades para viabilizar no prazo de 3 meses. Devendo ser informada a evolução do estudo à PRDC.	CEHAP
Ceder a área para a construção de novas casas populares, uma vez viabilizados os recursos.	Prefeitura de Itatuba
EMPAER informar ao MPF, no prazo de 30 dias, dados detalhados da proposta do crédito fundiário para que posteriormente seja apresentada aos membros das comunidades atingidas pela barragem, especialmente aos que moram no Distrito do Cajá.	EMPAER
Em relação à titulação de casas de Pedro Velho, o prefeito de Aroeiras, em 30 dias, encaminha os "habite-se" à CEHAP, para que seja dado continuidade ao processo de titulação junto ao cartório.	PM de Aroeiras
Elaboração de projeto, com orçamento, em relação à extensão do ponto de captação da barragem, em 120 dias, com a apresentação do projeto ao MPF, de forma que a extensão da rede chegue a Aroeiras e Pedro Velho.	CAGEPA
Prefeitos realizarem levantamento (relação e planta da região) acerca das necessidades de expansão de rede, para que possa ser estabelecida parceria junto à CAGEPA, caso haja viabilidade. Prazo de 30 dias. Envio à Gerência Regional da Borborema (C. Grande) e ao MPF.	Prefeituras de Itatuba e Aroeiras.

Apoio à implementação de cooperativas de trabalho e realização de cursos (corte e costura, culinária e artesanato) para geração de renda nas comunidades, especialmente voltadas ao público jovem e às mulheres. Compromisso de trazer a equipe do Projeto Cooperar para que sejam viabilizados financiamentos do empreender a serem aplicados nas comunidades, em especial em Pedro Velho e Cajá. Prazo de 180 dias para apresentação de relatório das ações desenvolvidas.	SEDH
Cursos de artesanato, corte e costura e culinária a serem implementados em 40 dias.	SEDH
Entrega de filtros às comunidades até o mês de setembro de 2019. Informar o quantitativo de entregas de filtros na região. Às prefeituras de Itatuba e Aroeiras informar o quantitativo de entregas em filtros.	SEDH, Prefeituras de Natuba, Itatuba e Aroeiras
Perspectivas de novas cisternas, mil cisternas serão feitas na Paraíba até setembro de 2019. O MAB informar o quantitativo de atendimento às comunidades da região.	SEDH
À Prefeitura de Itatuba irá informar a área para construção de padaria comunitária, bem como elaboração do projeto em parceria com o Estado da Paraíba. No prazo de 30 dias, a SEDH informará o cronograma	Prefeitura de Itatuba e SEDH
Elaboração de relação de pessoas a serem contempladas com filtros, a ser enviada a SEDH.	Prefeituras de Natuba, Itatuba e Aroeiras

EMPAER se compromete, juntamente com as comunidades, as prefeituras envolvidas e a SEDH, a apoiar a regularização e constituição das organizações, que serão contempladas com projetos do Cooperar, no prazo de 150 dias.	EMPAER, SEDH, Prefeituras e Cooperar
Informar no prazo de 60 dias como serão elaborados e executados os projetos do Cooperar juntos às comunidades atingidas pela Barragem de Acauã. Considerando a entrega de relatórios da SEDH e DRP's nesta oportunidade.	Cooperar
Levantamento da demanda de perfuração de poços (quantitativo) nas comunidades, a ser realizado pelo MAB e enviado à SEIRHMA. Apresentação até junho de 2019.	MAB
Elaboração de diagnóstico e possível solução para os sistemas de coleta e tratamento de esgotos do Distrito do Cajá, concedido prazo de 3 meses.	CAGEPA

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

**JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão**

Autoridades e representantes participantes da reunião:

1. RONALDO AMÂNCIO MENESSES – CAGEPA – GERÊNCIA REGIONAL DA BORBOREMA

2. VIRGIANE DA SILVA MELO – SEIRHMA

3. FRANCISCO DE ASSIS COSTA – PROJETO COOPERAR

4. GILVANEIDE NUNES – SEDH

5. ARON RENE MARTINS DE ANDRADE – PREFEITO DE ITATUBA

6. OSVALDO BERNARDO DA SILVA – MAB

7. EMÍLIA CORREIA LIMA – CEHAP

8. PAULO EMÍLIO C. DE SOUZA LIMA – EMPAER

9. ANTONIO ALVES DA SILVA – SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR

10. JOSÉ ARNALDO SOUZA LIMA – DER/PB

11. MYLTON DOMINGUES DE AGUIAR MARQUES – PREFEITO DE AROEIRAS

12. LAUDÍZIO DA SILVA DINIZ – CAGEPA

13. FERNANDO GARCIA DE OLIVEIRA - UFCG

8.3 - Entrevista

Íntegra da entrevista realizada com o membro do Ministério Público Federal, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, José Godoy Bezerra de Souza, que foi entrevistado pela professora Ana Maria Motta Ribeiro, da Universidade Federal Fluminense, e pelo professor Hugo Belarmino de Moraes, da Universidade Federal da Paraíba, no dia 27 de julho de 2018:

José Godoy: professora muito prazer, meu nome é José Godoy, eu tenho a honra, o privilégio e o prazer de estar aqui na PRDC aqui da Paraíba, há 4 anos, e lidar e conviver diariamente com... olha eu fico pensando se tem algum movimento social hoje ativo no estado que a gente não lide no dia a dia... e chego à conclusão que não.

Ana Maria: na Paraíba inteira, governo, estado inteiro?

JG: sim no estado todo. Desde os ciganos lá em Souza, os agricultores de Campina Grande pra cá, pescadores da região, atingidos, quilombolas de todo o estado, indígenas de todo o estado, movimento LGBT, estudantes, sem terra, MST, Comissão Pastoral da Terra, todo o movimento carcerário, todo o movimento de internação, Conselho Tutelar vem por aqui, quer dizer, é um privilégio, a gente tem uma visão muito privilegiada aqui de todas as lutas no estado. Eu penso até a luta de Rio Tinto pra regularizar as casas, aportam aqui. É um aprendizado do dia-a-dia, é um privilégio poder participar das discussões que nós participamos aqui, como Ministério Público, e como, da visão que eu tenho como órgão, o Ministério Público Brasileiro ele ganha uma conformação diferente de qualquer lugar do mundo, em que você tem o MP penal, que faz a ação penal, e junto com ela também muito parecida a ação de improbidade, e na tutela coletiva. E dentro dessa tutela coletiva cria-se, na lei complementar 75 a PFDC, que hoje é Débora Duprah, e os PRDC's nos estados. Eu equiparo a PRDC muito com o Homburdmann (?) na Europa, ou Defensores Del Pueblo da Espanha ou Colômbia, ouvidoria portuguesa... isso acontece muitas vezes da gente ser ouvidor mesmo. Você não sabe quantas vezes as pessoas vem aqui somente pra conversar, a gente faz muito isso.

E como PRDC eu tenho uma filosofia de trabalho, um pensamento de trabalho como instituição, e acho que a nossa atuação na tutela coletiva nos direitos humanos, tem duas coisas que eu acho essenciais: uma é, na relação com os órgãos públicos, eu não posso buscar me substituir aos órgãos públicos, aos gestores, especialmente aos gestores eleitos, e determinar as políticas públicas. Mas eu posso fazer o trabalho de convencimento, de fiscalização e de articulação, fazendo muitas vezes a aproximação, que já aconteceu várias vezes entre os movimentos e os órgãos públicos. Mas eu sempre digo eu não posso chegar e me substituir, fazer determinações de políticas públicas, especialmente políticas públicas nessa área que a gente trabalha de movimentos sociais, porque aí eu acho que a gente fere um pouco a democracia. E eu tenho um cuidado danado com isso, eu digo olha eu não sou um órgão eleito. Eu posso ser um órgão de articulação, um órgão que muitas vezes facilita o diálogo, mas não posso me substituir aos órgãos eleitos porque eu acho que isso fere a democracia. E costumo sempre com os órgãos públicos ter uma relação respeitosa. A gente ta fora do debate político, então isso nos permite muitas vezes aproximar gestores que às vezes não se aproximariam porque o debate político os afasta, e a gente buscar soluções construídas. Já com os movimentos sociais, eu costumo ter uma relação (tava até falando sobre isso hoje lá

em Campina Grande) que nós temos que ter uma relação de parceria, de empoderamento, nunca de substituição dos movimentos sociais. E as soluções construídas não pode ser o procurador, que aqui dentro dessa sala bonita, acha com a cabeça brilhante, construa. Tem que construir com os movimentos que nos procuram pra resolver sua questão.

O melhor exemplo, hoje tá com 15 dias que um movimento de mulher representou contra o apresentador de TV por ofender as mulheres no seu programa, e a solução foi constituída em 3 reuniões com elas, qual seria a proposta, e enquanto eu me reunia com elas eu também conversava com dono da TV, e foi encerrado há 15 dias atrás com um Termo de Ajustamento de Conduta onde a TV se compromete a se retratar, e o texto a retração foi construído com um grupo e depois os ajustes finais acertado com o dono da TV, e a fazer uma reparação de 10 programas de 15 minutos até o final do ano, 3 spots de 30 segundos até o final da eleição, depois da eleição cinco spots de 30 segundos até o final do ano, entrevistas quinzenais tudo sobre a pauta de igualdade de gênero, toda pauta de promoção das mulheres.

AM: que coisa boa

JG: e foi toda construída com elas, eu não tinha uma solução pronta, quando vem aqui a gente não tem uma solução pronta, tem que ser construído. Porque muitas vezes a minha solução pode ser a melhor, mas se ela não é construída...

AM: elas aceitaram? A televisão aceitou?

JG: aceitou, e essa foi uma negociação dura, inclusive elas participaram, elas sentiram a dificuldade e o vai-e-vem da negociação e foi muito bacana. Kaline que foi a menina mais ofendida diretamente, foi citada, ela ao final ela disse: olha eu me senti representada nessa negociação, eu me senti participante, me senti dentro dela e saio daqui muito feliz e contemplada com a solução que foi dada.

Hugo Belarmino: e um encaminhamento coletivo né porque a ofensa foi individualizada ali, mas aí é uma ofensa às mulheres, e o Movimento de Mulheres veio pra cima e aí construiu junto... vai ter atividades do movimento de mulheres na TV que ofendeu...

AM: ele vai me explicar agora o que você falou

HB: porque eu não falei para você isso lá nas reuniões essa coisa de transpor né, do individual pro coletivo...

JG: Do ponto de vista jurídico é o que eu chamo o processo. Muitas vezes a gente associa o processo só a um processo na Justiça, mas eu acho que o processo é o caminhar para as soluções. Em uma conversa que eu tive há pouco com tempo com o pessoal do MAB é isso: olha nós vamos entrar com uma ação e quem sabe ela dando certo seria a solução final para o MAB. E aí a gente só vai ficar pensando nisso? E toda essa caminhada que a gente fez junto, quantas reuniões, cada conquista, cada discussão aqui com vocês... então fazer com que os movimentos, com que a parte ofendida faça parte do processo de reparação, talvez seja tão importante quanto a solução final. Então esses são os pensamentos que eu trabalho no dia-a-dia como PRDC, me apresentando seria isso.

AM: mas você acha que isso é uma característica da Procuradoria de direitos humanos em geral ou é do Godoy, uma forma de trabalho específica sua? Porque eu acho meio raro o que você tá falando.

JG: detesto essa pergunta. (risos) olha temos bons colegas no Brasil afora...

AM: mas não é a maioria.

JG: não, infelizmente o direito, é uma coisa que assim, o direito não tem caminhado bem, eu acho que a nossa formação jurídica é ruim. Você vai dizer poxa o professor Hugo estudou nas melhores universidades então ele é bem formado em direito, mas o direito não nos forma para ser útil à sociedade, o tema interessante é que o direito nos forma para ser útil ao direito, às carreiras jurídicas, ao empoderamento das próprias carreiras. Isso fica claro quando você passa 5 anos aprendendo processo, que é uma guerra, ninguém diz eu te amo e vou te processar. O processo é enfrentamento.

AM: todo processo é enfrentamento?

JG: é, ao invés de tratarmos uma conciliação, uma mediação, fazer a distinção entre a conciliação e a mediação Americana e Europeia, são totalmente distintas, a Justiça restaurativa, o pensamento de construção, de empoderamento da sociedade. O direito não nos capacita a isso, apesar de se propor a ser o direito pacificar a sociedade. Então essa formação deficitária faz com que tenhamos profissionais também deficitários, que acham que são mentes brilhantes, maravilhosas e que podem dar solução para o caso.

AM: então vamos falar mais objetivamente, como é o Ministério Público na Paraíba?

JG: o Ministério Público Federal na Paraíba nós temos 19 membros, aqui em João Pessoa 7 atuam na questão do crime e da improbidade administrativa, e 3, um atua em ambiental, e 2, eu e Dr. Zé Guilherme atuamos na tutela dos direitos humanos, dividimos a matéria aqui, Dr. Zé Guilherme atua com saúde, educação, acessibilidade, e eu fico com todas as outras temáticas de direitos humanos, que vai desde índios, quilombolas, ciganos, comunidades tradicionais de pescadores, agricultores, diversidade, a questões de direitos humanos como sistema prisional, sistema socioeducativo, questão LGBT...

AM: e quando cruza com saúde?

JG: e eu ainda to num pontinho da saúde, eu atuo na saúde indígena, fica comigo.

AM: mas quando cruza com a saúde em geral todas essas questões que você falou, vocês fazem parceria?

JG: a gente faz parceria. O Dr. Zé Guilherme é um colega que tem uma visão social bacana.

AM: e as procuradorias federais de direitos humanos que existem no nordeste, elas têm esse tipo de trabalho, essa dinâmica de trabalho de metodologia que vocês tem aqui não?

JG: olha o Ministério Público em geral ele acompanha o judiciário sendo um órgão bastante hermético, que constrói as soluções dentro das salas e implementa. Então a regra geral é essa. A gente é um órgão que se abre pouco pra ouvir e pra construir soluções, ele tem ela leva lá... muitas vezes grupos gostam, mas eu acho que talvez não seja o ideal.

AM: entendi. O impacto do seu trabalho aqui na Paraíba, dessa linha de trabalho que você tem com seu parceiro, como é que é esse impacto, vocês têm aceitação? vocês têm rejeição? há recusa de encaminhamento?

JG: olha a gente eu e Doutor Zé Guilherme por tratarmos de temáticas diferentes nós nos cruzamos em poucos espaços. Então eu acho que não é muito visto assim Dr Godoy e Dr. Zé Guilherme. Por que as temáticas são diferentes. Então eu atuei na saúde até 2016, eu era conhecido na saúde, hoje ele tá atuando então o pessoal da Saúde conhece Dr. Zé Guilherme e atua com ele, acessibilidade também, e o resto dos movimentos sociais comigo, então não existe muito essa ideia da dupla, entendeu, mas nós temos uma facilidade de comunicação bacana e funciona bem. Olha eu vejo a PRDC hoje com uma aceitação muito bacana, agora é algo que é difícil, Talvez seja mais fácil você perguntar para os movimentos pra saber, é uma auto avaliação pela visão do outro.

AM: mas tem frustrações?

JG: Em relação à aceitação não, ela é muito bacana inclusive assim acontecem movimentos muito legais, eu acho que teve um aqui que foi muito bacana, foi quando teve o protesto no dia do julgamento do Lula, em que a turma ultrapassou o limite forçando o portão da Justiça Federal, e foi chamado toda a questão do policiamento e eu tava de férias e os colegas e os próprios juízes federais pediram para ir lá, e ao chegar foi muito tranquilo, foi muito calorosa a recepção, tavam todos os movimentos sociais protestando contra o julgamento lá no TRF-4, e a gente pôde conversar com eles e estabelecer uma linha, um espaço e, foi muito tranquilo eu tenho essa tranquilidade muito grande. Agora é engraçado que às vezes eu escuto frases do tipo: Dr. Godoy é gente boa apesar de ser do Ministério Público. O que demonstra que o órgão perdeu espaço. Ele tinha, ele teve em algum momento, mas eu acho que cada vez mais entrou um perfil de procurador distante muito distante desse contato com a população e que o órgão foi se afastando, se afastando, ele preferiu se juntar e ser um órgão semelhante ao judiciário, até pelas prerrogativas e pela forma de você adquirir mais poder mesmo, e se afastar da população. Isso reflete em falas como essa. (uma pessoa interrompe)

AM: então eu queria perguntar também dessas frustrações que você tem, em relação a encaminhamentos que você fez que deram errado, ou que logo depois andaram para trás, um acordo que você estabeleceu com o movimento social, com o órgão público e que depois de tudo organizado, muito tempo de trabalho e tal, voltou tudo pra trás.

JG: olha, a gente é muito paciente né, então eu costumo dizer se não deu certo agora vai dar certo daqui algum tempo eu falo isso porque algum tempo atrás nós negociamos tudo para retirar metade da população carcerária do presídio do Roger, que tava superlotado para colocar em um outro presídio de segurança média, e pegar todos os presos que estavam nesse presídio de segurança média e colocá-los em casa com tornozeleira, e com isso você tem um espaço mais humanizado E aí o governador estava de acordo a gente negocia com o judiciário, o conselho estadual de direitos humanos todo mundo concordando, e aí o governador foi mudando a conversa, parou até de falar do assunto. Eu tentei falar com ele e disse não meu novo secretário acha que é outra ideia, que a ideia não é muito boa e tal, paramos. Aí o secretário pediu exoneração, entrou outro secretário e o processo tá retomando com tudo. A gente tem uma discussão que já vem um ano, uma discussão sobre implementar na Paraíba um projeto de ocupação taxativa do presídio, ou seja, você só colocar alguém se tiver vaga se não tiver você aplica outra medida. Pra isso é necessário um nível de

comprometimento do Judiciário, e é uma conversa que a gente vinha há seis meses convencendo, tem que ter paciência a gente não vai ganhar forçando, mas eu vou falar de duas frustrações: novembro do ano passado eu recebi o pessoal do Vista do Verde, que foi retirada agora, e negociando eles tinham uma liminar para ele ser retirado das casas porque eles entraram em apartamentos que estavam sendo construído no Minha Casa Minha Vida.

AM: tá movimento dos sem teto.

JG: isso. E aí eles tinham uma liminar contra eles que já vinha desde julho do ano passado e eles disseram: olha a gente sabe que tem que sair porque tem que terminar até mesmo porque muita dessas famílias que estão aqui, na verdade 111 das famílias que estavam lá iam ser beneficiárias quando estivessem prontos, e não tava pronto tava ainda em estrutura, tava parado mas a caixa tinha licitado, já tinha licitação pra retomar. E eu disse: não tem realmente, vocês tem que sair... aí disseram tá Dr. A gente entende mas deixa a gente passar o Natal lá... aí eu negociei com a juíza pra eles passarem o Natal e o Réveillon. E aí o MTST tirou essas famílias e colocou outras, e aí eu perdi realmente o timing de negociação com a justiça e terminou que eu fiquei um pouco alijado do processo de retirada que a juíza foi seguir um pouco o processo nos deixando um pouco de fora porque nós não conseguimos fazer com que o Movimento cumprisse com a palavra que ele deu e assinaram perante a juíza no pedido deles, que eu emcampei, a juíza concordou, mas como eles não cumpriram... então esse foi um processo um pouco frustrante.

Um outro processo que eu venho tendo que ter paciência com ele mas que é uma discussão que em vários campos a gente tem avançado em outra nem tanto é o processo da... eu vou falar de dois que me causa uma certa frustração: uma discussão sobre violência aqui no estado. A gente consegue, tinha várias frentes, uma era discutir mídia e violência, tá discutindo e fazendo acordo com as tv's, outra era discutir a criação de um comitê do mecanismo Estadual de Prevenção e combate à tortura, OK tá sendo criado, o comitê já foi criado, o mecanismo estamos com edital, vamos ter dia 13 provas pra contratar os peritos, o outro é discutir o sistema penitenciário, a gente tem uma discussão bacana, tanto do sistema penitenciário como do sistema socioeducativo e com a entrada do advogado e militante dos direitos humanos Dr. Noaldo isso abriu bastante as portas para discussão e (inaudível) discutir realmente a mortandade, o assassinato da Juventude, especialmente da Juventude Negra, e esse é um tema muito difícil de entrar porque a polícia ela é muito fechada para discussão. Eu tenho deixado um pouquinho quieto pra ver se eu consigo retomar essa discussão talvez ainda esse ano pro ano que vem. É só uma certa frustração. E por fim, você pegou nesse papel, essa negociação aqui dessas famílias é muito complicada: Saturnino de Brito. imagine as famílias tão numa área de risco...

AM: é um político fluminense.

JG: pois é, não sei porque virou o nome de uma rua aqui na Paraíba. É uma área de risco, eu mandei um engenheiro que constatou que é uma área de risco...

AM: onde isso?

JG: aqui na periferia de João Pessoa. E dentro dessa área de risco lá vai a gente começar a trabalhar e o tráfico não deixa, deixa entrar, mas não deixa a gente fazer o levantamento das famílias que querem sair porque a rua ela fica colada na principal, que é a João Machado, essa parte da rua é muito boa para vender droga, então o tráfico diz não, aqui ninguém sai não.

Então nós estamos tendo que fazer a força, eu disse olha vamos ter que retirar essas famílias. Eu tentei negociar com o tráfico, cheguei a sentar com o representante, o cara que ele não se diz como tal mas eu sabia que era, mas assim não avançamos e o que eu to fazendo: eu to mandando recado pela imprensa, olha as famílias que nos procurarem até o dia 30 de agosto vão sair daí pra uma unidade em um ponto da cidade ou outro, porque um ponto da cidade já é dos Estados Unidos, e um outro ponto são residenciais do Minha Casa Minha Vida, mais distante, aí foi tomado pela Al Caeda, e eles são Al Caeda, são as facções daqui.

AM: que é Al Caeda e Estados Unidos?

HB: são as duas facções do tráfico.

JG: só que o residencial que é aqui de lado que seria ideal pra eles boa parte não pode ir por pertencer à Al Caeda. aí a gente conseguiu negociar em outro ponto da cidade, o que é muito ruim, pra quem não pode vir pra esse ir pra esse, mas eu não consigo conversar com as famílias pra saber quem vai e to tendo que mandar recado pela imprensa...

AM: você não pode chegar na casa delas?

JG: a gente tentou e eles cercaram e aí as famílias não saem, não conversam com você. a gente pode entrar com a polícia mas eu não vou conseguir o que eu quero.

AM: são reféns, interessante isso.

JG: se você pensar o caso do Porto do Capim várias vezes travou a negociação mas eu sou paciente. Agora tá indo. (risos) tá indo bacana. Como a gente tem muitas frentes, então se uma não tá dando certo agora, deixa essa aqui, espera um pouquinho que daqui a pouco dá certo. Tenho outras aqui pra cuidar. São muitas frentes e muitos parceiros. Eu não atuo sozinho, eu tenho dentro da universidade um monte de professores bacanas que a gente tá sempre tratando aqui, eu tenho a Defensoria Pública da União que tá sempre em parceria, consigo dentro do Ministério Público do estado alguns parceiros em algumas frentes, por exemplo nessa negociação com a TV foi fenomenal a participação da promotoria, da promotora Dra. Rosane, Defensoria Pública do Estado, e os movimentos sociais mesmo são parceiros, até dos órgãos governamentais mesmo a gente acaba buscando uma relação de parceria, nunca trabalha só, então por isso quando tem frustração de um lado a gente busca as compensações.

AM: deixa eu te fazer uma pergunta agora, vamos pro mundo rural, a história do Ministério Público Federal aqui com Acauã.

JG: Eu acho muito bacana aquele trabalho. Deixa eu fazer um parêntese pro olhar do Godoy: eu era pequeno agricultor na zona rural em 97, quando decido sair de lá pra fazer o curso de direito. E era quando começava a obra de Acauã. Passados 21 anos, eu costumo dizer que a vida é muito curta pra gente passar 20 anos em uma peleja, em uma luta por um direito, por um reconhecimento. Essa é a sensação que eu tenho deles. Eu digo nesses 20 anos eu saí do Sítio Tabocas, de onde eu sou, eu sou o décimo de uma família de 12 filhos de pequenos agricultores, faço o curso de direito, passo em alguns concursos, entre eles fui delegado na Paraíba, advogado da União, bancário do Banco do Nordeste e Banco do Brasil, entro no MPF, trabalho em Alagoas, venho pra Paraíba, e eles ainda estão nessa luta. E aí Luciano Maia, que é o Vice-Procurador Geral da República, tem uma fala maravilhosa que ele disse

uma vez: a gente começou uma audiência pública sobre Acauã, que atrasou uma hora, e ele disse: tá difícil né, uma hora de atraso, um calor danado, o ar condicionado não ta funcionando bem e vocês esperando aqui há uma hora, imagina eles que estão esperando há 15, 20 anos... sobe o sol, desce o sol, esperando uma solução. Eu acho que Luciano Maia conseguiu na sua sensibilidade resumir o que é aquilo. Aí é a visão do Godoy.

A.M: como você foi parar lá?

JG: esse caso já estava instaurado aqui com a atuação do colega Duciran Van Marsen Farena, desde 2007 se eu não me engano. Dr. Duciran ajuizou algumas ações. Ele optou de imediato por ajuizar ações civis públicas pra garantir direitos. Infelizmente o judiciário federal entendeu que não era competência da Justiça Federal, declinou pra Justiça Estadual, e lá foram extintas as ações. E aí eles ficaram um tempo no limbo, mas eles tiveram 2 coisas que foram fundamentais nisso: teve 2 visitas do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que hoje mudou pra outro nome, e o Conselho emitiu relatório em 2007, e outro em 2013, e os dois demonstram as graves violações de direitos humanos, talvez uma das mais graves violações de direitos humanos no estado. É o que se chama de aplicação plena da teoria do impacto desproporcional, ou seja, uma política pública que não era pra gerar aquela violação de direitos humanos, que é a construção de uma barragem, geração de água, ela pra aquele grupo traz impacto desproporcional.

JG: Eu não conheço uma política pública tão violadora de direitos humanos no estado da Paraíba quanto a construção da barragem de Acauã. E quando a gente vai ler o processo, a gente vê o quanto ele foi tocado de uma forma muito cruel. Em primeiro lugar, a licença ambiental é dada posteriormente. Uma licença que deveria ser prévia, foi feita após. E na licença ambiental foi dito que iriam tirar as famílias, assentá-las, e retirar os cemitérios. Eles nunca retiraram os cemitérios. Nós retiramos há pouco tempo quando a água baixou.

A.M: e as pessoas descobriram que o cemitério estava lá ainda.

JG: pois é. Foi quando eles voltaram a ter acesso aos restos mortais dos seus antepassados. A gente sabe que faz parte da natureza humana esse culto aos mortos. (...) eles disseram: olha não tem tanta preocupação não com a barragem porque ela vai encher em cinco anos. Ela encheu em 15 dias. Eles tiveram que sair correndo. Correndo pra canto nenhum. E aí começaram a construir aquelas casas. Elas já eram uma violência porque eles não conseguiram pregar um quadro na parede. Eles saem de casas boas, como eles chamam na zona rural, casas com alpendres, o agricultor rural diz com muito orgulho, é quase uma mansão pra ele que a casa tem alpendre, é aquela calçada, ele bota uma rede, senta pra debulhar feijão, vê quem passa na rua... relatos deles, inclusive esses relatos hoje são dos jovens que eram criancinhas e que ainda lutam por essa reparação. Eles dizem que quando houve isso, houve uma mortandade de idosos enorme. Porque a mudança de lá pra um idoso é algo que tem que ser feito com muito cuidado, sob pena de morrer porque ele sai do seu espaço. Os relatos históricos deles, orais que a gente vê nas reuniões, é que muitos idosos faleceram nessa debandada que eles tiveram.

A.M: deslocamento compulsório que a gente chama.

JG: e compulsório chegando a água.

A.M: mas não foi um deslocamento compulsório planejado pelo menos porque eles não tinham um projeto de reassentamento. Eles foram tocados pra fora pela água.

JG: A gente descobre também estudando o processo que as indenizações não levaram em consideração muitas das coisas que eles tinham; muitas foram levadas em consideração mas não foram pagas, estavam no laudo mas não foram pagas, em torno de um milhão de reais em bens que o próprio estado avaliou mas não pagou; muitos bens ele não colocou, e houve a subavaliação, preços abaixo do correto.

A.M: e alguns saíram sem ter feito qualquer acordo de resarcimento também né?

JG: exato. E ainda há uma troca da casa que ele tinha, a casa de alpendre, por aquela casa de 50m² de placa. Então a questão da indenização, eu vejo pelo menos 6 violações graves:

a troca da casa, de uma casa boa por uma casa de placa, que não é da cultura deles receber;

o fato de não listar muitos bens que eles tinham: cisterna, cerca, curral;

o fato de listar e não pagar;

o subpreço, ou seja, preços abaixo;

o fato deles, o que é muito grave, com a saída o dinheirinho que eles ganharam houve um inflacionamento no mercado da região e eles não conseguiram mais comprar terras, além de não existir tanta terra disponível pra vender porque existiam latifúndios ao redor que não estavam dispostos a vender então seria uma desapropriação para reassentados.

Ou seja, não houve um pensamento mínimo, um elemento humano nessa construção.

A.M: como o Estado, o ente público explica que era pra fazer em 5 anos o alagamento e aconteceu em 15 dias?

JG: era o planejamento de chuvas. (Disseram que) pelas chuvas da região isso deve levar 5 anos. Veio uma chuva muito grande na região, em 15 dias encheu.

A.M: mas a represa foi concluída antes de acertarem as negociações de remoção. Constrói sem definir o que vai acontecer? Nem Itaparica foi assim.

JG: quando você vai lá, são 4 comunidades afetadas diretamente. Existem outras afetadas indiretamente. Melancia, Cajá, Costa e Pedro Velho. (a comunidade de) Água Paba foi atingida indiretamente, porque a área não ficou mais tão boa pra plantio depois da barragem. Mas o Costa é algo que salta aos olhos. Pro Costa eles levaram as famílias, eram 120 famílias, hoje tem bem mais, porque é a reprodução natural. Na época eram 120 casas, hoje deve ter quase o dobro de famílias nessas 120 casas. E eles compram um pedaço de terra, no meio do nada, e cercado de um latifúndio. Eles ficam dentro desse pedaço de terra como se fosse um curral humano, no meio do nada, só tem uma estrada que vai até lá. Você não tem uma atividade produtiva, e eles não poder exercer nenhum tipo de agricultura porque o lugar é cercado por um latifúndio. É como se eles criassem uma favela no meio do nada. Se você tem

uma favela, uma comunidade muito pobre na cidade, essa comunidade consegue ir pra cidade arrumar emprego, ela tem meios de vida, trabalhar no mercado informal, etc. Só que eles viraram uma comunidade extremamente pobre longe de tudo. Então é um curral humano aquilo ali, é um campo de concentração. É uma das situações que eu acho mais violadoras. É pequena, eles não tem como aumentar nem as casas, então os filhos vão nascendo...

A.M: E antes da represa eles tinham área de trabalho e área de moradia?

JG: Eles tinham, eles eram agricultores. Eles moravam próximo ao rio, e o rio não corre o ano inteiro mas ele tem um rio subterrâneo maravilhoso, então eles tinham água o ano inteiro, eles tinham plantações, criavam gado... eles falam com muito orgulho: "eu era rico doutor, eu tinha um roçado, eu tirava feijão e ficava rico". Esse é o jeito do agricultor falar que ficou rico. Então pra o pessoal do Costa é algo... eu fico assim olhando, como é que se fez isso? A violação é muito grande.

A.M: o que eu to impressionada é como chegar a construir antes de estabelecer as negociações, é incrível...

JG: eles vieram receber, depois que saíram de lá, depois de alguns protestos que fizeram aqui em João Pessoa. Eles fizeram vários protestos então o governo foi e deu uns cheques a eles, e os cheques correspondem a valores irrisórios. Uma pessoa que tinha 67 hectares de terra, sei lá recebeu 15 mil, coisa desse tipo. Então sempre eram valores simbólicos. Por que o governo, por exemplo, não pensou em momento algum no elemento humano, e aí eu vou falar o governo federal e estadual, porque ele é feito com convênio: o governo federal dá o dinheiro pro governo da Paraíba construir, então houve um projeto aprovado pelo governo federal.

A.M: devia ter uma proposta de (...) antes de tirar o povo não?

JG: Pois é, ela é feita de uma forma tão cruel que eles saem de lá, e depois começam a protestar aqui, vir pra cá ficar fazendo protesto pra ver se recebe. E aí deram uns cheques a eles, o INTERPA na época, do governo do estado, com valores bem abaixo.

A.M: o estado deu uma rasteira no projeto combinado com o governo federal ou havia um acordo ali?

JG: Não se levou em consideração o elemento humano. O federal, no projeto do governo do estado, tinha a previsão de pagar indenização. Mas não tinha que pagar indenização, tinha que reassentar essas famílias.

A.M: mas se eles não participaram das negociações para calcular, as indenizações era puro desejo, não foi planejado...

JG: Há um erro muito grave ali que é o seguinte: já no início do projeto você tinha que fazer uma regularização fundiária. O que o estado disse: vocês não são proprietários. Mas eles eram donos de posses, porque o pequeno não tem acesso ao cartório, é precário, então ele não registra no nome dele. Mas ele tem posse de usucapião aí. Eles tinham direito à terra, mas não iam ao cartório porque cartório é caro. Então eles tinham a posse, uma posse que já era merecedora de uma ação de usucapião, uma posse comparada à propriedade, só que o estado não considera: olha vocês não donos de nada ali, eu só vou pagar pra quem tiver o registro ou então só vou pagar as suas benfeitorias. Veja o primeiro grande golpe. Então o sexto erro no

cálculo é não ter feito a regularização fundiária, e pagar a eles pela propriedade, porque a posse era *ad usucaptionem*, ou seja, equivalia ao direito de propriedade. Então eles teriam que ter recebido a propriedade e teriam que ter recebido pelas benfeitorias, e ele não pagou pela propriedade e em relação às benfeitorias teve todos esses erros.

A.M: não é a primeira barragem que foi construída no Brasil, de modo que a metodologia de resarcimento a ser feita pelo governo federal e estadual estava mais do que conhecida, isso não era uma novidade, não foi uma falta de experiência do governo da Paraíba, isso foi uma coisa que poderia ser estudada. Itaparica foi anterior à Acauã e já se sabia como foi feito lá, então não é o primeiro empreendimento desse tipo.

JG: eu vejo duas coisas aí: primeiro, a pouca preocupação com o elemento humano. Ele é desimportante, ele é irrelevante. A segunda é: vamos terminar rápido porque isso aqui vai gerar dividendos políticos e etc. É aquele governo que faz toda essa coisa de propaganda política.

A.M: desde que saiu o primeiro EIA/RIMA pro impacto de barragem, ficou estabelecido politicamente, que era necessário fazer um EIA/RIMA pra um impacto desse tipo, e dessa proporção. Entretanto aqui não foi feito, apesar de conhecido e realizado em outros lugares. Então isso é um erro digamos, e que levou a uma atitude que eu chamaria de criminal, em 15 dias encher o que deveria ter sido em 5 anos, isso é crime. Não é só uma perda de direitos humanos, é uma violação, o estado assassino digamos assim, o que se está chamando agora de Estado extermínio, um necropoder, um poder que destrói e que leva à morte. Morreu alguém? Afogado?

JG: Afogado não. Tiveram que sair correndo, mas por afogamento eu não tenho notícia. Mas muita morte de idoso por essa mudança brusca.

A.M: e os animais, bodes, galinha...?

JG: levaram o que puderam. Os relatos o Oswaldo conta um pouco desse relato: olha a gente tentava levar a madeira, a telha, mas a água vinha subindo e não dava tempo e deixava pra trás. Os animais provavelmente, por ser na maioria semoventes, eles devem ter conseguido levar. Mas eles deixaram pra trás muita coisa nas casas deles.

A.M: vamos colocar na questão hídrica da Paraíba, tem um projeto chamado de segurança hídrica, então a gente tá descobrindo que o canal que tá em construção ele tem dentro dele 5 barragens. A minha pergunta ao MP seria: a história das outras 4 barragens, além de Acauã, é uma história parecida?

JG: tem a questão da barragem de Camará, onde o relato é que houve um reassentamento dessas pessoas e que eles conseguem tocar suas vidas bem. Não chegou nada aqui das outras, talvez porque são bem mais antigas...

A.M: não profundamente mas a gente tem que ter um panorama. Ta parecendo que Acauã é um ícone, um caso exemplar, no sentido negativo. Então nesse canal tem histórias e dramas sociais envolvendo até crimes de Estado né. Se a gente for pegar essa história de Acauã, esses 21 anos que você fala, então a perda de direitos ela está dada não apenas pela longevidade.

JG: 2004 é quando a água sobe. 99 é quando começa a obra. 2004 é quando tem essa retirada às pressas. Então nós temos aí 14 anos.

A.M: 14 anos tem longevidade, esse ícone né, e isso tudo qual é a finalidade dessa barragem, você disse que era para o bem humano, que era abastecimento de água potável. Qual é a eficácia e a eficiência segundo uma visão do MP em relação a esse objetivo da barragem de Acauã? Pelo menos ela fez isso tudo mas ela abastece?

JG: eu acho que ela não conseguiu dar o que se esperava. Talvez por anos de seca ela tenha se mantido com baixo volume de água. Algumas cidades pequenas tem recebido água dela, por exemplo Aroeiras é uma delas, Natuba, Itatuba, por ali. Mas se esperava que ela desse um suporte a Campina Grande e ela nunca foi construída a adutora pra levar água pra Campina Grande, então ela não dá o suporte, e Campina Grande recebe apenas da (barragem) de Boqueirão. Inclusive passou por um período muito difícil agora.

Você vai poder ter essa informação direta com o Oswaldo e com o Edivaldo mas assim, a informação que eu tenho é que é abaixo do esperado. O custo-benefício que nós temos notícia, não é algo que nós estamos apurando nos autos, mas não valeu a pena, isso aí é certeza.

X: e como é que o MP chega lá em Acauã? Ele é procurado pelo Movimento, ele acompanha... como é que é isso?

JG: em 2007 o Movimento nos procura, procura Dr. Duciran...

A.M: o MAB ou os moradores organizados?

JG: os moradores organizados. Acho que o MAB vem depois a associação deles vem depois. Gera um relatório, o primeiro relatório, e começa esse trabalho. Dr. Duciran ajuiza as ações, a Justiça Federal manda pra Estadual e a Estadual extingue as ações. Então há um novo relatório em 2013, e aí gera um outro procedimento que chega meses antes de eu chegar na PRDC, e esse novo relatório é a base do meu procedimento, o procedimento que eu instauro.

A.M: então esse relatório é chave do início da ação.

JG: do trabalho meu. O primeiro de 2007 do trabalho de Duciran, e o segundo marco, que instaura o segundo procedimento é o de 2013, e aí esse de 2013 o Conselho vem com um membro do MPF fazendo parte, que é o Dr. João Akira, que vem acompanhando em todo o Brasil essa questão de construção de barragens, de deslocamento forçado de populações. E ele é um especialista nisso, ele fala com conhecimento até fora do Brasil de casos semelhantes, e ele vem aqui e o relatório é produzido. No começo ele até acompanha o início do nosso trabalho, comparece aqui a uma audiência pública... hoje ele já não está com tanto tempo, ele é o diretor da Escola Superior do Ministério Público da União, então ele assume essa questão lá, mas ele comparece, ele vem junto com a comissão. E entra em contato comigo: “tá começando um trabalho aí”, eu tomo conhecimento do relatório e a gente começa a manter contato. A primeira coisa que eu faço é ligar pra o Oswaldo, consigo o telefone dele, vou lá...

A.M: o Sr. conheceu o Seu Oswaldo que veio via associação deles até você?

JG: tinha o procedimento aqui e ele ficou ligando pra saber o que a gente ia fazer. Aí eu pego o telefone dele, ligo e digo que quero ir lá conhecer. Aí ele me leva no Costa.

A.M: o Sr. vai quando lá a primeira vez?

JG: eu vou lá em 2014. Segundo semestre de 2014 eu vou lá, vou no Costa e assim, é impressionante tudo isso... e de lá pra cá eu já fui lá umas 3 vezes, mas é muito comum eles virem aqui, a gente se encontra em Campina Grande, e tem alguns marcos muito bacanas. Você vai ter esse marco da primeira ida, tem o marco da audiência pública que tava o Luciano Maia e o João Akira...

A.M: qual delas? Porque o sr. fez mais de uma audiência pública.

JG: foi essa que Luciano Maia faz essa fala do atraso da reunião, da audiência, e do tempo que eles estão esperando. Foi uma audiência muito legal, trouxe muitos efeitos positivos.

A.M: existe uma ata?

JG: existe, tá nos autos.

A.M: é a audiência do vídeo, da apresentação do documentário né?

JG: Isso. Veja só, prévia a essa audiência nós fizemos o documentário e a audiência é aberta com a apresentação do documentário. Só que previamente eu mando pra todos os órgãos que tem alguma responsabilidade com o assunto um ofício dizendo pra ele vir, e ligo pro chefe do órgão, pra quem virá, e digo: “olha eu quero que você fale sobre isso, portanto se prepare”. A audiência ela começa com apresentação do documentário.

A.M: quer dizer que houve uma mobilização, uma preparação da audiência. Audiência não se faz assim a seco, ela se prepara, é metodologia que a gente usa no observatório também.

JG: eu não gosto da audiência em que o membro do MP gosta de emparedar o gestor: “você é um violador de direitos humanos!”. Eu quero soluções. Então eu mando um ofício e ligo pra ele: “do teu caso, durante a reunião você vai ver, o pleito é esse, então se prepara, vem preparado, traz soluções”. Então eu abro a audiência, nesse caso teve algo especial que foi a apresentação do documentário, mas eu abro a audiência pública ouvindo o interessado. Eu não quero ficar naquela mesa em que todas as autoridades tem que falar e elogiar o procurador porque fez a audiência. Eu quero que eles ouçam, porque eu acho muito importante o processo, e ser ouvido pelas autoridades que podem te dar a solução pro teu caso é fundamental. Então a gente faz questão de que a primeira parte da audiência é o grupo interessado, seja os ciganos, seja o MAB, seja quilombola, eles falarem, eles terem o direito de falar e serem ouvidos pelas autoridades, terem voz.

Após isso eu vou ouvindo autoridade por autoridade, e vou dizendo: “olha no seu caso é tal coisa, eu queria que o Sr. falasse e eu queria que o Sr. dissesse o que é que vai fazer”. E muitas vezes o cara transversa, elogia o procurador... E eu questiono: “sim dr., o que é que vai ser feito?” Essa parte é o que a gente chama, na ata de audiência, de compromissos voluntários assumidos. Essa aí não vai estar com esse nome mas hoje a gente já bota assim. Então vai ter o quadrinho: órgão, problema, solução, responsável e prazo. Essa ata vai pro Movimento, vai pro grupo, vai pra gente, e vai pras autoridades, então todo mundo vai poder cobrar. Então ficou lá constando o que aquela autoridade ia fazer e em que prazo.

A.M: surgiram documentos de acordo, de negociação né?

JG: isso. Esse modelo inclusive foi construção do professor Fernando, da UFCG, que é um marco de empoderamento, é um marco de conhecimento, e é extraordinário o trabalho dele com aquele pessoal. Ninguém faz um trabalho só. Ele é muito responsável. É lógico que o próprio Oswaldo é uma liderança muito propositiva, de uma legitimidade muito grande, mas o Fernando é muito importante naquele empoderamento. Professor Hugo também tem um trabalho muito forte com eles... então essa audiência pública é um marco muito importante.

E tem um outro marco que eu acho, foi no final de 2016, em que as coisas tinham parado um pouco. A gente falava com os órgãos e a coisa não tava acontecendo, e eu liguei pra Nivaldo: to entrando em contato com os órgãos e não tá rolando. Nivaldo é o presidente das 3 empresas rurais do estado, de gestão unificada: EMEPA, EMATER E INTERPA. Ele preside as 3 numa gestão que o governador adotou. E aí Nivaldo dá a idéia: “olha pra o pessoal se movimentar, os secretários de estado, todo mundo se movimentar você vai ter que ter o governador aí mandando fazer”. E nós tivemos uma articulação de uns 2 meses, e o governador tirou um dia e recebeu o MAB, com todo o seu secretariado. Essa reunião foi muito importante, foi um marco também porque tudo o que o governador falava entrava na nossa ata de reunião.

A.M: que tinha a mesma metodologia?

JG: mais ou menos, porque aí não dava pra eu presidir, não foi uma audiência pública convocada pelo procurador. Como eu quero solução eu deixei ele tocar.

A.M: você tinha voz?

JG: sim, sim. O governador é uma pessoa que tem uma noção de domínio de espaço muito grande, então normalmente ele preside, mas eu nunca tive problemas quanto a isso porque todas as vezes eu sento num ponto com ele que eu consigo encaminhar os temas e fazer as proposições. E foi muito legal essa reunião, porque além dele determinar muita coisa na hora: “então faça isso, faça aquilo”. Olhava pro secretário dizendo e a gente anotando em ata, e depois a gente chegava pro secretário: “olha o governador mandou fazer, tá aqui na ata”. Teve o lado que a partir daí os secretários entenderam a importância disso, e nunca mais um secretário deixou de atender uma convocação nossa pra prontamente buscar soluções pros casos. Então foi outro marco muito grande a reunião com o governador. E durante a negociação com o governador foi engracado porque eu liguei pra ele algumas vezes e ele dizia: “olhe, eu to sem dinheiro, tá com pouco dinheiro aqui, eu vou receber esse povo sem dinheiro?” Aí teve uma vez que eu disse a ele: “governador, o Sr. tá no governo há 6 anos, um governo popular, esse povo esperava muito do Senhor. O Sr. nem era governador e o Sr. foi lá. Até hoje eles estão esperando o retorno disso”. Aí ele ficou calado e disse: “eu vou ver aqui”. No outro dia ele me ligou e disse: “marque a reunião que a gente vai fazer”. Eu tive que tocar um pouco o coração dele e lembrar que quando ele queria ser governador, ele pra provocar o opositor, que era Maranhão, que era o governador à época, foi lá visitar. Então era a hora de eu cobrar dele, olha agora você é governador...

A.M: e o que você conseguiu com isso, que ele fizesse o que?

JG: ele instalou projetos, algumas famílias começaram a ter projetos de criação de galinha que estão bem, via secretaria. A questão de água, começou a ter uma resolução bem melhor.

Estradas também, começou a ter máquinas pra verificar essas questões... o que não conseguimos foi assentar gente, por isso que eu vou entrar com a ação.

A.M: tá, e as casas de placa?

JG: ainda estão nas casas de placa.

A.M: você então tem esses 3 marcos, e acha que está no momento de... o cemitério não é um marco?

JG: é um marco. Quando a água baixou a gente foi lá, negocou com o prefeito, retirou as ossadas, guardou num local, e depois foi inaugurado o cemitério. E uma idéia que surgiu, de um assessor do prefeito, ele disse: “por que a gente não cria um monumento dentro do cemitério pra colocar todas essas ossadas?”. Aí no cemitério tem um espaço onde está o nome de todo mundo que tava lá embaixo com as ossadas, em homenagem aos mortos anteriores. Eles tem isso como uma vitória muito grande. Eu fui inclusive pra inauguração do cemitério, foi bem bacana. É como eu te falo, o processo é muito legal também, participar dele.

A.M: e atualmente como é que estamos?

JG: Atualmente nós temos tratado mais de questões pontuais: água, violência sobe um pouco e a gente pede pra polícia ir... e é o que eu tenho dito a Oswaldo: “nós temos que agora fazer um novo marco”. As coisas estão sendo atendidas, as necessidades pontuais de vocês mas no varejo. A gente tem de buscar uma solução definitiva. E a solução que nós achamos hoje é ajuizar uma ação, e eu quero estudar um pouco mais nessa ação alguns pontos. Eu inclusive disse pro Movimento que eu não entraria com a ação sem antes mostrar pra eles o pedido final. Eu não vou mostrar a fundamentação porque é uma parte técnico-jurídica de uma complexidade grande, mas o pedido final é esse. E a idéia é pedir uma liminar.

A.M: você está construindo ainda?

JG: estou construindo. Eu estou esperando duas coisas: a DRP, e o relatório antropológico pra fundamentar o nosso trabalho.

A.M: entendi, e DRP fala sobre DRP. É o Ministério Público que tá pedindo? E tá financiando?

JG: sim, nós pedimos, mas é o estado que tá financiando.

A.M: por que o estado aceitou fazer isso?

JG: porque a gente constrói. A gente trabalha mais com a idéia de parcerias. Eu até já disse ao governador que eu pretendo ajuizar uma ação contra o estado em relação a isso. “Vocês vão ser réus na ação e eu quero isso e isso e isso”. Ele disse: “tá certo, hoje eu não tenho dinheiro mas quem sabe mais tarde eu tenho”. Na verdade eu acho que vai estar muito perto do fim do governo dele quando eu entrar com a ação. Talvez a liminar já venha no próximo governo. Mas por que ele atende isso? Porque a gente trabalha muito com a idéia de parceria. Eu não gosto da idéia de emparedar, de ir pra imprensa ou na audiência pública na frente de todo mundo emparedar o gestor. É dizer: “olha, vamos construir. Eu te muncio de informações anteriores e tu traz soluções, vamos fazer assim?”. Então muito trabalhando nessa idéia, os

órgãos seja do estado, seja dos municípios, seja da União, a gente consegue muito essa negociação de acordo, de comum acordo. Eu costumo dizer: “olha eu conheço gestores, eles não são pessoas, os que eu conheço hoje, tirando algumas exceções que tem, não são pessoas violadoras de direitos humanos, pessoas que querem ir lá violar”. Mas eles tem suas dificuldades, e se a gente consegue ser um órgão que cria essa articulação e essa aproximação, empoderando os movimentos pra que eles até façam esse contato direto... isso acontece muito com Oswaldo, ele é alguém que se empoderou ao ponto que ele faz muito contato já direto, já tem esse respeito. Então os órgãos aqui normalmente tem a gente como parceiro.

A.M: quais são os pontos principais pra você ajuizar essa ação contra o estado? Quais são as coisas que você vai alegar que o estado tá fazendo de modo errado?

JG: Tem toda essa narrativa que nós te mostramos aqui, ou seja, o equívoco do projeto.

A.M: você vai pegar o que, habitação, água, o que você vai pegar?

JG: reassentamento das famílias de forma produtiva. Eu quero que eles sejam reassentados de forma produtiva.

A.M: quer dizer que vai ter que ter terra de moradia e terra de trabalho.

JG: local de moradia, e terra de trabalho.

A.M: com igualdade de condições como eles tinham anteriormente.

JG: Exatamente. Desapropriem, comprem, assentem essas famílias. E enquanto você não assentar, pague um salário a cada uma delas.

A.M: entendi. Eu acho que a gente fechou os marcos, e eu quero realmente passar a questão para ele (entrevistador Hugo) que vai tentar articular Acauã dentro do canal, essa é tarefa dele. A minha tarefa era que você oferecesse à pesquisa que a gente tá fazendo um texto, acho que eu consegui fazer, um texto no qual o Ministério Público, quer dizer, qual é a nossa hipótese, ele é um ator do conflito. A tua fala inteira mostra como você é parte constitutiva do conflito. Você enquanto o Ministério Público. Então eu acho que você fez uma fala que vai oferecer para ele esse texto onde ele vai te identificar enquanto Ministério Público dentro do processo do conflito. Isso eu acho que é missão cumprida né, eu acho que o texto que você fez a gente identificou metodologia, a gente identificou marcos temporais e de conteúdo... eu entendo que tá bem montada, agora a gente precisa juntar essa experiência na qual o Ministério Público, se não estiver dentro do conflito, o conflito não teria esse desempenho. Então o seu olhar é um olhar do Ministério para lá. Você via quais são as necessidades, quais são as demandas que o movimento chega. Você tem uma metodologia de relação com os movimentos sociais, tudo isso diz respeito ao falar ao agir, ao caminhar, ao observar, ao olhar do Ministério Público como parte constitutiva/constituinte do conflito.

Agora a gente tem que pegar A QUESTÃO, a questão a gente vai tentar colocar a Acauã dentro dessa perspectiva macro na qual você tem dinâmicas fora de Acauã que são determinadas fora. Digamos ação da penetração do Capital na região e a questão da apropriação dos recursos naturais da água, onde a água passa a ter uma dimensão de poder político altamente significativa que sempre teve no Nordeste e regiões de seca, mas agora ela passa a virar, além de tudo isso, de ter um poder de impacto para negociação, moeda política

de troca, a água tá virando uma mercadoria de valor altíssimo, e a nível planetário. Então não estamos falando de uma pequenina coisa. A gente vai ter que pegar essa história, e colocar essa história no contexto geral. Quais são as forças que fazem esse processo andar. Forças importantíssimas, que não estão sequer aqui na Paraíba, e sequer em Acauã. Então é a tarefa dele constituir isso tudo.

Agora eu acho que a história de Acauã, cara emocionante, eu tô impactada. Tudo começou com o cemitério... mas a tua fala eu tô emocionada. Tô muito emocionada.

JG: tem muitas coisas bacanas. Acauã é uma delas. E em quase todas elas Hugo tá presente. Acauã, Porto do Capim...

Hugo Belarmino: pois é... pois é...

AM: eu estudei Itaparica e...

JG: tem uma outra muito bacana aqui, que é do pessoal da maconha medicinal.
(intervalo)

HB: então Godoy, eu recordo que a gente, em algumas situações, falava dessa dinâmica de pensar Acauã, e como a reconfiguração que tava vindo, via transposição e canal, como isso indicaria algumas coisas de alteração, transformações etc da própria dinâmica como o Estado trabalharia algumas questões em termo de planejamento Regional, em termo de discursso sobre o desenvolvimento etc, então o que as minhas pesquisas foram também trabalhando, é de que Acauã hoje está inserido numa cadeia do caminho da água que reconfigura a própria conflitualidade de Cauã, e que acaba forçando a gente a pensar um pouco como é que isso tá pensado para 5 anos, 10 anos para frente, e que ainda algumas coisas tão claras e algumas não tão claras, mas que envolve aí essa nossa perspectiva de tese né, de buscar achar elementos e tudo mais. A gente teve circulando agora pela manhã, eu não sei se você recebeu esse material, se foi convidado e tudo mais, lá pelo pessoal da CEDAP. Eles tão fazendo um zoneamento pedoclimático da área de influência do canal Acauã-Araçagi. Que que é isso? É um estudo feito pela Embrapa para identificar o potencial produtivo das áreas que envolvem partindo de Acauã até Araçagi, toda a área de influência do canal. A gente tá falando aí de 16.000 hectares irrigáveis, certo? Você tá sabendo alguma coisa sobre isso? Não né? 16000 hectares. Bom a gente também no início não tava sabendo muito. Eu tô captando muito material, muita documentação sobre isso, porque o que é que tá indicando pra gente essa perspectiva, é que Acauã é um exemplo paradigmático, mas Acauã é o ponto de partida do canal, que tem o primeiro trecho quase pronto, o segundo trecho mais ou menos já com algumas obras de execução, e o terceiro trecho lá em cima lá perto de Araçagi já subindo pra o rio Camaratuba. A gente tá falando da área da APA do Rio Mamanguape, a gente tá falando da área do Rio Camaratuba, a gente tá falando portanto das áreas próximas das terras indígenas no litoral norte da Paraíba, a gente tá falando da área próxima da cana-de-açúcar, a gente tá falando da área próxima do abacaxi na região de Sapé e Mari, a gente tá falando do milho, a gente tá falando da região da pecuária na região de Mogeiro, Itabaiana, São José dos Ramos, a região da CPT e todos os conflitos por terra ali naquela região...

JG: talvez dos mais violentos do país.

HB: é verdade. Então eu tô fazendo de cima pra baixo pra gente pensar. A gente tá falando de Acauã, contamos toda essa história de Acauã, e agora eu vim descendo pensando nisso tudo.

Há uma preocupação minha em especial. Eu compartilho isso muito com a Ana nos processos de inserir Acauã nesse processo novo, pra gente tentar ter uma dimensão de planejamento estratégico, de tentar pensar a médio. E a gente tá indo pra lá.

AM: é a desgraça anunciada. Você vai ter Acauã 2 a missão em breve.

HB: essa é a questão. A gente tem uma atividade de Campo a partir de amanhã. Eu tô indo lá pra Acauã pra encontrar com Osvaldo, encontrar com Sérgio, com o pessoal, e a gente vai percorrer o caminho do canal, partindo de Acauã até Araçagi, se tudo der certo, 4 dias em campo, e a gente vai fazer o que a gente costuma fazer: foto, entrevista, colher os relatos, conversar com o pessoal dos moradores, dos movimentos, pra gente tentar ter um primeiro panorama, *in loco*, pra talvez se antecipar de alguma forma a esse processo que está em curso e que a gente tá, pelo menos é o que a gente tá sentindo, tá passando muito ao largo, tanto do próprio pessoal de Acauã, que já tem muita demanda local pra resolver, quanto dessa ideia assim de um governo tem essa... vamos fazer um papo mais político também aqui né... eu espero contar contigo nesse processo de entender... na medida que a gente compreender alguma coisa, tentar pensar estrategicamente isso porque a bomba-relógio ou o barril de pólvora que pode estar se construindo no rastro desse caminho do canal é algo que eu não conheço precedente na história recente da Paraíba.

AM: e a água não vai ser pra abastecimento humano, não vai chegar na mão de quem é atingido, vai chegar na mão do agronegócio muito provavelmente. E tem uma metodologia que o Hugo não te contou mas acho que é importante você saber, no nosso planejamento de campo a gente vai colocar três lideranças do movimento dentro do carro.

JG: quem é Sérgio?

HB: Sérgio é de melancia. A gente vai com Amauri lá do Costa, Ediane que é de lá também e a gente vai com Osvaldo. Mas Sérgio é o que mora em Melancia.

AM: o que era menino e ficou adulto?

HG: Não Amauri o que era menino e ficou adulto, que no vídeo ele tá mais novinho lembra?

AM: começa uma criança no vídeo, na segunda parte do vídeo ele já é um adulto. Já tá casado.

HB: Sérgio é o que teve uma das casas que tava naquela história das dinamitações, das detonações para fazer a tomada d'água, e ele se afastou um pouco porque ele recebeu ameaças também, eu vou conversar com ele amanhã sobre isso também.

AM: A gente vai botar eles no carro e caminhar com eles, fazer esse caminho, e um pouco esperar que eles reajam. A reação deles em forma de fala, eu acho que vai ensinar pra gente muito mais indo junto com eles do que a gente poderia estudar, poderia perguntar e poderia atender, deixa eles agir: porque? olha só isso! aí eu acho que a universidade academia jamais conseguiria chegar ao ponto porque eles tem experiência vivida né, a gente não pode se comparar, então isso faz parte da metodologia, só pra você entender.

JG: tem duas questões aí que eu acho que são fundamentais que antecedem uma decisão nossa. E aí realmente eu acho que a gente vai ter que se complementar nessa atuação. Primeiro acho que a gente tem que ter acesso ao projeto.

AM: tamos tentando.

JG: Se você não conseguir lembra que eu posso requisitar.

AM: a gente pegou hoje foi o termo de cooperação desse zoneamento aqui.

JG: então é tentar pegar o projeto como um todo. O que Acauã pretende? Eu nunca entendi se Acauã pretende só passar água aqui, beneficiar todo mundo que já tá, se ele pretende desapropriar e reassentar, o que ele pretende?

AM: acho que nem era planejado mas à medida que aconteceu e aconteceu dessa maneira, pegaram na mão grande, e agora tem uma possibilidade que entrou dinheiro federal na transposição do São Francisco... pega Acauã que já tem 20 anos, joga em cima de Acauã o projeto de transposição do São Francisco, aí Acauã foi ressignificado, não é aquela Acauã que você conheceu, ela tá ressignificada, mas só que as pessoas que vão levar nas costas são as mesmas.

JG: então era importantíssimo a gente saber qual a ideia do projeto. Se aqui ele simplesmente vai jogar água em todo mundo que já tava, vai se beneficiar, vai plantar mais beleza, a política pública é interessante, ou se ele pretende desapropriar toda essa margem aqui, criar um sistema de irrigação, reassentar grandes ou pequenos...

AM: a alegação é que eles não tão desapropriando praticamente ninguém. O secretário acha que não tem nenhuma desapropriação. O canal é pequeno, tamo pegando um bocadinho assim, não tem nenhum problema. A gente tem que conversar com Washington e com a Vanessa para saber quais são as desapropriações que tão rolando. A menina que é a secretaria, que faz o projeto ela disse assim: são pouquíssimas desapropriações.

JG: por essa fala aí a desapropriação seria só o espaço do canal, uma terra da largura dessa sala. Só que a gente sabe que muitos desses projetos ele chega, desapropria, e transforma isso em que, transforma isso num projeto de agricultura

AM: tem mais coisa porque o presidente da associação dos Plantadores de Cana ele interpreta que a questão principal negócio não é nem o negócio da água, é a gestão. Quando ele fala em gestão a gente arrepia o cabelo porque significa o quê, essa água vai pra onde? Essa água vai servir pra que? Aí a gente perguntou, a priorização? não não não, é pra consumo humano. Ele diz assim: primeiro humano, depois animal, depois o resto. Chama o resto de múltiplos usos, e aí? isso aqui vai acontecer isso aqui tudo e essa água, vai acontecer o que com essa água? no fim e ao cabo você tá pegando, tá matando o rio vivo que é o São Francisco, é um processo de assassinato do rio em curso né, pra que? E essas terras aqui estão aquecidas, é muita coisa pra um pesquisador só, mas o Ministério Público pode saber. Quem tá comprando terra aqui em volta? Quem tá muito interessado nessas passagens aqui? Um cara do milho vem do Rio Grande do Sul para comprar terra aqui. Ele já tá na segunda safra do milho dele que fica do lado da, como é o nome da empresa? Guaraves, que tem aves. O cara vai plantar milho, e ser um grande produtor de milho, com uma terra irrigada de um canal que vai desapropriar gente,

e que fica do lado. Ele tá criando uma cadeira produtiva aqui na sua barba, veio do Rio Grande do Sul para cá pra acirrar o conflito sobre o direito humano.

JG: é difícil controlar isso porque o cara chega lá e compra.

AM: mas a gente tem que entender

JG: a primeira coisa a fazer é descobrir o que pretende o projeto. Se o projeto pretende apenas passar água aqui...

AM: nunca existe isso né. Nunca existe só isso.

JG: é uma ideia. Se o projeto pretende avançar, desapropriar e assentar pessoas, é outra questão.

HB: a gente vai in loco, nesse fim-de-semana, pra investigar como que tá a situação, inclusive verificar esses elementos que a gente tá dizendo, se tem gente comprando terra se não tem, quem foi afetado que não foi, a gente já sabe porque passou pelas áreas de assentamento ali de Mogeiro, eu vou falar com o pessoal da CPT já tava marcando isso, a gente vai passar por Mari, por Sapé porque tem áreas de assentamento do MST ali na região que também tão afetadas. A gente já sabe hipoteticamente em geral, mas a gente precisa ir loco para poder documentar, fotografia, tatatatata... aí se depois que a gente juntar essa informação com esse zoneamento que tá para sair, qual é a proposta do zoneamento eles estão em loco, em campo também, começaram em maio do ano passado e vão finalizar esse estudo que é basicamente o mapa do potencial, o mapa atual, ou seja o que é que é produzido atualmente, e o mapa de potencial de produção nesses 16000 hectares que são da área de influência do canal.

AM: 33 municípios

HB: 33 municípios tão envolvidos nessa história. 13 diretamente que são esses municípios por onde de fato passa o canal e todos os que estão pintadinhos aqui são municípios que são indiretamente, são áreas de influência, eles chamaram de área de influência E aí veja eu comecei a pesquisa por Acauã, mas Acauã tá me levando para esse, para esse momento, porque eu não posso ficar em Acauã achando que a gente vai ficar Acauã com a mesma luta. Tem transformações em curso, é isso que eu tô querendo lhe dizer. Não temos ainda obvio os elementos concretos, a gente vai ter, tem projeto em curso, tem o termo de cooperação e tal, mas é importante inclusive pelo grau de parceria que a gente tem, pelo grau de interlocução que a gente tem, que a gente tenha você nesse processo novamente como parceria para a gente poder dar um passo à frente, pra gente conseguir se antecipar de algumas coisas. Por exemplo isso aqui não existe ainda. Tem uma barragem projetada aqui Camaratuba, numa área que é barrar o rio Camaratuba que pega toda a área de proteção aqui no litoral norte. Imagina a possibilidade de impacto que tem, só que eu tô falando em termos ambientais. A gente tá falando de terras indígenas, por que aqui tem o açude Araçagi, o canal chega até aqui depois pega Rio Mamanguape, você sabe que todas as terras indígenas estão por aqui. Sabe que a região de Mari, Sapé e toda essa região aqui é a região histórica de luta pela terra na Paraíba. Memorial das Ligas Campões, tudo por aqui, o canal tá passando aqui no meio. E você sabe que aqui na região de Mogeiro é a região talvez com maior conflituosidade em termos de campo então não me parece que é gratuito esse caminho que o canal tá fazendo entendeu? é uma hipótese, não é gratuito seja para passar por áreas estratégicas da cana-de-açúcar e da pecuária e etc, seja para passar por dentro das áreas de assentamento para depois justificar

uma eventual desapropriação massiva nas margens do canal para implementar o perímetro irrigado. Porque aqui tá dizendo expressamente que como objetivo específico você tem elaborar mapa de aptidão climática, ou seja, quando tiver ano seco quais são as produções que são propícias, quando tiver ano médio quais são as produções e quando tiver no chuvoso quais são as Produções. E também o potencial do solo, ou seja, nessa região toda Qual é o solo, onde é que é para plantar o quê? onde é para plantar o quê de baixo para cima, cara pálida, na nossa trajetória é o que? é agronegócio, não é Agricultura Familiar. Agricultura Familiar produz policultura, em termos de diversificação de culturas e não de uma cultura em específico. E já tá sinalizada é sorgo, milho, cana-de-açúcar, e abacaxi.

AM: ou se integra, ou vai ser um campeonato subordinado a esse esquema e vai plantar com veneno, o que vai contaminar as águas para consumo humano, ou se não se integrar vai embora, expulso vai ser. Deixa eu falar outra coisa importante pra ele: a hora que a gente tem que é boa, porque isso aqui foi tudo licitado pra ser financiado, acontece que perderam durante cinco anos que eles não fizeram essa licitação, então eles vão ter que ver tudo de novo, esse trecho vai ser de novo, então aí é que eu acho que entra o potencial de uma intervenção preventiva. Porque já que vai ser feito, vamos fazer junto com a gente, vamos ouvir os interessados, o Ministério Público vai sentar junto aqui nessa comissão. Quem manda nisso aqui na gestão são os comitês de bacia, um terço é representação da sociedade civil. A gente está desconfiando, vamos verificar são 2 grandes comitês, litoral norte e litoral sul. A gente quer saber se o ministério público não quer ter assento nesses comitês de bacia, porque claro que é só o agronegócio que tem acento enquanto sociedade civil. Falou que tem algumas universidades tal mas as universidades podem não tá avaliando a importância disso... jogamos tudo em cima de você na tua cabeça...

JG: vamos aprofundar isso. Voltando pra Acauã, conhecendo o projeto, a gente vai ter uma ideia do que eles querem, de ação governamental. O que é mais fácil da gente começar a pensar e dizer olha essa ação governamental tem que levar em conta esse ponto, dá bacana, agora a ação privada essa é mais difícil, ela é bem mais difícil. O cara que vai lá e se antecipa e compra terra, e nem se antecipa vai que todo mundo já sabe... então é importante a gente saber o que do projeto se pretende fazer para saber qual ação estatal vai haver. Agora tem que convencer Seu Osvaldo de que tá na hora de sair do varejo. Osvaldo, para de ir lá aprerriar Godoy pra pedir pra botar um carro pipa em tal lugar. Vamo agora pensar que é o momento talvez a oportunidade de assentar essas pessoas.

AM: levando ele lá ele vai ver isso eu acho. Minha esperança. E acho também que tá numa hora boa né.

JG: e talvez isso seja a base para ser um dos pedidos da ação que reassente as pessoas, e a sugestão é que seja aqui.

HB: lembra que eu comentei que a gente fez uma coisa por telefone, há uns 2,3 anos atrás eu disse o canal tá aí, o canal tá passando. Só que só veio se confirmando. Pra mim agora a questão é que o Governo está se movimentando junto e em parceria com setores estratégicos, o setor patronal tá se organizando obviamente. A gente fez entrevista com a ASPLAN agora de manhã, com a associação dos plantadores de cana.

JG: Murilo?

HB: Não, José Inácio, que é o atual presidente. Não se você sabe quem é. Bem rápido, a gente vai tentar fazer novamente uma mais detalhada semana que vem, e ele coloca claramente: o nosso objetivo aqui tem uma iniciativa uma parceria público-privada para a gente conseguir mexer na gestão dessa água aqui. Porque não adianta pegar essa água e trazer não sei pra onde se não for para a gente utilizar para produzir. Tá claro.

AM: e ainda chama de segurança alimentar.

HB: Só que o discurso da cana-de-açúcar é esse, ele não vai mudar o discurso da cana-de-açúcar. O problema é como o governo se comporta nesse processo. E como, a gente tem experiência acumulada Godoy que tá vindo...

JG: tem duas coisas aí, do ponto de vista político. Primeira, o CEDAP é indicação da ASPLAN.

HB: Sempre. Rômulo né.

JG: Segundo, o governador não nomeou ninguém para a secretaria da Agricultura Familiar.

HB: desde que Ronilson saiu ele não nomeou ninguém? Então ele vai extinguir essa secretaria.

JG: tá acumulado com Rômulo desde sempre.

AM: com Romulo de novo, que tá ligado á ASPLAN. Caraca!

HB: a secretaria de agricultura familiar tá com Romulo!

AM: o cara do agronegócio! Caraca! Agora você falou que é difícil mapear a questão do investimento privado, só que a parada toda vai ser paga pelo Estado, pelos entes públicos, quem vai se beneficiar são os setores privados.

JG: o que eu falo é o seguinte: a chegada do investimento privado, chegar aqui comprando terra, isso a gente não tem controle.

AM: incomoda o presidente da ASPLAN, a CAGEPA ela chega ali mete o cano e vai tirando, tá quase chegando na propriedade dele lá vai tirando. Eu falei assim: mas a prioridade não era abastecimento humano? Ele falou era mas se for planejado, se for discutido, ela pode pegar na sangria. Por que não pega lá? Porque provavelmente é muito mais caro. Ele tá criando uma tensão... então ter alguém sentado na Cagepa, o olho grande do Ministério Público na Cagepa parece ser essencial. Garantir que é consumo humano, o tempo inteiro.

HB: o que a gente obteve de informação hoje que a gente vai junto com essas informações de entrevista a gente vai ver in louco, é que está em curso um processo de planejamento para o desenvolvimento do agronegócio nessa região que coloca dois metros cúbicos de água para justificar abastecimentos. E a justificativa é tirar água de Acauã que vem da transposição para cá, pra poder daqui circular. Dois metros cúbicos para pegar a parte de abastecimento dessa região, e 8 metros cúbicos por segundo para a construção desse perímetro irrigado. A experiência do Ceará e do Rio Grande do Norte que tá vindo de lá descendo, é um rastro de violações junto com a implantação dos perímetros irrigados. O que eu to querendo colocar na

real aqui é como pensar primeiro investigar projeto documentação e etc para poder acompanhar e monitorar se de fato é isso, porque o mapa que vai sair é um mapa que vai dizer a área produz assim e o mapa Godoy deseja entende? o mapa existente e o mapa desejado. Desejado por quem...

JG: que política pública, que intervenção estatal vai acontecer, isso é fundamental. Faz esse primeiro trabalho, tenta ver os projetos, se você não conseguir eu requisito por aqui os projetos, mas a gente tendo acesso a isso, tem uma coisa que eu preciso conversar com vocês, porque na minha experiência aqui nesses 4 anos e dias me diz: tem que envolver. Tem que envolver sindicato, tem que envolver MST, tem que envolver pastoral...

HB: eu não vou fazer pelo movimento, de jeito nenhum.

JG: tem que envolver o pessoal aqui do litoral sul, litoral Norte, os chamados territórios de cidadania, tem que envolver a universidade... eu posso até iniciar, mas tem que ser um debate público. Porque qualquer debate que eu inicio aqui no estado eu já percebi que uma coisa é quando eu estou, Godoy querendo. Outra coisa é quando a gente está junto com os movimentos. Muda a tensão completa. Quando eu trato com o Governador que envolver os índios porque o governador sabe que os índios vão pra lá e colocam 300, 400 pessoas imediatamente então vai negociar. Basta ver a negociação de Acauã. Por que em Porto do Capim o prefeito chegou e disse que vai fazer o projeto e vai deixar essas áreas aqui... porque as meninas tão junto.

AM: você não tem como fazer um seminário aqui e a gente pudesse discutir tudo isso, convidar ... primeiro aí planeja, faz um seminário onde a gente traga essas forças para ficar conversando discutindo e explicando, no momento que a gente tiver estruturado.

HB: a nossa parceria, essa nossa interlocução é de tal maneira que, eu tô falando isso com você e você é a primeira pessoa, que tá sabendo disso. Da minha tese você é o primeiro interlocutor aqui, do que eu tô conseguindo mapear. Mas eu não tenho certeza disso, vamos conversar com Osvaldo e tal e tal.

AM: famos fazer o campo ainda, nós ainda vamos pra área...

JG: tendo mais informações a gente volta a conversar

HB: e também se precisar de alguma coisa que indiretamente a gente não tá conseguindo de alguma forma e tal, aí você requisita

JG: a gente requisita.

AM: por exemplo a EMBRAPA solo paga pelo Governo Federal, ela de dentro do projeto, desse projeto aqui, ela tá sendo paga, que deve ter contratado empresas privadas para fazer o levantamento, que eles estão chamando o mapeamento de uso e cobertura do solo, e a gente conversou com o cara que coordena isso, que é o Demilson né, a gente pergunta sobre agricultura familiar, e pra ele é invisível. Ela tem que subordinar ao que é o grande potencial, a expectativa e tudo tá na chancela do chamado desenvolvimento local. Nesse caso é quando você ve que aparece dessa maneira a gente perguntou: e esses mapeamentos a gente teria acesso? ele falou: pra começo de conversa, tem coisa que eu não vou poder dizer porque é da

EMBRAPA solo, eu não tenho autorização para poder divulgar. Mas esses mapas vão saindo a gente pediu o prazo, o último mapa tem que estar pronto até 30 meses.

HB: é começou em maio de 2017, 30 meses vai dar pro ano que vem aí né, 30 meses dá dois anos né.

JG: dois anos e meio, maio de 2017, maio de 2018, maio de 2019, final de 2019. Novembro de 2019.

HB: mais ou menos isso. Mas eles vão também, eles estão fazendo zoneamento, então eles têm um acompanhamento disso.

AM: eles dividiram por regiões que eles chamam. A gente pode obter esses mapas imparciais, dificilmente universidade vai conseguir, mas talvez você consiga. Quando chegar na hora que a gente pode te acionar.

JG: se a gente tiver bem informado, estiver atento, a gente consegue mudar o curso de algumas coisas. E estiver engajado, tiver com a população envolvida, de vem em quando a gente acerta uma. Então faça esse levantamento e aí a gente começa a conversar. tá bom?

HB: tranquilo

AM: a gente queria te dar esse panorama pra quando a gente caminhar, e conversar, vocês dois conversarem, saber exatamente do que está se falando. Tinha que ter essa parada aqui hoje, com calma, e a gente tá indo pra ver como é que, por exemplo Osvaldo, uma coisa a universidade vai lá tá vendo sabendo, outra coisa é o Osvaldo, o Osvaldo vai ter uma visão 80 vezes mais à frente da nossa. A gente só fazia gravar e a tese dele vai ficar pronta. Ele bota lá o crédito Osvaldo.

JG: Osvaldo se inscreveu pra perito do mecanismo

HB: eu vi eu vi, eu falei com ele, ele entregou a documentação. Deve ter muita gente que deve ter sido escrito né.

JG: sim tão atrás de tu, porque a dignitatis tá como membro do comitê.

HB: ixi Maria a Dignitatis suspendeu suas atividades.

JG: como é que eu faço? Vou deixar sem. Ou seja, perdeu voto. Tem direito a voto viu, cada membro tem direito a voto.

AM: a gente vai ter uma reunião do conselho das bacias, na semana que vem agora...

JG: foi bacana essa negociação do mecanismo também vice! Teve que ter um jogo de 2 anos de negociação com Ricardo pra poder implementar.

HB: A gente tem uma equipe que tá esfacelada, isso aí é interna corporis, questões que dizem respeito internamente a organização da Dignitatis que não tá com condição de tocar, deixa a gente voltar, eu acho que a gente vai ter novas novidades aí.

JG: embora que é uma atividade que não tem nenhum custo pra vocês. Vocês têm direito a um voto dentro do comitê estadual de prevenção e combate à tortura para indicar por exemplo agora o mecanismo, participação...

HB: sim mas a questão não é essa, a questão é que a gente deliberou e já comunicou, por exemplo o governo federal, da suspensão das nossas atividades. Não vou suspender a suspensão. Porque o comitê defensores também a gente tem assento no comitê de defensores Nacional, a gente já comunicou lá. Noaldo inclusive era o representante lá, e eu aqui entende? Pra não ficar um discurso quebrado, ficar coerente...

Godoy não sei como é que a gente pode fechar essa conversa sem agradecer você na verdade, fechar essa parte formal né, teve uma conversa enorme de muitas coisas colocando esses caminhos aí, e ao mesmo tempo renovar essa coisa da parceria, porque a rigor é isso a gente sai um pouco, e eu saí a gente tava no meio de muitas atividades em conjunto... Ana, Godoy sempre foi um parceiro de várias atividades...

AM: primeira vez que ele foi na minha casa ele falou em você. Desde essa vez na pessoa que eu ia conhecer um dia.

HB: eu tô muito feliz por ter podido apresentar vocês dois né, porque a Ana é uma professora histórica da sociologia Rural lá. 40 anos de atividade com movimento social, com luta pela terra com todas essa dinâmica e essa percepção, e aí ter um interlocutor dentro do Ministério Público Federal, nessa parceria é muito importante pra nós, pra gente ter esse caminho né.

JG: eu que agradeço a vocês essa parceria, é um privilégio, eu sempre classifiquei como um grande privilégio poder estar nas discussões que estamos aqui. Discutir o Porto o Capim é show de bola, discutir Acauã, discutir maconha medicinal Paraíba sendo referência...

AM: vai ser referência?

JG: a Paraíba já é. A Paraíba já tem autorização para plantar, uma associação planta e produz pro Brasil inteiro óleo a partir da maconha. Terça feira vai ter um evento sobre isso na UFPB mas assim, eu comecei com eles e hoje eles tocam só, fazem os eventos e fazem a coisa funcionar, e aquele empoderamento que já foi gerado e que eu não preciso, aí é que eu acho ideal.

AM: também gosto de ir embora e deixar as coisas acontecendo, passa a ferramenta e vai embora. Mas isso não é empoderar isso é protagonizar, transformar ele num protagonista. Empoderar é, você aplicou corretamente a categoria, é quando você definiu o Ministério Público, é uma questão de empoderamento, de auto-empoderamento do Ministério Público dentro do sistema de Justiça. A justiça fica meio que discutindo se Auto empoderar Independente da realidade, mas no movimento social acho que eles se tornam protagonistas e querem várias coisas inclusive poder, mas não exclusivamente poder, eles ficam fortes...

JG: a discussão dos quilombolas, dos indígenas, e tantas outras, você sabe quanto isso é caro para mim, quanto isso é relevante, eu recebo eles aqui...

AM: você é uma pessoa rara.

HB: uma pessoa raríssima. Enfim nós vamos a Campo, espero que a gente tenha um material, bastante material importante, relatos, entrevistas, fotos, essas coisas todas, vamos ver o que que a gente vai fazer com isso, eu vou ter que sistematizar isso, Ana é bem rigorosa comigo nesse sentido também, da gente tentar construir um documento, você sabe também né quantos documentos a gente produziu junto...

AM: tinha uma proposta de uma devolutiva. A gente chama de devolutiva, e eu trabalho em regime de orientação coletiva, então meus orientandos um se mete no tema do outro, no objeto do outro, ajuda, escreve junto, publica junto e tal, e a gente no final de tudo faz uma devolutiva pra comunidade que a gente estudou, transformou em laboratório, ganhou ponto, melhorou na universidade, formou sua carreira, e a comunidade continua lá, como é que a gente faz devolver a própria comunidade aquilo que ela deu, que para gente é uma moeda acadêmica, faz a gente crescer. Então eu falei pra ele vamos oferecer pro Ministério Público na pessoa do Godoy uma devolutivazinha, não vai ser a grande, essa grande vai ser pra comunidade, mas o que a gente puder trazer de aporte né ou uma espécie de artigo...

HB: vou precisar de tempo é um processo que tá em curso, eu vou pro México, passar um tempinho aí no México. É porque tem uma experiência dessa coisa da água no México muito forte e eu consegui um períodozinho aí de bolsa pra poder...

JG: é uma época boa, como é o nome do presidente lá?

HB: Obrador, tentar ver como é que vai ficar essa conjuntura lá né...

AM: fugir dessa porcaria e ficar numa coisa bonita, dá um alívio.

HB: aí volta com mais gás com mais vontade de tocar as coisas... mas é isso Godoy, não sei se tem mais alguma coisa...

AM: a gente se comprometeu em devolver pra ele e depois a parceria pra revalidar.

JG: e volte logo porque com a saída de Diana vai ficar aperreio aqui, vai ser osso.

HB: vou fechar aqui.

(FIM)